



## **Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC)**

### **Relatório de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação**

**Ano Letivo 2022/2023**

**dezembro de 2023**



## Ficha Técnica

Equipa Técnica da Autonomia e Flexibilidade Curricular

## Nota prévia

Para facilitar a leitura, quando não é possível adotar linguagem neutra, são utilizadas palavras no masculino para designar, indistintamente, os géneros masculino e feminino.

## ÍNDICE

Sumário executivo .....	10
A. Enquadramento .....	12
B. Caracterização do universo das escolas abrangidas.....	13
C. Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação.....	14
1. Constituição e competências das diferentes equipas.....	14
2. Ações de acompanhamento, monitorização e avaliação.....	17
2.1. Organização e Gestão   Capacitação das Equipas .....	18
2.2. Encontro Nacional.....	32
2.3. Encontros Regionais   Seminários Temáticos .....	38
2.4. Apoio às Escolas: Implementação de Medidas de Proximidade .....	45
2.4.1. Reuniões de trabalho – planeamento e estratégias .....	45
2.4.2. Reuniões de proximidade de acompanhamento e monitorização: AFC e Planos de Inovação. 46	
2.4.2.1. Planos de Inovação 2023/2024.....	75
2.4.3. Reuniões de rede .....	86
2.4.4. Apoio a distância.....	88
2.5. Produção de Recursos .....	89
2.6. Capacitação externa .....	91
2.7. Divulgação .....	91
D. Balanço do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação.....	93
E. Conclusões e recomendações.....	98
F. Anexos .....	102

## Índice de Figuras

Figura 1 – Estrutura de Acompanhamento e Monitorização AFC .....	14
Figura 2 – N.º e % de escolas participantes em duas ou mais iniciativas no âmbito do acompanhamento da AFC .....	18
Figura 3 – Seminário Equipas Regionais - Programa.....	22
Figura 4 – Seminário “Inovação em Educação para mais e melhores aprendizagens - Programa .....	25
Figura 5 – Abertura do Seminário - CN .....	25
Figura 6 – Intervenção do Professor Matias Alves.....	26
Figura 7 – <i>Workshop</i> “Inovação nas escolas” .....	27
Figura 8 – Intervenção da Professora Daniela Ferreira .....	28
Figura 9 – <i>Workshop</i> “Ambientes Educativos” .....	28
Figura 10 – A escola na era digital - Dr.ª Maria João Horta .....	29
Figura 11 – Programa TEIP 4 - Dr.ª Cristina Palma.....	30
Figura 12 – PLN M - Dr.ª Lina Varela.....	31
Figura 13 – Encontro “Inovar com Intenção – 2023”.....	32
Figura 14 – Intervenção do Sr. Ministro da Educação .....	33
Figura 15 – Painel “4 anos de vivências AFC” .....	34
Figura 16 – Intervenção de Guy Levi.....	34
Figura 17 – Painel “Inovar no Ensino Secundário é possível” .....	36
Figura 18 – Painel “Ambientes inovadores de aprendizagem” .....	37
Figura 19 – Educação Inclusiva: da visão às práticas – temas abordados .....	38
Figura 20 – N.º de PI em vigência em 2022/2023.....	48
Figura 21 – Distribuição dos PI por região 2022/2023 .....	48
Figura 22 – Trabalho colaborativo entre docentes.....	50
Figura 23 – Organização de turmas e horários flexíveis .....	51
Figura 24 – Comunicação na organização e fluxos de informação.....	51
Figura 25 – Articulação EMAEI com as diferentes estruturas pedagógicas.....	52
Figura 26 – Práticas organizacionais .....	53
Figura 27 - Opções pedagógicas e curriculares.....	54
Figura 28 - Conceção, realização e avaliação de DAC.....	54
Figura 29 - Novas disciplinas e as práticas pedagógicas e curriculares (no âmbito do PI ou da oferta complementar) .....	55
Figura 30 – Organização de Cidadania e Desenvolvimento.....	56
Figura 31 - Práticas curriculares.....	56
Figura 32 – Planeamento: Cumprimento das AE e PA a nível da concretização .....	57
Figura 33 - Metodologias centradas no aluno/aprendizagem ativa .....	58
Figura 34 - Estratégias de diferenciação pedagógica.....	58
Figura 35 - Avaliação para as aprendizagens .....	59
Figura 36 – Práticas Pedagógicas .....	60
Figura 37 - Formação e desenvolvimento profissional dos docentes e dos técnicos.....	61
Figura 38 - Monitorização dos processos .....	61

Figura 39 - Envolvimento de alunos na vida da Escola .....	62
Figura 40 - Envolvimento de pais e encarregados de educação na vida escolar dos alunos .....	62
Figura 41 - Envolvimento de parceiros locais .....	63
Figura 42 – Práticas de Autorregulação .....	63
Figura 43 - Escolas (Tipos de Práticas AFC) .....	64
Figura 44 – Percentagem de alunos que beneficiam da medida Apoio Tutorial Específico.....	66
Figura 45 – Percentagem de alunos abrangidos por medidas seletivas.....	66
Figura 46 – Trabalho colaborativo entre docentes.....	67
Figura 47 – Trabalho colaborativo entre docentes.....	68
Figura 48 – Planeamento das AE e do PA - concretização.....	68
Figura 49 – Planeamento das AE e do PA - concretização.....	69
Figura 50 - Cumprimento das AE e do PA - operacionalização.....	69
Figura 51 - Cumprimento das AE e do PA - operacionalização.....	70
Figura 52 – Avaliação das aprendizagens .....	70
Figura 53 – Avaliação das aprendizagens .....	71
Figura 54 – Novas disciplinas   Práticas pedagógicas e curriculares .....	71
Figura 55 – Novas disciplinas   Práticas pedagógicas e curriculares .....	72
Figura 56 – PCA como medida adequada para a recuperação e desenvolvimento das aprendizagens .....	72
Figura 57 – PCA como medida adequada para a recuperação e desenvolvimento das aprendizagens .....	73
Figura 58 – Envolvimento dos pais e ou encarregados de educação .....	73
Figura 59 – Envolvimento dos pais e ou encarregados de educação .....	74
Figura 60 – N.º de Escolas com PCA – Tipo de práticas .....	75
Figura 61 – PI submetidos para 2023/2024 – nível nacional .....	76
Figura 62 – Planos de Inovação em vigência .....	76
Figura 63 – Histórico dos Planos de Inovação.....	77
Figura 64 – PI em vigência por região.....	77
Figura 65 – Distribuição dos PI por ciclo, UO e ano de escolaridade.....	78
Figura 66 – Medidas adotadas (Art.º 4.º Portaria n.º 181/2019), com exceção de PCA e PFP .....	78
Figura 67 – Criação de disciplinas - 1.º Ciclo.....	79
Figura 68 – Criação de disciplinas - 2.º e 3.º Ciclos.....	80
Figura 69 – Criação de disciplinas – Áreas de saber .....	80
Figura 70 – Matriz curricular do CCH <i>HumanArtes</i> .....	82
Figura 71 – Matriz curricular do PFP - Agrupamento de Escolas de Trancoso .....	82
Figura 72 – N.º de PI que propõem PCA .....	83
Figura 73 – N.º de Turmas PCA por ano de escolaridade .....	84
Figura 74 – Balanço de UO com PCA (2020/2021 a 2023/2024) .....	84
Figura 75 – Turmas PCA 22/23   23/24 .....	85
Figura 76 - Criação de disciplinas (PCA) – 2.º e 3.º Ciclos.....	85
Figura 77 – Criação de disciplinas por áreas em Turmas PCA .....	86
Figura 78 – Reuniões de Rede – Temas .....	87
Figura 80 – Site AFC - início .....	92

Figura 81 – Acessos ao <i>site</i> AFC .....	92
Figura 82 – Visualizações <i>site</i> AFC.....	93

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Universo de AE/ENA abrangidos.....	13
Quadro 2 – Composição das ER .....	17
Quadro 3 – Seminários ENEC out./nov. – locais de realização .....	40
Quadro 4 - Seminários ENEC abril/maio – locais de realização .....	42
Quadro 5 – Reuniões de trabalho ER.....	46
Quadro 6 – N.º de reuniões realizadas pelas ER.....	46
Quadro 7 – N.º/% de escolas visitadas por ER.....	46
Quadro 8 – <i>Focus Group</i> – 2021/2022 e 2022/2023 .....	49
Quadro 9 – PCA – 2021/2022   2022/2023 .....	65
Quadro 10 – Reuniões de Rede por ER.....	87
Quadro 11 – Temas dos cursos e oficinas de capacitação.....	91
Quadro 12 – Resultados obtidos nas ações planeadas.....	95
Quadro 13 – Plano de atividades AFC - proposta .....	104
Quadro 14 – Agrupamentos de Escolas com PI 2022/2023.....	121
Quadro 15 – Novas Disciplinas Criadas (turmas sem PCA) .....	124
Quadro 16 – Novas Disciplinas Criadas (turmas PCA).....	127

## Lista de siglas e acrónimos

AE – Aprendizagens Essenciais  
AE/ENA – Agrupamento de Escolas/Escola Não Agrupada  
AFC – Autonomia e Flexibilidade Curricular  
ANQEP, I.P. – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.  
CAE – Curso Artístico Especializado  
CCAP – Comunidades Cooperativas de Aprendizagem Profissional  
CCH – Curso Científico-Humanístico  
CCTIC – Centros de Competência TIC  
CEF – Curso de Educação e Formação  
CFAE – Centros de Formação das Associações de Escolas  
CN – Coordenação Nacional  
CP – Curso Profissional  
CSH – Ciências Sociais e Humanas  
DAC – Domínios de Autonomia Curricular  
DGAE – Direção-Geral de Administração Escolar  
DGE – Direção-Geral da Educação  
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência  
DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares  
EAMDC – Equipa de Acompanhamento, Monitorização e Desenvolvimento Curricular  
EECE – Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola  
EMAEI – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva  
ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania  
ER – Equipa Regional  
ET – Equipa Técnica  
FAQ – *Frequently Asked Questions* (Questões frequentes)  
IAVE – Instituto de Avaliação Educativa, I.P.  
IGEC – Inspeção-Geral da Educação e Ciência  
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa  
LED – Laboratório de Educação Digital  
LVT – Lisboa e Vale do Tejo



MAIA – Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica

ME – Ministério da Educação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PA – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*

PADDE – Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola

PCA – Percursos Curriculares Alternativos

PE – Projeto Educativo

PEP – Programa de Educação Pessoal

PI – Planos de Inovação

PIC – Projetos de Integração Curricular

PLNM – Português Língua Não Materna

PNPSE – Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

PRA – Plano Integrado para a Recuperação das Aprendizagens

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

R/CFAE – Representante dos Centros de Formação de Escolas

RED – Recursos Educativos Digitais

STEM – *Science, Technology, Engineering and Mathematics*

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UO – Unidade Orgânica

## Sumário executivo

O documento decorre do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação da aplicação do Decreto-Lei n.º 54/2018 e do Decreto-Lei n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, desenvolvido nos estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, incluindo escolas profissionais públicas e privadas do território continental, durante o ano letivo de 2022/2023, estipulado pelo Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, no cumprimento da missão de que está incumbida a Equipa de Coordenação Nacional (CN).

Dando continuidade aos relatórios que desde 2019 o antecedem, este relatório, baseando-se em informação descritiva e interpretativa sobre os dados recolhidos entre setembro de 2022 a agosto de 2023, no quadro do processo suprarreferido, tem como objetivo descrever i) as ações desenvolvidas no âmbito do processo de acompanhamento e monitorização da Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), e no quadro da Educação Inclusiva; ii) as opções de gestão curricular tomadas pelas escolas que apresentaram Planos de Inovação (PI), tendo em vista a prossecução dos desígnios explanados nos seus Projetos Educativos (PE), bem como iii) a manifestação de recomendações com vista a ações futuras. Assim, estará patente neste documento a adoção, por parte das escolas, de diversas medidas e iniciativas no âmbito da AFC, tendo como horizonte quer o compromisso com a educação inclusiva, visando responder à diversidade de alunos e ao desenvolvimento do currículo, quer o respeito pelo estabelecido no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PA), como matriz comum para todas as escolas, ofertas e modalidades educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.

Ancorando-se nos relatórios realizados pela Equipa Técnica (ET) e pelas Equipas Regionais (ER), em resposta ao disposto na alínea f) do n.º 16 do Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, este documento está em consonância com o Plano de Acompanhamento definido pela Equipa de Coordenação Nacional (cf. Anexo I). São, portanto, aqui descritas as medidas de acompanhamento e monitorização promotoras e de apoio às práticas inovadoras organizativas e pedagógicas implementadas pelas escolas<sup>1</sup>: os Encontros Nacionais, os Encontros Regionais, as Reuniões de Rede e as diversas ações junto dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas (AE/ENA): as reuniões de proximidade de acompanhamento e monitorização dos PI. Igualmente se enunciam as ações desenvolvidas no quadro da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e do Projeto Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Para além destas dinâmicas, regista-se o apoio às Unidades Orgânicas (UO), através do

---

<sup>1</sup> Despacho n.º 9726/2018, 17 de outubro.

desenvolvimento de iniciativas de apoio a distância, nomeadamente a atualização de conteúdos do site Autonomia e Flexibilidade Curricular; a comunicação através do correio eletrónico e as ações de capacitação de diretores e outros agentes educativos.

Organizados por área de intervenção, os dados em referência são alvo de reflexão crítica, se julgada pertinente, levando à identificação de pontos fortes ou áreas de melhoria visando a regulação e o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento. De sublinhar o efetivo diálogo estabelecido entre escolas e estruturas de acompanhamento no qual se alicerça o acompanhamento.

Está explícita ainda no presente documento a pertinência conferida à concretização de exercícios de partilha, de colaboração e de disseminação de práticas de referência que têm caracterizado o processo de Autonomia e Flexibilidade Curricular. Deles resultam inúmeros recursos educativos produzidos pelas escolas que é primacial difundir, uma vez que, numa sociedade em constante e acelerada mudança, que exige da escola um papel ativo na busca de soluções criativas e ajustadas às suas necessidades e problemas e que melhor garantam a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, os professores são os atores “responsáveis pela análise das necessidades da escola [...], são considerados como líderes inovadores, capazes de autoaperfeiçoamento, de analisar as suas próprias ações, de identificar e reagir às necessidades dos alunos, de analisar o resultado das suas intervenções” (Perrenoud, 1993, p. 182).

## A. Enquadramento

A educação é um dos principais motores do desenvolvimento social e económico das sociedades, pelo que o sistema educativo deve acompanhar essa evolução, respondendo às necessidades das populações. A escola de hoje, que já não se pode limitar a preparar os jovens para os desafios do futuro, tem de prever esses desafios, repensar a sua ação no sentido de lhes proporcionar o suporte para o exercício de uma cidadania ativa e para uma prática profissional de sucesso, num contexto de imprevisibilidade.

Portugal, à semelhança de outros países, tem promovido reformas no seu sistema educativo, reconfigurando o currículo nacional, envolvendo os principais atores do palco educativo – os professores e os alunos –, visando oferecer a pais e alunos uma maior diversidade de ofertas educativas.

Neste contexto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Através deste, é reforçada a autonomia e a flexibilidade curricular conferidas às escolas oferecendo-lhes a possibilidade de gerir o currículo nacional, de acordo com os seus contextos e as especificidades dos seus alunos, com vista à dinamização de práticas organizativas e pedagógicas conducentes à operacionalização do perfil de competências que se pretende que todos os alunos desenvolvam.

Em consonância com este desenho curricular, foi publicado o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

Em 2018, o Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, criou um modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação da aplicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, e do Decreto-Lei n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, a realizar junto das escolas, com recurso a equipas que agregam competências adstritas aos diversos serviços e organismos do Ministério da Educação (ME), privilegiando-se dinâmicas de partilha, colaboração e disseminação de práticas, com foco nas dimensões de capacitação científica, didática e pedagógica. As equipas integram elementos da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP); da Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE); da Direção-Geral da Educação (DGE); da

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE); da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC); e dos Centros de Formação das Associações de Escolas (CFAE).

Em 2021, apontando para a consolidação de aprendizagens e a mitigação das desigualdades decorrentes dos efeitos da pandemia, a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 90/2021, de 7 de julho, aprova o Plano 21|23 Escola+, que consiste num plano integrado para a recuperação das aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário. Este conjunto de medidas alicerça-se nas políticas educativas implementadas, com eficácia demonstrada no que respeita ao reforço da autonomia das escolas e das estratégias educativas diferenciadas, dirigidas à promoção do sucesso escolar e, sobretudo, ao combate às desigualdades através da educação, o qual foi também alvo de acompanhamento por parte das Equipas Regionais.

O presente relatório visa dar cumprimento ao disposto na alínea f) do n.º 16 do supramencionado Despacho, e tem por base a informação recolhida e analisada pelas equipas de acompanhamento, ao longo do ano letivo de 2022/2023.

Os dados de satisfação recolhidos no âmbito das diversas iniciativas desenvolvidas têm por base uma escala de 1 a 4, em que o nível 1 corresponde ao menor grau de satisfação e o nível 4 ao maior grau de satisfação.

## B. Caracterização do universo das escolas abrangidas

No ano letivo 2022/2023, encontram-se abrangidas a totalidade das turmas dos 810 AE/ENA de ensino público distribuídos pelas diferentes regiões<sup>2</sup> (cf. Quadro 1).

Quadro 1 – Universo de AE/ENA abrangidos

<i>Regiões</i>	<i>Norte</i>	<i>Centro</i>	<i>LVT</i>	<i>Alentejo</i>	<i>Algarve</i>	<i>TOTAIS</i>
<i>Nº de AE/ENA</i>	290	148	261	71	40	<b>810</b>

<sup>2</sup> Portaria n.º 303/2022, de 22 de dezembro

## C. Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação

### 1. Constituição e competências das diferentes equipas

As mudanças trazidas pelos Decretos-Leis n.ºs 54 e 55, de 6 de julho de 2018, determinaram a adoção de medidas de acompanhamento e monitorização, através de um modelo de proximidade, por parte dos serviços e organismos do ME, no sentido de promover e apoiar as novas práticas organizativas e pedagógicas, permitindo intervir nos contextos e nos processos, de forma a contribuir para a sua melhoria.

É neste enquadramento que, observando o compromisso com a avaliação e melhoria sustentada das políticas públicas, os referidos decretos-leis preveem o acompanhamento, a monitorização e a avaliação da sua aplicação, a realizar junto das escolas, recorrendo a equipas que congregam competências adstritas aos diversos serviços e organismos do Ministério da Educação, privilegiando dinâmicas de partilha, colaboração e disseminação de práticas e fixadas a sua constituição e ação.

As equipas criadas para este efeito pelo Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, de acordo com a estrutura representada na Figura 1, relacionam-se entre si, através de uma Equipa de Coordenação Nacional, constituída pelo dirigente superior de 1.º grau de cada um dos seguintes serviços e organismos do ME: a Direção-Geral da Educação, que coordena, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., a Inspeção-Geral da Educação e Ciência e a Direção-Geral da Administração Escolar.

Figura 1 – Estrutura de Acompanhamento e Monitorização AFC



Em consonância com a missão e competências definidas no Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, à equipa de Coordenação Nacional compete traçar as ações a desenvolver junto das escolas, a saber: i) delinear o processo de acompanhamento, monitorização e avaliação, prevendo a identificação das etapas desse processo, bem como os indicadores de qualidade e de impacto; ii) proceder às avaliações intercalares e finais, cujas conclusões e recomendações deverão ser presentes ao membro do Governo responsável pela área da educação; iii) definir a metodologia de trabalho a implementar pelas Equipas Regionais, tendo em vista a operacionalização do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação; iv) planificar a formação dos intervenientes nesse processo; v) avaliar a concretização dos mecanismos de articulação, entre as escolas acompanhadas pelas Equipas Regionais, designadamente no que respeita à partilha de práticas e ao trabalho em rede, bem como à promoção de práticas colaborativas entre professores; vi) reportar anualmente ao membro do Governo responsável pela área da educação a informação decorrente do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação, apresentando propostas que contribuam para o seu aperfeiçoamento, consolidação e revisão; e vii) apresentar propostas de ações que promovam a implementação de medidas de autonomia e flexibilidade curricular. A CN é coadjuvada por uma Equipa Técnica e pelas Equipas Regionais, que apoiam diretamente as escolas.

Constituída por elementos da DGE, a Equipa Técnica, de acordo com as competências<sup>3</sup> que lhe foram atribuídas, coadjuva a CN, nomeadamente: i) na operacionalização das orientações que a equipa de CN define; ii) facilitando a articulação entre a Equipa de CN e as ER; iii) harmonizando a comunicação com as escolas, designadamente através da atualização da compilação de perguntas frequentes (FAQ), baseadas em dúvidas colocadas pelas escolas às ER; iv) produzindo documentos facilitadores do acompanhamento e monitorização (modelos de relatórios, apresentações digitais para as reuniões, entre outros); v) criando instrumentos de recolha de dados (*online*); e vi) articulando com os coordenadores das ER os temas a abordar nas Reuniões de Rede e a metodologia a aplicar. A ET proporciona, ainda, i) a comunicação com os diretores das escolas, designadamente no que diz respeito ao envio de comunicações, convites para os Encontros e Seminários; ii) a divulgação de recursos pedagógicos; e iii) o lançamento de desafios às escolas para partilharem as suas práticas, entre outras atividades. Foi igualmente da responsabilidade desta equipa a organização do Encontro Inovar com Intenção, dos Encontros Regionais e dos Seminários de Capacitação (cf. 2.2., 2.3., 2.6., respetivamente).

---

<sup>3</sup> cf. ponto 9 do Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro

As Equipas Regionais integram elementos adstritos a cada um dos serviços e organismos suprarreferidos<sup>4</sup>, bem como representantes para a AFC dos Centros de Formação das Associações de Escolas<sup>5</sup> (R/CFAE). Compete às ER a) Organizar e, sempre que necessário, dinamizar reuniões de rede de partilha, realizadas, em regra, por região e com um número reduzido de escolas com os seguintes objetivos: i) Proporcionar dinâmicas de partilha entre escolas associadas de determinada região; ii) Promover o esclarecimento de dúvidas das escolas; iii) Proporcionar a reflexão em torno de temáticas de interesse comum a um determinado conjunto de escolas, facilitando a cooperação e parceria com instituições de ensino superior; iv) Proporcionar a reflexão em torno dos pontos críticos de diferentes projetos, procurando soluções para ultrapassar eventuais constrangimentos; v) Promover a sustentabilidade das dinâmicas de partilha e de consolidação da interdisciplinaridade, do trabalho colaborativo e de práticas pedagógicas centradas nos alunos; b) Promover a constituição de redes; c) Proporcionar sessões de trabalho prático e colaborativo entre as escolas a desenvolver com o apoio de docentes, formadores, técnicos ou outros especialistas, entre os quais os provenientes das «Escolas Farol»; d) Realizar visitas às escolas e participar em eventos organizados pelas mesmas, tendo em vista o conhecimento real da apropriação da autonomia e flexibilidade curricular por cada uma delas, bem como do desenvolvimento da identidade de escola inclusiva; e) Sistematizar regionalmente a informação referente às opções pedagógicas e organizacionais das escolas; f) Apresentar contributos para o reporte anual de informação nacional, bem como para a elaboração dos relatórios intercalares e final. Estas equipas, especializadas pela diversidade e complementaridade de competências dos elementos que as constituem, incluindo a experiência em projetos nacionais e internacionais de educação, têm contribuído para a partilha e intercâmbio de saberes entre os diferentes técnicos e potenciado a qualidade do trabalho desenvolvido com as escolas.

Em consonância com o ponto 12 do Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, as ER encontram-se organizadas por cinco áreas geográficas (cf. Quadro 2), correspondentes às cinco unidades orgânicas desconcentradas de âmbito regional da DGEstE, a saber:

- a) Equipa da Região Norte, coordenada pela DGEstE;
- b) Equipa da Região Centro, coordenada pela DGEstE;
- c) Equipa da Região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), coordenada pela DGE;
- d) Equipa da Região do Alentejo, coordenada pela DGE;
- e) Equipa da Região do Algarve, coordenada pela ANQEP, I. P.

---

<sup>4</sup> Equipa restrita

<sup>5</sup> Equipa alargada



Quadro 2 – Composição das ER

<i>Equipas Regionais</i>	<i>N.º Elementos por Entidade</i>					<i>N.º Total Elementos</i>	
	<i>DGE</i>	<i>DGEstE</i>	<i>ANQEP</i>	<i>DGAE</i>	<i>IGEC</i>	<i>R/CFAE</i>	
<i>Alentejo</i>	3	3	2	1	1*	7	<b>17</b>
<i>Algarve</i>	2	3	2	1		6	<b>15</b>
<i>Centro</i>	3	4	2	1	1	19	<b>30</b>
<i>Lisboa e Vale</i>	3	2	2	1	1	27	<b>36</b>
<i>Norte</i>	2	4	2	1	1	32	<b>42</b>
<i>Totais</i>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>91</b>	<b>140</b>
* O mesmo elemento integra ambas as equipas							

## 2. Ações de acompanhamento, monitorização e avaliação

Desde 2018, cumprindo o disposto no Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, a equipa de CN e as ER têm apoiado as escolas no desenvolvimento e implementação de novas práticas organizativas e pedagógicas que decorrem da aplicação do Decreto-Lei n.º 54/2018 e do Decreto-Lei n.º 55/2018, ambos de 6 de julho. A partir de 2021, pela necessidade da recuperação e consolidação de aprendizagens, mas também da mitigação das desigualdades, as Equipas Regionais têm apoiado ainda as escolas no desenvolvimento e implementação do Plano 21|23 Escola+.

O processo de acompanhamento e de monitorização visa promover: i) a implementação e desenvolvimento da autonomia e flexibilidade curricular em cada escola, respeitando a sua identidade e opções, de forma a promover aprendizagens relevantes e significativas para todos; ii) a operacionalização dos princípios, visão, valores e áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; iii) a construção de uma identidade de escola inclusiva; iv) a consolidação de um saber interdisciplinar, de articulação curricular e o trabalho colaborativo; v) o sucesso de todos os alunos; vi) a melhoria da qualidade do sucesso e da aprendizagem; e vii) a viabilização da educação para a cidadania, ao longo de toda a escolaridade obrigatória, capacitando os alunos para o exercício de uma cidadania plena. As ações que concretizam o acompanhamento, monitorização e avaliação estão consolidadas num modelo de proximidade às escolas e aos professores, procurando apoiar os processos de mudança através de dinâmicas de partilha, colaboração e da disseminação de práticas.

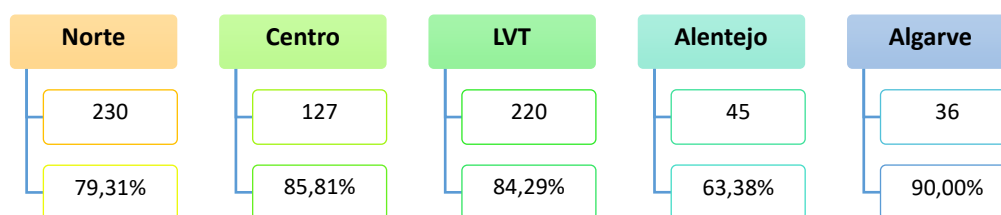
Com o propósito de promover o desenvolvimento de mecanismos de articulação entre as equipas e as escolas, a CN estipulou orientações para o trabalho de acompanhamento e monitorização, tendo para tal concebido as ações globais a desenvolver ao longo do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação, no ano letivo 2022/2023, (cf. Anexo I), que decorreram em modelo presencial ou *online*, de acordo com a sua pertinência.

Consequentemente, foram estabelecidas as seguintes ações globais:

- Organização e Gestão | Capacitação das Equipas
- Encontros Nacionais
- Encontros Regionais | Seminários Temáticos
- Apoio às Escolas: Implementação de medidas de proximidade
- Produção de recursos
- Capacitação de Lideranças
- Divulgação
- Monitorização e Avaliação

Expõe-se brevemente, nos pontos que seguem, as ações globais realizadas pelas ER junto das escolas, de acordo com o definido pela Coordenação Nacional, com vista a uma atuação concertada e coesa. A Figura 2 proporciona uma visão global do envolvimento das escolas nas ações delineadas, atestando a sua significativa participação, tendo-se verificado que 658 escolas (81,23%) se fizeram representar em duas ou mais das iniciativas desenvolvidas no âmbito do acompanhamento, monitorização e avaliação da AFC, em 2022/2023.

Figura 2 – N.º e % de escolas participantes em duas ou mais iniciativas no âmbito do acompanhamento da AFC



## 2.1. Organização e Gestão | Capacitação das Equipas

No domínio da Organização e Gestão estabeleceram planos de capacitação para lideranças e para as Equipas Regionais e foram concretizados diversos momentos de reunião, entre a CN e os elementos das equipas, que contemplaram quer a definição e a planificação das ações a implementar, no processo de

acompanhamento, monitorização e avaliação da AFC nas escolas públicas do continente, quer balanços, reflexões e análise sobre: i) resultados da monitorização e tomadas de decisão quanto a subseqüentes ações a desenvolver; ii) esclarecimentos relativos à alteração à Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual; iii) Projeto Educação Inclusiva; iv) Planos de Inovação apresentados pelos AE/ENA; v) Plano de Recuperação das Aprendizagens (PRA); vi) Inovação na Escola.

As reuniões regulares entre a Coordenadora da Equipa Técnica e os Coordenadores das Equipas Regionais, permitiram harmonizar o trabalho das diferentes ER e que os Coordenadores de cada Equipa Regional prosseguissem, em sede de reuniões internas, a preparação e regulação do trabalho de proximidade a realizar junto das escolas, promovendo e reforçando o envolvimento dos representantes dos CFAE em todas as atividades. Para além da respetiva capacitação, os Encontros de Trabalho, em formato de seminário, destinados aos elementos das Equipas Regionais que se apresentam de seguida, visaram também essa harmonização.

Assim, realizaram-se os Encontros de Trabalho, em formato de seminário, destinados aos elementos das Equipas Regionais, que se apresentam em seguida.

#### *Encontro de Trabalho – Equipas Regionais*

A apresentação às Equipas Regionais do Plano de Atividades para o 1.º trimestre de 2022/2023 teve lugar no dia 12 de setembro de 2022, no Hotel *Olisippo* Oriente, em Lisboa, tendo estado presentes 50 participantes.

Foram sublinhadas algumas das exigências que se colocam à ação das ER: o conhecimento aprofundado dos contextos educativos, exigido pelos Decretos-Leis n.ºs 54 e 55, de 6 de julho de 2018; a importância de articulação e estabelecimento de parcerias entre os diferentes serviços, no âmbito do acompanhamento às escolas, trazidos pelo Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro; e a dedicação e disponibilidade que requer a análise dos Planos de Inovação, nomeadamente após as alterações significativas trazidas pela Portaria n.º 306/2021, de 17 de dezembro.

Apresentadas as prioridades estabelecidas para o ano letivo 2022/2023, foi dado destaque a ações a desenvolver no âmbito do PRA, nomeadamente a formação contínua dos docentes e não docentes; das novas Aprendizagens Essenciais de Matemática; da inclusão; da avaliação das aprendizagens acordo com os princípios/fundamentos do Projeto MAIA e da continuidade do Plano de Ação de Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE).

Outros aspetos sublinhados foram: o enorme ganho que se verifica com o processo em construção da articulação entre os serviços; os grandes desafios a dar resposta no âmbito do Plano de Recuperação das Aprendizagens; a necessidade da criação de redes de escolas no âmbito da multiculturalidade (refugiados e comunidades ciganas); e a relevância de reforçar as Equipas Regionais, tendo em conta que os diplomas não estão ainda consolidados nas escolas e que a análise de grande parte dos PI apresentados requer um aumento de recursos humanos.

A reunião prosseguiu com o balanço dos PI, a que se seguiram o balanço do trabalho desenvolvido por cada Equipa Regional, bem como a apresentação das atividades previstas para o ano letivo 2022/2023.

#### *Encontro de trabalho – Equipas Regionais – Projeto Educação Inclusiva*

O Projeto Educação Inclusiva, uma parceria entre a DGE, a DGEstE e a ANQEP e com o apoio da IGEC, tem vindo a ser implementado desde 2021.

Nesse âmbito, teve lugar, no dia 13 de setembro de 2022, no Hotel *Olissippo* Oriente, em Lisboa, um encontro de trabalho, em que para além dos membros da CN e da equipa técnica do Projeto, participaram 44 elementos das Equipas Regionais.

Os trabalhos iniciaram-se em plenário, com a apresentação do programa dos Seminários “Projeto Educação Inclusiva - Da Visão às Práticas”, bem como a explicitação da metodologia de trabalho a utilizar. Em grupo, foram analisadas e testadas situações-problema a serem aplicadas nos 12 seminários, a realizar de norte a sul de Portugal, entre outubro e dezembro de 2022. Por fim, em reunião plenária, foram apresentadas as conclusões da discussão e reflexão promovidas.

Foi aplicado um questionário de avaliação, que utilizou uma escala de 1 a 4, ao qual os 35 respondentes atribuíram uma avaliação global de 3,24.

#### *Capacitação MAIA – Equipas Regionais*

Nos dias 3, 4, 6, 11, 13 e 17 de outubro de 2022, decorreu em regime misto (presencial e a distância), a capacitação “Avaliação Pedagógica no Contexto da Autonomia e Flexibilidade Curricular”, destinado às Equipas Regionais, dinamizada pela Equipa Central do Projeto MAIA, que teve como racional a centralidade inegável que a avaliação pedagógica tem assumido nas políticas educativas e curriculares, com efeitos concretos nas práticas de ensino e aprendizagem, designadamente na promoção do “sucesso escolar”.

Tendo em consideração que o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, consagra mudanças significativas ao nível do currículo, assumindo um dos seus princípios orientadores a “afirmação da avaliação das aprendizagens como parte integrante da gestão do currículo enquanto instrumento ao serviço do ensino e das aprendizagens”, esta capacitação teve como principais objetivos:

- Contribuir para o desenvolvimento de competências e conhecimentos no domínio da avaliação, em geral, e da avaliação pedagógica, em particular, congruentes com o real conteúdo das orientações constantes nos documentos legais.
- Promover práticas de trabalho colaborativo e cooperativo na análise e desenvolvimento dos processos de avaliação pedagógica em contexto de sala de aula.
- Permitir a troca de materiais e experiências, o esclarecimento de dúvidas e a geração de ideias e instrumentos de natureza pedagógica e didática.
- Desenvolver competências de acompanhamento e monitorização para lidar com a melhoria e a inovação no âmbito da avaliação pedagógica.

Foi aplicado um questionário de avaliação, que utilizou uma escala de 1 a 4, ao qual os 38 respondentes atribuíram uma apreciação global de 3,55.

#### *Encontro de trabalho – Representantes AFC*

Tendo em vista o planeamento do processo de acompanhamento e monitorização AFC a desenvolver no ano letivo de 2022-2023, realizou-se uma reunião de trabalho no dia 10 de outubro, na Escola Secundária Eça de Queirós, em Lisboa, destinada aos representantes da AFC, que contou com 87 participantes.

O Senhor Ministro da Educação, Professor João Costa, procedeu à abertura da sessão, tendo-se seguido as intervenções de cada elemento da Coordenação Nacional.

No âmbito do tema “Acompanhamento e Monitorização AFC”, foram realçados os aspetos que a implementação e o desenvolvimento da AFC, em cada escola, deve promover. Foram enumeradas as características pelas quais o modelo de acompanhamento se deve reger. Em seguida, de acordo com o ponto 17, do Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, sublinhou-se a importância das competências atribuídas aos representantes da AFC. Foram apresentadas as prioridades definidas para o presente ano letivo; foi feito um balanço das ações desenvolvidas no ano letivo transato, nomeadamente o processo de aprovação dos Planos de Inovação para 2022/2023, bem como as ações previstas para o 1.º trimestre.

No período da tarde, o Coordenador do Projeto MAIA, Doutor Eusébio Machado, após a apresentação do enquadramento do Projeto, defendeu a perspetiva de que “Inclusão, currículo e avaliação são uma integração necessária”. Enunciou os princípios, modalidades e processos de formação MAIA, após o que apresentou uma recensão dos efeitos e estratégias de ação, destacando efeitos de melhoria, efeitos contraproducentes e estratégias de ação.

Seguiu-se a apresentação do Projeto de Educação Inclusiva – um caminho, um compromisso, por parte da Equipa Coordenadora. Após a divulgação dos principais resultados do relatório [Review of Inclusive Education in Portugal](#), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2022), os representantes dos CFAE foram sensibilizados para a importância do programa de capacitação docente previsto para 2023, bem como do dispositivo de monitorização para a Educação Inclusiva. Foi sublinhada a relevância do trabalho em rede entre ER, representantes da AFC e ET, com vista à consecução do *TOUR*<sup>6</sup>: Seminários Temáticos - Da Visão às Práticas.

#### *Seminário Equipas Regionais – Partilha de Práticas*

No dia 21 de abril de 2023, no Hotel Tivoli Oriente, em Lisboa, teve lugar um seminário destinado aos elementos das Equipas Regionais, no qual estiveram presentes 56 participantes, com o seguinte programa (cf. Figura 3):

Figura 3 – Seminário Equipas Regionais - Programa



A Coordenação Nacional destacou a mais-valia destes encontros que proporcionam a reflexão em conjunto e o trabalho em rede; a importância de, junto das escolas, explicar as políticas educativas,

<sup>6</sup> TOUR - Périple de seminários realizados a nível nacional

percebendo a sua transversalidade, competindo às ER mostrar a ligação, a intencionalidade da AFC; e o modo como permite a inclusão e a operacionalização das AE.

No ponto seguinte, as Coordenadoras AFC apresentaram o balanço do acompanhamento de proximidade realizado junto das escolas, a partir de um modelo previamente disponibilizado. Foram, assim, apresentados os dados relativos às visitas de acompanhamento, às reuniões de rede realizadas nos 1.º e 2.º períodos, outras ações relevantes, bem como o impacto que a sua intervenção teve junto das escolas, os constrangimentos sentidos e propostas de melhoria para o ano letivo 2023/2024.

O Plano de Recuperação das Aprendizagens, Escola+ 21|23, será prolongado no ano letivo 2023/2024, incidindo na Recuperação e Melhoria. As 51 ações específicas do Escola+ 21|23 têm vindo a ser apropriadas e implementadas. Têm vindo a ser publicados, na [página eletrónica](#), diversos relatórios que devem ser mobilizados pelas escolas, como são exemplo os mais de 100 indicadores de monitorização a que podem recorrer para o controlo das suas próprias ações. As ER foram desafiadas a criar um portefólio de práticas de referência que englobem as várias ações propostas pelo PRA.

No quadro da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual, o caminho percorrido foi considerado positivo, tendo sido sublinhada a necessária ação das ER, quer no que respeita à desburocratização e simplificação dos procedimentos, quer ao desejável aumento da taxa de cobertura de PI nas regiões do Algarve, Alentejo e algumas zonas de LVT. Foram prestados esclarecimentos, que decorreram de uma súmula de questões e dúvidas colocadas pelas escolas, relativamente à atual redação da referida Portaria, a saber: Art.º 12.º B, Art.º 9.º, bem como o estipulado na RCM n.º 90/2021, de 7 de julho, relativamente à Ação 1.2.1. – Gestão do Ciclo.

Após a apresentação do novo Diretor-Geral da Educação, Dr. Pedro Cunha, que destacou o papel desempenhado pelas ER na concretização da mudança que vem sendo operada, seguiu-se a intervenção do Senhor Ministro da Educação, Professor João Costa, que referiu que o “[Estudo Diagnóstico](#)” aplicado pelo IAVE, em janeiro de 2021, permite quer a aplicação de uma prova (não pública e, por isso, de maior fiabilidade), quer a identificação de áreas a trabalhar, tomando decisões baseadas em dados. Sublinhou a importância de que as ER levem as escolas a refletir sobre os resultados, analisando a eficácia das medidas aplicadas, a partir da qual possam elaborar estratégias consonantes, integrando os projetos e os programas que já desenvolvem, concorrendo para melhores aprendizagens. Após 5 anos, importa assumir um compromisso com a estabilidade que possibilite a avaliação das medidas implementadas e, conseqüentemente, o seu reajuste, se necessário. Os dados disponíveis permitem concluir que as áreas de intervenção prioritária se encontram no ensino secundário, onde se constata baixas taxas de

sucesso e maior abandono, e onde as maiores dificuldades dos alunos se manifestam na correlação de conhecimentos e não propriamente na sua aquisição.

Aludiu ainda ao estudo da [DGEEC de 2016](#) que mostra as assimetrias regionais sendo o Algarve uma região a requerer intervenção especial no âmbito do Português Língua Não Materna (PLNM), pelo que se impõe um olhar para o contexto, optando, por exemplo, por adaptações do calendário escolar. O Despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro, que confere às escolas liberdade para responder às necessidades dos alunos estrangeiros, permite dispensar uma atenção especial aos alunos migrantes e das comunidades ciganas, para os quais é necessária a definição de uma estratégia. Por fim, para além de recomendar a simplificação administrativa, desafiou as ER a identificar e divulgar os bons exemplos do tanto que se faz nas escolas portuguesas.

Seguidamente, acreditando que a partilha poderá funcionar como um estímulo e um desafio à evolução, as ER, organizadas em 5 grupos, encetaram uma reflexão em torno dos processos de trabalho desenvolvido em cada uma delas. Assim, os elementos de cada grupo pronunciaram-se sobre 5 tópicos, a saber: i) utilização das informações/dados disponíveis (inquéritos pós-reunião, relatório anual, relatório dos R/CFAE ...) na definição do plano anual de trabalho da ER; ii) envolvimento dos R/CFAE no trabalho da ER; iii) metodologia nas reuniões de rede que permite cumprir os objetivos previstos na alínea a) do n.º 16 do Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro; iv) preparação, desenvolvimento e consolidação das visitas de proximidade; e v) redefinição do plano de ação da ER decorrente do *Tour*, registando práticas de destaque e propondo procedimentos ainda não adotados.

No último ponto da agenda, foi feita a apresentação do 1.º *TOUR* de maio, focado no trabalho com as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI); foi partilhado o ponto de situação do Plano de Ação para a Educação Inclusiva; e foi apresentada a organização do “*TOUR 2 – Da Visão às Práticas com as EMAEI – trabalho em rede e compromisso com a inclusão*”.

Procedeu-se à caracterização dos casos a analisar no 2.º *TOUR*, que se baseiam em situações reais. Foi referido que o objetivo dos casos consiste em levar as escolas a focar-se em respostas que não se limitem à especificidade da “educação especial”, sublinhando a necessidade de atenderem à diversidade dos seus alunos, designadamente dos alunos migrantes, ciganos e sobredotados. Sublinhou-se que importa clarificar junto das escolas o papel da EMAEI e que esta deve contribuir para a fundamentação dos pedidos de recursos humanos.

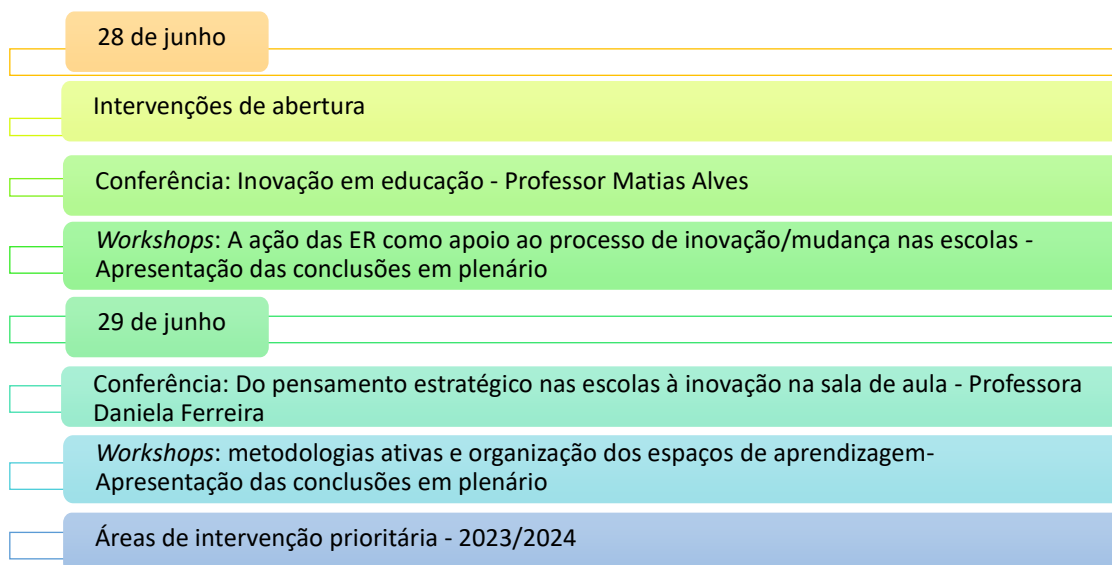
Foi aplicado um questionário de satisfação, ao qual 29 respondentes atribuíram à apreciação global de 3,76, numa escala de 1 a 4.



### *Seminário - Inovação em Educação para mais e melhores aprendizagens*

O seminário “Inovação em Educação para mais e melhores aprendizagens”, realizado nos dias 28 e 29 de junho, no Hotel D. Luís, em Coimbra, cuja agenda se pode observar na Figura 4, destinou-se às Equipas Regionais, tendo estado presentes, no primeiro dia 55 participantes e no segundo 47, entre os quais os elementos da CN.

Figura 4 – Seminário “Inovação em Educação para mais e melhores aprendizagens - Programa



A abrir o seminário a CN salientou que a escolha do tema “Inovação” releva a importância da capacitação das ER, pois a inovação não sendo uma finalidade, tem de ter subjacente uma intencionalidade visando mais e melhores aprendizagens para os alunos, que se reflete na implementação de respostas curriculares, pedagógicas e ou organizacionais (cf. Figura 5).

Figura 5 – Abertura do Seminário - CN



Seguiu-se a conferência proferida pelo Professor Matias Alves, “Inovação nas escolas para elevar as oportunidades de aprendizagem: compreender os problemas, construir soluções” (cf. Figura 6).

Figura 6 – Intervenção do Professor Matias Alves

Na sua intervenção, o Professor Matias Alves partiu da premissa de que a inovação não é um fim, mas um meio que visa elevar as oportunidades de aprendizagem, através da conjugação das variáveis-chave da gramática escolar, isto é, o modo de organizar e gerir o currículo, os tempos e os espaços de aprendizagem; os modos de agrupar os alunos; os modos de trabalho de professores e alunos; as possibilidades de personalização das aprendizagens; e o reforço da liberdade de ensinar e de aprender.



A comunicação baseou-se num roteiro de cinco pontos, a saber: 1) tipologia global: pentágono da inovação e da mudança – modelo de análise de problemas; 2) tipologias de inovação educativa; 3) saberes de inovação; 4) intervenção na reorganização da gramática escolar (generativa e transformacional); e 5) o que as ER podem fazer para elevar as oportunidades de aprendizagem.

Na sua perspetiva, a inovação deve investir i) nas dimensões-chave dum modelo (molde) escolar mais amigo das aprendizagens de todos os alunos; ii) nas lideranças; iii) nas culturas profissionais e organizacionais; iv) na gestão do currículo e avaliação pedagógica; e v) na autoavaliação e monitorização da ação, uma vez que estas dimensões podem potenciar ou entravar as dinâmicas de inovação.

Em síntese, o Professor Matias Alves propôs um guia para a ação a implementar pelas escolas: i) igualdade máxima possível nas condições de frequência e de sucesso; ii) qualidade dos resultados; iii) cultura de compromisso e de projeto; iv) liderança focada nas aprendizagens; v) prática profissional interativa e diferenciada; e vi) maior personalização das aprendizagens.

Por fim, sugeriu as principais ações a implementar pela tutela: i) centrar a inovação na descoberta e resolução dos problemas de aprendizagem; ii) confiar mais nas escolas, nas inteligências das pessoas, outorgando às escolas dezenas de competências; iii) adotar o princípio da subsidiariedade; iv) dialogar e interagir mais; v) acreditar nas escolas, empoderar e responsabilizar; vi) dispensar a “burocracia” inútil; vii) exigir uma escola democrática, inclusiva, plural; viii) contratualizar melhorias efetivas e “concretas”,

face aos problemas; ix) apoiar as escolas na melhoria da sua ação; e x) induzir ao reforço da comunidade educativa local, regional e nacional.

Em seguida, organizados em grupos heterogéneos (cf. Figura 7), os elementos das ER foram desafiados a refletir em torno das seguintes questões:

- a) As culturas profissionais e organizacionais são por vezes um obstáculo à inovação, dificultando a adoção de mudanças que contribuam para a melhoria da aprendizagem e para o aumento do sucesso de qualidade. Propõe-se que o grupo identifique 5 ações concretas que as lideranças, de topo e intermédias, poderão tomar para superar estes bloqueios.
- b) Tendo como cenário uma escola onde seja identificada a necessidade de melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos, propõe-se que o grupo identifique 10 possíveis recomendações passíveis de serem feitas pela equipa regional, com o objetivo de incrementar uma dinâmica de inovação inclusiva e promotora de mais e melhores aprendizagens.
- c) Partindo da experiência decorrente do acompanhamento realizado pelas ER, propõe-se que o grupo identifique 5 ações concretas a desenvolver pela administração educativa, visando ativar as vontades, individuais e coletivas, e mobilizar os saberes e os poderes existentes nos diferentes contextos da ação educativa com vista à inovação que aponta para a melhoria das aprendizagens dos alunos.

Figura 7 – *Workshop “Inovação nas escolas”*



No dia 29, a Professora Daniela Ferreira<sup>7</sup> trouxe, na sua conferência “Do pensamento estratégico nas escolas à inovação na sala de aula”, um menu de metodologias, de métodos de trabalho que visa ajudar os professores a reinventar as suas salas de aula (cf. Figura 8).

<sup>7</sup> CIIE/Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Figura 8 – Intervenção da Professora Daniela Ferreira



Considerou que para que a utilização de metodologias ativas seja coerente, importa refletir sobre três princípios: i) intencionalidade pedagógica (o porquê da escolha, as aprendizagens e as competências a desenvolver); ii) cooperação; e iii) aprendizagem significativa, e apresentou as características de 5 métodos, a saber: i) sala de aula invertida; ii) aprendizagem por descoberta guiada; iii) *design thinking*; iv)

aprendizagem a partir da resolução de problemas; e v) trabalho de projeto, aos quais acrescentou o método expositivo. Sintetizou, num quadro, o tipo de aprendizagens promovidas por cada um dos métodos apresentados.

Na segunda parte da sua intervenção, a Professora Daniela Ferreira, através da exibição de fotografias recolhidas em escolas portuguesas e da Guiné-Bissau, associou a importância da organização do espaço à promoção de aprendizagens significativas.

Seguiu-se o trabalho em *workshop*, em que cada grupo de trabalho refletiu sobre uma das metodologias suprarreferidas (cf. Figura 9).

Figura 9 – *Workshop* “Ambientes Educativos”



Os trabalhos prosseguiram com a apresentação das “Áreas de intervenção prioritária para 2023/2024”.

Foi feito balanço das ações que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do Projeto de Educação Inclusiva, que contempla tudo o que se faz nas escolas, isto é, currículo, organização, horários, distribuição de serviço, devendo esta abordagem ser apresentada às escolas, no trabalho que com elas é desenvolvido, e transparecer nos Planos de Inovação. O [modelo de monitorização](#) da Agência Europeia para as Necessidades Especiais e Educação Inclusiva é uma questão de relevante importância que foi discutida com os diretores, na perspetiva da sua aplicação, com vista à melhoria dos seus processos. A capacitação nesta área, que se reveste de especial importância para as ER, tendo em conta o seu trabalho de proximidade com as escolas, está a ser dinamizada, sendo disponibilizados às escolas alguns instrumentos e estudos.

Considerando a relevância da capacitação das ER nas diferentes áreas que vão ao encontro das necessidades das escolas, “A escola na era digital” foi o tema desenvolvido em seguida.

O [Plano para a Educação Digital \(2021-2027\)](#), lançado pela Comissão Europeia, está na base do [Plano de Ação para a Transição Digital](#) para as escolas portuguesas<sup>8</sup>, que foi gizado em resposta aos constrangimentos trazidos pela pandemia. Nele estão contempladas as áreas i) da infraestrutura da distribuição de equipamentos e acessibilidade; ii) dos recursos educativos digitais; e iii) da capacitação dos docentes. O financiamento é feito através de fundos comunitários e, recentemente, através de mais de quinhentos milhões de euros, atribuídos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (cf. Figura 10).

Figura 10 – A escola na era digital - Dr.ª Maria João Horta



A intervenção da DGE neste plano concretiza-se através do trabalho dos Embaixadores Digitais, em parceria com os R/CFAE, com cada escola. Em simultâneo, operacionalizou-se o programa de

---

<sup>8</sup> RCM n.º 30/2020, de 21 de abril

capacitação dos docentes em competências digitais, com vista ao desenvolvimento de competências digitais dos alunos.

Foi dada nota de que a distribuição de equipamento trouxe constrangimentos que constituem um condicionador da qualidade dos mesmos. As escolas têm recebido recomendações, no que respeita à desmaterialização das provas de aferição, bem como às opções encontradas para colmatar a falta destes equipamentos em algumas delas.

Serão postos à disposição dos professores 3 tipos de Laboratórios de Educação Digital (LED), que constituem espaços de suporte à aprendizagem. A sua gestão está a cargo de um Coordenador LED, figura de contacto com a DGE. Estão em curso os procedimentos para aquisição de Recursos Educativos Digitais (RED) de qualidade para todas as disciplinas do currículo.

O Projeto-Piloto de Manuais Digitais<sup>9</sup> abrange, no presente ano letivo, 68 AE/ENA, perspetivando-se, em 2023/2024, a participação de 100. O seu acompanhamento e monitorização é da responsabilidade das equipas locais dos Centros de Competência TIC (CCTIC) e CFAE. Será ensaiado um Projeto de Mentorias entre escolas que serão acompanhadas por uma equipa constituída por elementos da DGE, Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas e CCTIC. A 11 de outubro decorrerá, em Santarém, o evento nacional “(RE)configurar espaços de aprendizagem”, destinado aos diretores de AE/ENA e dos CFAE e Educadores Digitais, no qual participarão também as ER, que vai focar-se na maneira como o digital pode ser um catalisador da (re)configuração dos espaços de aprendizagem.

Seguiu-se a apresentação do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária 4 (TEIP4), (cf. Figura 11).

Figura 11 – Programa TEIP 4 - Dr.ª Cristina Palma

O TEIP4 foca-se numa estratégia de discriminação positiva, cuja concretização assenta num acompanhamento de maior proximidade e na atribuição de recursos e apoios diferenciados às escolas que, por se encontrarem localizadas em territórios de elevada vulnerabilidade social, enfrentam maiores desafios e dificuldades na prossecução da sua missão. Apostando na autonomia, no acompanhamento e na



<sup>9</sup> Envolve manuais digitais, tecnologia, pedagogia, recursos educativos e contextos para a sua utilização.

responsabilização, o Programa tem como pilares a territorialização, o envolvimento e a inovação. Em cooperação com as autarquias, será traçado um Plano de Ação, no qual se identificam as responsabilidades da escola e os contributos das autarquias, para alcançar os objetivos e as metas nele definidas. Entre os critérios de elegibilidade das escolas, destaca-se a percentagem de alunos migrantes e os compromissos do ME, no que respeita à atribuição de crédito horário.

Regista-se a possibilidade de estabelecimento de mentorias por parte de diretores de escolas TEIP com índices de sucesso, sendo que a coordenação, acompanhamento, monitorização e avaliação será da responsabilidade da DGE.

A disciplina Português Língua Não Materna (PLNM), regulamentada pelo Despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro, foi o tema de encerramento dos trabalhos. A oferta de PLNM, pretendendo assegurar condições equitativas de acesso ao currículo e ao sucesso educativo, independentemente da língua, cultura, condição social, origem e idade, tem como destinatários alunos recém-chegados ao sistema educativo, que não têm o português como língua materna ou que não tenham tido o português como língua de escolarização. Foram elencadas as diferentes fases de operacionalização da disciplina, no que respeita i) ao posicionamento dos alunos, de acordo com o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas; ii) à frequência; e iii) à integração no currículo e avaliação interna e externa, de acordo com o estipulado no referido despacho (cf. Figura 12).

Figura 12 – PLNM - Dr.ª Lina Varela



Foi ainda referido que os cursos de Português Língua de Acolhimento, regulamentados pela Portaria n.º 184/2022, de 21 de julho, permitem a frequência a partir dos 16 anos. Estes cursos têm como destinatários pessoas migrantes, com vista à concessão autorização de residência e de vistos curtos para efeitos de trabalho sazonal, e pessoas refugiadas em proteção internacional temporária. As escolas podem tomar diferentes opções que estão disponíveis no [site](#) da DGE.

Em resultado da aplicação de um questionário de satisfação, que utilizou a escala de 1 a 4, 32 respondentes atribuíram 3,81 à apreciação global.

## 2.2. Encontro Nacional

### *Encontro Inovar com Intenção - 2023*

Figura 13 – Encontro “Inovar com Intenção – 2023”



O [Encontro Inovar com Intenção – 2023](#), centrado na Inovação em Educação, decorreu no dia 15 de fevereiro de 2023, no Convento S. Francisco, em Coimbra (cf. Figura 13).

Tendo tido como público-alvo diretores de AE/ENA, diretores dos CFAE, ER e representantes dos vários organismos do Ministério da Educação, o evento pretendeu promover a reflexão sobre a Inovação na Escola, assinalando o que na escola pública portuguesa se tem vindo a fazer desde 2018, no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular.

A infografia “[Uma Escola Inovadora](#)”, em que se enunciam as principais características da escola que promove nos alunos aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências transformadoras, tendo como referência o mundo em rápida evolução, deu início ao Encontro. Com a apresentação de Raquel Oliveira, a sessão de abertura contou com a presença do Senhor Ministro da Educação, Professor João Costa, e com o Senhor Presidente da Câmara de Coimbra, Dr. José Manuel Silva, que proferiu o discurso de abertura.

O [Senhor Ministro da Educação](#), Professor João Costa, inscreveu o Encontro “Inovar com Intenção – 2023” num conjunto vasto de objetivos a cumprir, em resposta ao desafio das Nações Unidas para pensar e refletir em conjunto sobre a transformação na Educação. Considerando o processo de mudança em curso no seu sistema educativo, Portugal tem tido uma participação muito ativa nesta reflexão, como são exemplo a Cimeira Transformadora da Educação ([Transforming Education Summit](#)) ou a sua



integração no Comité Diretor de Alto Nível do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação 2030 da UNESCO.

Figura 14 – Intervenção do Sr. Ministro da Educação

O Senhor Ministro da Educação referiu que as políticas educativas implementadas nestes quase 4 anos preveem, em toda a legislação produzida, quer a estabilidade, quer um calendário regular de monitorização e avaliação, que permitem a recolha de evidências com vista à adoção das alterações que se considerarem necessárias (cf. Figura 14). O Plano de Ação Estratégica constituiu o primeiro exercício de verdadeira autonomia, através do [Projeto Piloto de Inovação Pedagógica](#), tendo sido o embrião das medidas que hoje se implementam e que foram inscritas no PRA.

Continuou referindo que profunda transformação da nossa relação com o conhecimento, conduz à necessidade de inovar com significado, tendo sido a inovação curricular e pedagógica percorrida desde 2016, um meio para atingir os objetivos preconizados na legislação, estando também ao serviço da cidadania perante os desafios do clima, da sustentabilidade, da igualdade.

O Professor João Costa terminou partilhando a vaidade que sente no trabalho das escolas e nos seus professores e desafiou a imprensa a mostrar ao país a escola pública portuguesa, no processo de qualidade, inovação e mudança, de que o livro, apresentado neste encontro, é apenas um exemplo, uma janela entreaberta de uma realidade muito profunda e rica, lugar de otimismo e de avanço.

Seguiu-se a [apresentação do livro “4 anos de vivências AFC + Currículo + Equidade + Qualidade das Aprendizagens”](#) pela Dr.ª Cristina Palma, Chefe de Equipa EAMDC, acompanhada pela aluna Carolina Requicha, do 10.º ano, do Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira (cf. Figura 15).



Figura 15 – Painel “4 anos de vivências AFC”



A Dr.<sup>a</sup> Cristina Palma, coordenadora do livro, começou por convidar os presentes a assistir a um vídeo que reúne, brevemente, alguns dos exemplos retratados no livro, em 86 vídeos, acessíveis através de *QR Code*. Esta publicação pretende espelhar o movimento de mudança em curso na Escola, mostrando que é possível mudar a gramática escolar, pois os professores passaram a assumir a gestão do currículo, trabalham de forma colaborativa, promovem a interdisciplinaridade e envolvem os alunos no processo ensino, aprendizagem e avaliação. Sublinhando a importância de dar a voz aos destinatários desta mudança, encetou uma conversa com Carolina Requicha, desafiando-a a mostrar em que aspetos a sua escola é diferente da escola que a maioria dos presentes conheceu.

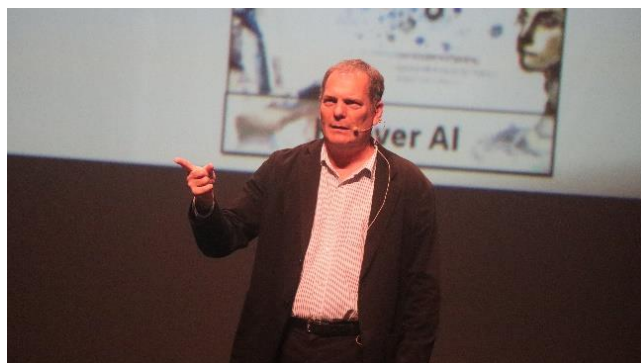
A Carolina destacou como as principais diferenças o processo de ensino focado nos alunos e a importância do desenvolvimento de competências, que serão fundamentais para a vida depois da escola, dando, como exemplo, as que resultam do trabalho interdisciplinar. Comparando a sua vivência do 3.<sup>o</sup> ciclo com as mudanças que verifica no Ensino Secundário, referiu que, pela maior carga de trabalho e de matéria, há menos tempo para o desenvolvimento dos projetos interdisciplinares, sendo muito importante que esta metodologia de trabalho prossiga.

Por fim, a Dr.<sup>a</sup> Cristina Palma agradeceu às ER e aos R/CFAE, cujo trabalho de articulação permitiu a consecução do livro e encerrando o painel, convidou os presentes a explorar as práticas partilhadas no livro, que podem constituir ideias e caminhos passíveis de implementação nas suas escolas.

Seguiu-se a intervenção de Guy Levi, especialista e consultor em inovação pedagógica e aprendizagem centrada na teoria e na prática da aprendizagem no século XXI, sob o tema “Inovação na escola como fator de desenvolvimento social” (cf. Figura 16).

Figura 16 – Intervenção de Guy Levi

Guy Levi louvando o tema do encontro, afirmou que inovar com um propósito exige o desenvolvimento de novos conceitos, a saber: i) passar da inovação sustentável para a inovação disruptiva; ii) mudar de um currículo baseado em conteúdos para um currículo baseado em competências, passando da avaliação tradicional para a avaliação de competências



metacognitivas (reflexão e avaliação de si mesmo e dos colegas); iii) avançar do conteúdo para o contexto e da escolarização para a aprendizagem; iv) transformar a Educação Tecnológica em Aprendizagem Tecnológica, rompendo os conceitos de tempo e espaço na escolarização do século XXI; v) orientar a tecnologia digital para a pedagogia digital; e vi) ligar autonomia e agência. Exemplificando, Guy Levi apresentou dois estudos de caso: “Atividades *escondidas* dos alunos” e “A agência coletiva na coconceção do microcurso sobre Empreendedorismo Verde”, que tem acompanhado na Moldavia, que demonstram como se transforma a educação para o desenvolvimento social num ecossistema *LearnTech*, usando a inovação disruptiva, no contexto do currículo baseado em competências, a pedagogia digital e promovendo a agência do aluno e a coagência.

Concluiu apresentando quatro desafios: mudar a linguagem pedagógica para trazer inovação disruptiva que abrirá as portas a um currículo baseado em competências e fará adequar os conteúdos ao contexto e a escolaridade à aprendizagem; transformar a *EdTech* em *LearnTech*; aproximar a tecnologia digital da pedagogia digital; e ligar autonomia e agência.

O painel seguinte, subordinado ao tema “[Inovar no Ensino Secundário é possível](#)”, foi moderado pela Dr.ª Antonieta Ferreira, Adjunta do Ministro da Educação, tendo tido como oradores a Dr.ª Conceição Rodrigues, professora do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira, o Dr. Mário Rocha, diretor do Agrupamento de Escolas de Cristelo, Marta Nunes, aluna que frequenta o 11.º ano de Ciências e Tecnologias, no Agrupamento de Escolas de Cristelo, e a Dr.ª Micaela Leitão, professora do Agrupamento de Escolas de José Relvas (cf. Figura 17).

Figura 17 – Painel “Inovar no Ensino Secundário é possível”



A Dr.ª Antonieta Ferreira saudou o crescimento paulatino que se tem verificado, nos últimos 4 anos, de Planos de Inovação que se estendem ao ensino secundário.

Os oradores partilharam as suas vivências na implementação e desenvolvimento de Domínios de Autonomia Curricular (DAC). Após a experiência positiva realizada no ensino básico, ao longo de 4 anos, a flexibilização curricular no ensino secundário, nestes agrupamentos, teve origem i) na necessidade de reverter fracos resultados de disciplinas como Física e Química A e Biologia e Geologia, num caso, Português, Matemática A e Física e Química A, noutro; ii) na importância da intencionalidade do “fazer diferente”, como ensejo de dar aos alunos a possibilidade de “serem mais e aprenderem mais”, oferecendo-lhes mais oportunidades de aprendizagem; e iii) no dar cumprimento ao preconizado no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Os aspetos positivos mais relevantes do desenvolvimento da AFC prendem-se com a articulação das diferentes disciplinas, bem como a mobilização de conhecimentos; a incontornável alteração da prática docente; o trabalho cooperativo e colaborativo entre os professores (que implica muito trabalho na organização das equipas pedagógicas e dos tempos); o ouvir os alunos e a comunidade; aprender com os erros; a capacitação e o envolvimento dos professores.

Afirmou-se que a burocracia trazida pelos processos de monitorização pode minimizar-se criando registos interligados. Por outro lado, foi contrariada por todos ideia de que a avaliação pedagógica de apoio ao desenvolvimento curricular é incompatível com a avaliação externa, uma vez que os resultados dos exames demonstraram que, em geral, essa ideia ter sido superada. Foram dados testemunhos dos benefícios de tornar os alunos partícipes no processo de avaliação, analisando e negociando com eles as rubricas de avaliação, facultando-lhes a autorregulação das aprendizagens.

Seguiu-se o painel “Ambientes inovadores de aprendizagem”, cuja conversa conduzida pela Subdiretora-Geral da Educação, Dr.ª Maria João Horta, se desenrolou em torno das questões da inovação, da

intencionalidade associada ao ato de mudar e contou com a participação do Dr. Eduardo Cruz, Diretor do Agrupamento de Escolas Michel Giacometti, da Dr.ª Maria de Jesus Carvalho, Diretora do Agrupamento de Escolas Virgínia Moura e do Dr. Paulo Almeida, Diretor do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro da Silva Pereira (cf. Figura 18).

Figura 18 – Painel “Ambientes inovadores de aprendizagem”



As mudanças introduzidas pela publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, constituíram o ponto de partida para as alterações que os oradores implementaram nos seus agrupamentos, “transformando os espaços numa lógica em espiral de mudança da prática letiva”, à qual se associou a renovação do espaço físico. Recorrendo a instalações exteriores à escola, foram ampliadas as valências de oferta aos alunos; criaram-se espaços alternativos à tradicional sala de aula; foram “derruba[das] as paredes físicas e as que estão dentro de nós, de práticas enraizadas” e partiu-se para a construção de uma “escola com paredes amovíveis que sirvam a aprendizagem”.

Encerrando o encontro, a Dr.ª Maria João Horta afirmou que inovar significa ter a capacidade de adaptar práticas de forma a promover melhores aprendizagens e mais inclusão e desenhar, implementar e aferir estratégias e ações que conduzam a melhores resultados educativos. Como tal, são inovadoras as escolas que conseguem identificar e implementar práticas organizacionais e pedagógicas, designadamente curriculares e de avaliação, que, adequadas aos seus contextos, conduzam a melhores resultados do ponto de vista do sucesso educativo de todos os seus alunos.

Neste evento, que contou com 655 participantes, fizeram-se representar 312 Unidades Orgânicas, sendo 90 da Região Norte (31,03%), 102 da Região Centro (68,92%), 102 de LVT (39,08%), 12 da Região do Alentejo (16,90%) e 6 da Região do Algarve (15,00%).

Em resultado da aplicação de um questionário de avaliação, que utilizou uma escala de 1 a 4, 225 respondentes atribuíram ao Encontro a média global de 3,59.

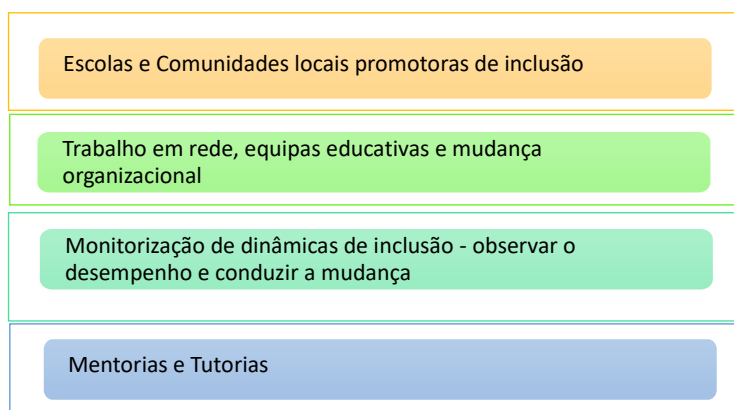
### 2.3. Encontros Regionais | Seminários Temáticos

A Coordenação Nacional projetou para o ano letivo 2022/2023 a realização de um conjunto de Encontros Regionais e Seminários Temáticos (cf. Anexo I), tendo como principal objetivo promover a reflexão e o aprofundamento de determinadas temáticas, bem como proporcionar a partilha de práticas entre as escolas, nomeadamente nas áreas da Educação Inclusiva e Educação para a Cidadania.

#### *Educação Inclusiva – Da Visão às Práticas – 1.º TOUR*

No âmbito do Projeto Educação Inclusiva, decorreram entre os meses de outubro e dezembro de 2022, 12 encontros destinados a lideranças de topo e intermédias (Diretores, Coordenadores de EMAEI, e Coordenadores de DT/Conselhos de docentes), de todos os AE/ENA do território continental, aos quais se juntaram docentes e técnicos de Escolas Profissionais. Foram seminários subordinados ao tema “Educação Inclusiva: Da Visão às Práticas”, onde foram exploradas quatro subtemas (cf. Figura 19):

Figura 19 – Educação Inclusiva: da visão às práticas – temas abordados



No período da manhã, foram apresentadas as conclusões e recomendações do relatório da OCDE *Review of Inclusive Education in Portugal* (OCDE 2022). Num segundo momento, com recurso a metodologia de trabalho de grupo e partindo de um leque de situações-problema, foram promovidas a reflexão e a partilha com a apresentação da síntese em suporte de *flip chart*. No período da tarde, a professora do Georgia Institute of Technology, Atlanta, Lizanne DeStefano apresentou o relatório da Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, do qual resultou o desenho de um [Sistema de Monitorização da Implementação do Regime da Educação Inclusiva em Portugal](#). Seguiu-se a dinâmica de trabalho de grupo com a reflexão em torno dos textos trabalhados no período da manhã e do quadro síntese do relatório, *standards*, indicadores e questões Sistema de Monitorização da Implementação do

Regime da Educação Inclusiva em Portugal. Por último, em sessão plenária, teve lugar a apresentação da experiência de um painel de agrupamentos convidados que participaram no estudo.

Dos 810 AE/ENA convidados, participaram 706. Registou-se a presença de 2007 elementos (Diretores, Coordenadores de EMAEI, Coordenadores de Diretores de Turma), bem como de 28 docentes/técnicos das escolas profissionais. Dos 92 representantes dos CFAE, 89 participaram nos diferentes seminários (cf. Quadro 3, p. 44).

Em cada sessão foi aplicado um questionário de satisfação, tendo respondido 1010 participantes que numa escala de 1 a 4 atribuíram à apreciação global a média de 3,45.

#### *Seminário de lançamento do Projeto de Capacitação em Educação Inclusiva*

No seguimento da conclusão das ações acima referidas (cf. p. 42), realizaram-se dois seminários de lançamento do Projeto de Capacitação em Educação Inclusiva.

O primeiro seminário teve lugar no dia 31 de janeiro de 2023, no auditório da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Este seminário destinado a formadores, no qual participaram 145 pessoas, abordou os seguintes temas:

- Coordenação do Projeto Educação Inclusiva: um caminho um compromisso (Maria João Horta, Florbela Valente e Alexandra Figueiredo)
- Programa nacional de capacitação de formadores: um relato do processo de coconstrução (Susana Colaço e Isabel Piscalho, Professoras da Escola Superior de Educação de Santarém)
- Educação Inclusiva: tensões, dilemas e possibilidades (Ariana Cosme, Professora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto)

No dia 9 de fevereiro de 2023, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria, realizou-se o segundo seminário, que contou com a presença de 179 participantes. Do programa constaram os seguintes temas:

- Coordenação do Projeto Educação Inclusiva: um caminho um compromisso (Maria João Horta, Florbela Valente, Helena Fonseca e Alexandra Figueiredo)
- Programa nacional de capacitação de formadores: um relato do processo de coconstrução (Susana Colaço e Isabel Piscalho, Professoras da Escola Superior de Educação de Santarém)
- O papel da Aprendizagem Profissional Contínua no desenvolvimento de Ambientes Educativos Inclusivos (David Rodrigues, Conselheiro no Conselho Nacional de Educação)

#### *Seminários – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*

Dando continuidade ao trabalho de apoio e de acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, consubstanciada no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e nas Portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, e n.º 229-A/2018, de 14 de agosto, através da inclusão da componente de Cidadania e Desenvolvimento nas matrizes curriculares-base dos ensinos básico e secundário, realizaram-se dez Seminários de Capacitação, destinados aos Coordenadores de Cidadania e Desenvolvimento, Diretores dos AE/ENA, professores de Cidadania e Desenvolvimento, Coordenadores de Diretores de Turma, bem como elementos das equipas regionais (cf. Quadro 3).

Quadro 3 – Seminários ENEC out./nov. – locais de realização

<b>DATA</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>ESCOLA</b>
20 out	LVT	Escola Secundária D. Pedro V – Lisboa
21 out	LVT	Escola Secundária Prof. Ruy Luís Gomes – Laranjeiro
03 nov	Norte	Conservatório de Música do Porto – Porto
04 nov	Norte	Escola Secundária Dr. João Araújo Correia – Peso da Régua
09 nov	Alentejo	Escola Secundária André de Gouveia – Évora
10 nov	Algarve	Escola Secundária de Loulé – Loulé
14 nov	LVT	Escola Básica e Secundária Fernão do Pó – Bombarral
15 nov	Norte	Escola Secundária D. Maria II – Braga
23 nov	Centro	Escola Secundária Emídio Navarro – Viseu
24 nov	Centro	Escola Básica e Secundária Quinta das Flores – Coimbra

Criar um espaço de reflexão e de disseminação de práticas no sentido de «apoiar o trabalho docente e a implementação de estratégias» (ENEC, 2017:5) das 810 escolas/agrupamentos de escolas constituiu o objetivo primacial dos seminários, proporcionando aprendizagens conjuntas numa perspetiva de diálogo entre docentes em torno dos Projetos que as escolas desenvolvem, integrados em cada Estratégia para a Educação para a Cidadania de Escola (EECE). Procurou-se, igualmente, promover as áreas de competências e os princípios e valores preconizados no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, no sentido em que os conteúdos de cada área do saber sejam associados «a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno»<sup>10</sup>.

Do Programa constou a apresentação, em plenário, pelo Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Projetos Educativos, do balanço dos encontros anteriores<sup>11</sup>, bem como de alguns aspetos incluídos no

<sup>10</sup> *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*

<sup>11</sup> Realizados entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022



Relatório de avaliação Projeto Educativo (PE) e EECE, realizado pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE- IUL), da “Avaliação dos termos da Concretização da Componente Curricular de Cidadania e Desenvolvimento” e referenciais da Portaria n.º 194/2021, de 17 de setembro.<sup>12</sup> Esta apresentação começou com a resposta, recorrendo ao *Mentimeter*<sup>13</sup>, às perguntas colocadas pelo Diretor de Serviços, a saber: Cidadania e Desenvolvimento é currículo? Como define cidadania numa palavra?

No segundo momento desta sessão de trabalho, uma escola convidada apresentou a forma como trabalhou o seu projeto de escola. Abordou as razões da conceção do projeto e os pressupostos que estiveram na sua génese, as aprendizagens desenvolvidas e os domínios de Educação para a Cidadania a que estão associados; as aprendizagens de outras disciplinas e a forma como a interdisciplinaridade foi trabalhada; o modo como se processou a articulação entre o projeto em questão; outros projetos e clubes existentes na escola e o PE da mesma; as sinergias criadas com a comunidade escolar, a comunidade local e entidades parceiras; as metodologias e as estratégias de ensino e aprendizagem postas em prática na conceção e no desenvolvimento do projeto; os produtos gerados; e os impactos e reflexos do projeto na escola e na comunidade.

Esta partilha serviu de ponto de partida para tarefas a realizar, em oficina, incidindo sobre os aspetos a considerar na conceção e desenvolvimento de projetos de Escola, tendo em conta o n.º 5 do Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho<sup>14</sup>.

À referida tarefa seguiu-se um debate dinamizado pelo moderador de cada oficina, procurando alargar a troca de experiências ao plenário. No final de cada sessão, foi feita uma síntese, pela DGE, focada “naquilo que não pode deixar de ser dito”, de acordo com as palavras do Diretor de Serviços. Destacaram-se, pela relevância neste Encontro, os seguintes assuntos: Educação para a Cidadania no currículo – enquadramento; Construção da Estratégia para a Cidadania da Escola; Domínios a trabalhar em Cidadania e Desenvolvimento; Articulação da estratégia de Escola com os instrumentos de autonomia; a importância do Trabalho de Projeto de natureza interdisciplinar; exemplos de cruzamento de domínios; exemplos de interdisciplinaridade; Equipas Educativas; exemplos de constituição de Equipas Educativas; avaliação da Estratégia; abordagem a toda a Escola (*whole-school approach*) e Cidadania e

---

<sup>12</sup> Define os modelos de diplomas e de certificados em formato eletrónico das ofertas educativas e formativas do ensino básico e secundário (em específico: Art.º 5º Participação em projetos; Art.º 6º Representação dos pares e participação em atividades e projetos; Art.º 21º Entrada em vigor e produção de efeitos.

<sup>13</sup> Aplicação informática que permite obter respostas em tempo real

<sup>14</sup> v) Apostar na dinamização do trabalho de projeto e no desenvolvimento de experiências de comunicação e expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, valorizando o papel dos alunos enquanto autores, proporcionando-lhes situações de aprendizagens significativas

Desenvolvimento.

A apreciação global dos 873 participantes (entre docentes e alunos) foi positiva, tendo sido atribuídos 3,61, numa escala de 1 a 4.

*Seminários - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*

O objetivo primordial destes dez encontros realizados entre abril e maio de 2023 (cf. Quadro 4) foi criar um espaço de reflexão e de disseminação de práticas no sentido de «apoiar o trabalho docente e a implementação de estratégias» dos 810 Agrupamentos de Escolas/ Escolas Não Agrupadas.

Quadro 4 - Seminários ENEC abril/maio – locais de realização

<b>DATA</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>ESCOLA</b>
20 abr	Alentejo	Escola Secundária André de Gouveia - Évora
21 abr	Algarve	Escola Básica 2,3 D. Dinis - Quarteira
26 abr	LVT	Escola Secundária D. Dinis - Lisboa
27 abr	LVT	Escola Secundária D. João II - Setúbal
10 mai	Norte	Escola Secundária S Pedro – Peso da Régua
11 mai	Centro	Escola Básica Afonso de Paiva – Castelo Branco
15 mai	LVT	Escola Secundária Jácome Ratton - Tomar
16 mai	Centro	Escola Secundária de Gafanha da Nazaré - Aveiro
23 mai	Norte	Escola Profissional Amar Terra Verde – Vila Verde
24 mai	Norte	Escola Secundária Inês de Castro – Vila Nova de Gaia

À semelhança dos anteriores, estes Encontros tiveram como foco promover a reflexão e aprendizagens conjuntas numa perspetiva de diálogo entre docentes, em torno dos Projetos que as escolas desenvolvem, integrados nas Estratégias de Educação para a Cidadania nas Escolas. Da análise de conteúdo feita aos documentos trabalhados pelos docentes nos últimos Encontros, a equipa dinamizadora do périplo considerou que os temas que ressaltavam como mais significativos eram a interdisciplinaridade e a participação dos alunos, indo os mesmos ao encontro das suas preocupações iniciais, tendo o plano dos Encontros sido configurado em torno desses dois eixos.

Dando cumprimento ao Programa do Encontro, na parte da manhã, o Diretor de Serviços de Projetos Educativos, José Carlos Sousa, começou por fazer uma incursão sumária pelos encontros realizados desde 2018, procurando salientar que o caminho percorrido foi sempre no sentido de ir respondendo às preocupações e inquietações partilhadas pelos docentes ao longo dos cinco anos.

Foram também trazidos à reflexão alguns aspetos do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 55/2018, a saber: dinamizar o trabalho de projeto de natureza interdisciplinar; reforçar e enriquecer as Aprendizagens Essenciais; exercício da cidadania ativa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade; fomentar nos alunos o desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da sua autoestima e bem-estar; dinamização do trabalho de projeto e desenvolvimento de experiências de comunicação e expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, valorizando o papel dos alunos enquanto autores, proporcionando-lhes situações de aprendizagens significativas.

Igualmente, foram destacados os cinco pilares da Cimeira Transformar a Educação, com particular ênfase no pilar 5 - *Iniciativas globais de Transformar a Educação*, que inclui as seguintes decisões-chave: convocar os Estados Membros a endossar os Chamados à Ação e a envolverem-se nas Iniciativas Globais; acrescentar indicadores para i) educação ecológica, ii) transformação digital; iii) PRA; iv) educação em situação de crise e v) igualdade de género.

Finalmente, o Diretor de Serviços lançou o desafio aos presentes para, numa palavra, sintetizarem o que consideravam melhor descrever a expressão “trabalho colaborativo”, por um lado, e outra para enunciar o maior constrangimento para a sua concretização. Por unanimidade nacional, de norte a sul do país a palavra mais escolhida para caracterizar trabalho colaborativo foi “partilha” e a mais apontada como o maior constrangimento foi “tempo”.

Ainda em plenário, um grupo de alunos da escola anfitriã apresentou um projeto enquadrado na ECCE, do qual foram autores ou coautores. Para essa apresentação, a equipa do Périplo forneceu, a título meramente orientador, um guião com aspetos relevantes a abordar, seguindo a metodologia de trabalho de projeto.

Terminado o plenário, os participantes foram distribuídos por salas onde, durante o resto da manhã, trabalharam, primeiro individualmente, depois por mesa e por fim por grupo sala, sobre interdisciplinaridade e participação dos alunos. Tratou-se de fomentar a reflexão individual e coletiva sobre esses temas, partindo do questionamento, não valorativo, do projeto apresentado pelos alunos, e discutir sobre o conceito de participação e as aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos para a sua concretização, à luz do Perfil dos Alunos, do Decreto-Lei n.º 55/2018 e da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Da parte da tarde, ainda em salas, os docentes foram convidados a refletir, individual e coletivamente, sobre a participação dos alunos nas três dimensões da *whole school approach* – currículo, cultura e

comunidade, posicionando-se numa escala de frequência. A terminar os trabalhos de sala, os professores tiveram ainda de posicionar a sua escola na escada de participação de Roger Hart.

Simultaneamente, numa sala à parte, um grupo de alunos de diversos anos de escolaridade, escolhidos pela Escola, sob a orientação de um dos membros da equipa do périplo, foi confrontado com o mesmo exercício, estando a linguagem do enunciado adaptada ao escalão etário dos participantes.

Nos dois casos, foi solicitado um relator de sala, para, no regresso ao plenário, destacar os principais contributos do seu grupo, a nível da participação dos alunos no desenvolvimento do currículo, na cultura de escola e na comunidade, sendo que os alunos tiveram ainda a oportunidade de partilhar as suas sugestões de melhoria.

Em síntese final, um membro da equipa realçou alguns aspetos fundamentais no que se refere ao trabalho de projeto e à Voz dos Alunos. Sublinhou-se a relevância do trabalho de natureza interdisciplinar e de articulação disciplinar, operacionalizado preferencialmente por equipas educativas, com número de professores mais reduzido e por isso mais ágil na decisão, que acompanham turmas ou grupos de alunos e o seu envolvimento, com enfoque na intervenção cívica, privilegiando a livre iniciativa, a autonomia, a responsabilidade e o respeito pela diversidade humana e cultural, conforme Art.º 21 do Decreto-Lei n.º 55/2018. A este propósito, fez-se referência ao roteiro A Voz dos Alunos, anteriormente mencionado, incluído no Plano de Recuperação das Aprendizagens.

A apreciação global dos participantes foi positiva, tendo obtido uma avaliação global de 3,63, numa escala de 4.

#### *Seminários Temáticos – “Da Visão às Práticas – as EMAEI: trabalho em rede e compromisso com a inclusão” – 2.º TOUR*

Com a publicação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva, as EMAEI tornaram-se um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem e à inclusão, constituindo-se como estruturas-chave de liderança inclusiva nas Escolas.

Tendo presente as competências acometidas às EMAEI, e dando continuidade à capacitação de atores educativos e consolidação do trabalho desenvolvido nas sessões de outubro, novembro e dezembro de 2022, decorreram, ao longo do mês de maio de 2023, 7 seminários que contaram com um total de 601 participantes. Estiveram presentes 538 AE/ENA dos 810 convidados tendo participado 63 representantes dos CFAE.

Os seminários seguiram a seguinte metodologia: no período da manhã, a Coordenadora da Equipa Técnica do Projeto de Educação Inclusiva moderou o painel “Organização e Funcionamento da EMAEI”, que teve como participantes um Diretor e um Coordenador da EMAEI, ao qual se seguiu o trabalho de grupo, com vista à promoção da reflexão e partilha de práticas, entre os coordenadores das EMAEI, partindo de um leque de situações-problema. No período da tarde, os grupos prosseguiram com a reflexão e partilha de novos casos. As sínteses, registadas em *padlet*, foram apresentadas em sessões plenárias que encerraram cada período de trabalho.

Ao questionário de satisfação aplicado, responderam 244 participantes que, numa escala de 1 a 4, atribuíram 3,61 à satisfação global.

#### 2.4. Apoio às Escolas: Implementação de Medidas de Proximidade

Com vista à formalização do apoio às escolas, na sequência das orientações definidas pela CN, as ER, à semelhança dos anos anteriores, i) realizaram reuniões de acompanhamento de proximidade; ii) organizaram e dinamizaram reuniões de rede<sup>15</sup> e de microrredes de partilha de práticas (cf. 2.4.2.) ; iii) sistematizaram regionalmente a informação referente às opções pedagógicas e organizacionais das escolas; e iv) participaram em eventos organizados pelas mesmas, tendo em vista o conhecimento real da apropriação da AFC por cada uma delas e o desenvolvimento da identidade de escola inclusiva.

Foram produzidos relatórios intercalares e um relatório final acerca das ações desenvolvidas pelas ER. Os representantes dos CFAE colaboraram com a respetiva ER, no âmbito do conhecimento privilegiado das opções pedagógicas e organizacionais tomadas pelas suas escolas associadas, partilhando a informação, com vista à sua sistematização; identificando necessidades; viabilizando e apoiando a realização de encontros com as escolas; incentivando as sessões de partilha de práticas. Sempre que julgado pertinente, as ER convidaram docentes, formadores, técnicos ou especialistas do ensino superior.

##### 2.4.1. Reuniões de trabalho – planeamento e estratégias

O acompanhamento às escolas por parte das ER exige um trabalho de planeamento e delineação de estratégias desenvolvido em reuniões quer de âmbito restrito, quer de âmbito alargado. Assim, as ER

---

<sup>15</sup> As Reuniões de Rede são da responsabilidade das equipas regionais e são realizadas com um menor número de escolas, em regra, por região, sendo convidados Diretores de escolas, lideranças intermédias ou outros professores, tendo como principais objetivos proporcionar momentos de partilha de práticas e promover a reflexão e o aprofundamento de temas específicos.

realizaram um total de 234 reuniões, das quais 150 em equipa restrita e 84 com a participação dos R/CFAE (cf. Quadro 4).

Quadro 5 – Reuniões de trabalho ER

<i>Reuniões / Equipas Regionais</i>	<i>ER Norte</i>	<i>ER Centro</i>	<i>ER LVT</i>	<i>ER Alentejo</i>	<i>ER Algarve</i>	<i>TOTAIS</i>
<i>Equipa restrita</i>	36	21	33	28	32	<b>150</b>
<i>Equipa alargada</i>	6	26	10	18	24	<b>84</b>
<i>Totais</i>	<b>42</b>	<b>47</b>	<b>43</b>	<b>46</b>	<b>56</b>	<b>234</b>

#### 2.4.2. Reuniões de proximidade de acompanhamento e monitorização: AFC e Planos de Inovação

Dando cumprimento ao estipulado no Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro, as ER dinamizaram um total de 198 reuniões de acompanhamento de proximidade (cf. Quadro 5), envolvendo 144 AE/ENA, nas quais foram prestadas orientações relativas ao desenvolvimento da AFC e à conceção e desenvolvimento, implementação e acompanhamento dos Planos de Inovação.

Quadro 6 – N.º de reuniões realizadas pelas ER

<i>Reuniões / Equipas Regionais</i>	<i>ER Norte</i>	<i>ER Centro</i>	<i>ER LVT</i>	<i>ER Alentejo</i>	<i>ER Algarve</i>	<i>TOTAIS</i>
<i>Reuniões de proximidade (AFC)</i>	5	11	2	16	1	<b>35</b>
<i>Reuniões de proximidade (PI)</i>	25	37	43	34	24	<b>163</b>
<i>Totais</i>	<b>30</b>	<b>48</b>	<b>45</b>	<b>50</b>	<b>25</b>	<b>198</b>

Na sequência da realização das 198 reuniões de acompanhamento, o conjunto das cinco ER visitou 144 escolas. O Quadro 7 apresenta o número de escolas visitadas e correspondente percentagem, no âmbito do acompanhamento, monitorização e avaliação da AFC.

Quadro 7 – N.º/% de escolas visitadas por ER

<i>Equipas Regionais</i>	<i>N.º/ (%) de escolas visitadas</i>	
<i>Norte</i>	26	8,97%
<i>Centro</i>	32	21,62%
<i>LVT</i>	41	15,71%
<i>Alentejo</i>	33	46,48%
<i>Algarve</i>	12	30,00%
<i>Total</i>	<b>144</b>	<b>17,78%</b>

*% relativa ao n.º total de escolas*

Estas reuniões de acompanhamento, fruto do trabalho colaborativo entre os elementos de cada equipa restrita e os representantes dos CFAE, têm contribuído para i) identificar as necessidades de cada AE/ENA, com vista a uma atuação objetiva e construtiva, que promova a reflexão em conjunto sobre práticas e dinâmicas pedagógicas existentes ou a implementar; ii) perceber o desenvolvimento das medidas implementadas no âmbito do Plano de Recuperação das Aprendizagens; iii) perceber o modo como estão a ser trabalhados e implementados os normativos enquadradores da AFC, os referenciais curriculares (PA, ENEC e AE) e elencar as metodologias e estratégias de ensino que desafiem os alunos e os envolvam nas suas aprendizagens; iv) valorizar o papel dos representantes dos CFAE considerando, por um lado, as redes de colaboração entre representantes e, por outro, as iniciativas de acompanhamento às escolas implementadas a nível local; v) construir conhecimento que permite gizar estratégias e atividades para grupos/redes de escolas; vi) promover a partilha de práticas no âmbito de interdisciplinaridade, metodologias ativas e avaliação; vii) propiciar a partilha entre os representantes dos diferentes serviços/organismos do ME, com impacto na capacitação da equipa e de cada um; e viii) refletir e promover a uniformização e complementaridade de olhares sobre os normativos recentemente publicados, nomeadamente a Portaria n.º 306/2021, de 17 de dezembro.

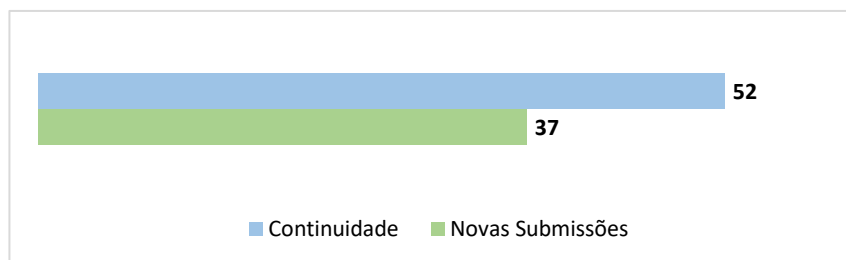
O Decreto-Lei n.º 55/2016, de 6 de julho de 2018, confere às escolas, no exercício da autonomia e flexibilidade curricular, a possibilidade de criar Planos de Inovação curricular, pedagógica, ou de outros domínios, optando pela gestão superior a 25% do total da carga horária das matrizes curriculares-base e justificando a decisão na pertinência da resposta às necessidades curriculares e pedagógicas dos seus contextos educativos, em prol da promoção de aprendizagens significativas de qualidade e o sucesso plenos de todos os alunos (cf. Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual).

Assim, no presente ano letivo, as ER no âmbito do acompanhamento de proximidade, deram às escolas o apoio necessário à implementação e desenvolvimento dos 89 PI em vigência (cf. Anexo III), sendo 52 de continuidade (aprovados desde o ano letivo 2019/2020 e que ainda se encontram em vigor) e 37 novas aprovações<sup>16</sup> (cf. Figura 20), com especial atenção ao acompanhamento e monitorização da medida de Percursos Curriculares Alternativos (PCA).

---

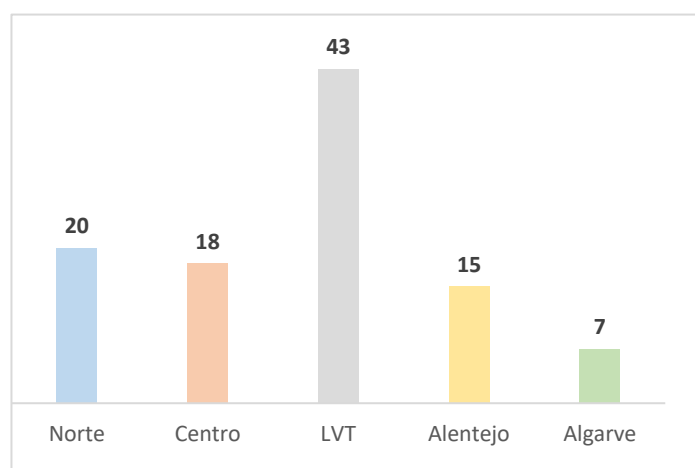
<sup>16</sup> Descrito no [Relatório AFC 2021/2022](#)

Figura 20 – N.º de PI em vigência em 2022/2023



Na Figura 21, observa-se a distribuição dos PI aprovados por região: 20 da Região Norte, 18 da Região Centro, 43 da Região LVT, 15 da Região Alentejo e 7 da Região Algarve.

Figura 21 – Distribuição dos PI por região 2022/2023



A informação relevante resultante das reuniões de acompanhamento e proximidade com as escolas, sobre o desenvolvimento das AFC, bem como sobre a implementação e progresso dos PI, foi registada no Questionário de acompanhamento AFC|PI|PCA (cf. Anexo II), de preenchimento *online*.

Este instrumento é constituído por 4 partes, a saber:

Parte 1 – Caracterização dos intervenientes/participantes na reunião (escolas e Equipas Regionais)

Parte 2 – Caracterização dos aspetos mais relevantes ao nível das Práticas Organizacionais, Curriculares, Pedagógicas, de Autorregulação e desenvolvimento da organização, Avaliação, Inclusão, Envolvimentos de Pais/Encarregados de Educação, Formação e Monitorização

Parte 3 – Caracterização dos Percursos Curriculares Alternativos

Parte 4 – Balanço final – Visitas de proximidade



A análise de conteúdo que se apresenta de seguida resulta das perceções das ER sobre a informação veiculada nas reuniões realizadas com cada uma das 144 escolas, em modo de *focus groups*, ao longo do processo de acompanhamento. Em primeiro lugar, expõem-se os dados relativos ao ano letivo 2022/2023 após os quais, com vista a perceber o modo como as escolas têm desenvolvido a AFC, são apresentados os dados comparativos dos anos letivos 2021/2022 e 2022/2023, considerando neste último/caso apenas os níveis de Prática em desenvolvimento (PD) e Prática de referência (PR).

### *Parte 1 - Caracterização dos intervenientes/participantes na reunião*

No Quadro 8 pode observar-se que a presença de elementos da direção das escolas, bem como de professores das turmas, se tem verificado na totalidade das reuniões realizadas. Mais de metade dos *focus group* tem contado com a participação dos diretores de turma e respetivos coordenadores. Destaca-se ainda o aumento da presença de coordenadores de departamento, de coordenadores de Cursos Profissionais (CP)|Cursos de Educação e Formação (CEF)|Tutores e de técnicos especializados.

Quadro 8 – Focus Group – 2021/2022 e 2022/2023

<b>Focus Group</b>	<b>2021/2022</b>	<b>2022/2023</b>
<i>Diretor e/ou outro elemento da direção</i>	100%	100%
<i>Professor da turma</i>	100%	100%
<i>Diretor de turma</i>	66%	60%
<i>Coordenadores EMAEI</i>	56%	41%
<i>Coordenadores DT</i>	51%	60%
<i>Coordenadores Departamento</i>	43%	54%
<i>Alunos</i>	38%	22%
<i>Coordenadores AFC/PI</i>	26%	26%
<i>Coordenadores de CP CEF Tutor (FCT)</i>	18%	21%
<i>Técnicos especializados</i>	15%	21%

### *Parte 2 - Caracterização dos aspetos mais relevantes ao nível das Práticas*

Na monitorização do desenvolvimento de práticas no âmbito da AFC são considerados 4 domínios, a saber: i) Práticas Organizacionais, ii) Práticas Curriculares, iii) Práticas Pedagógicas e iv) Práticas de Autorregulação e Desenvolvimento da Organização. Dentro dos referidos domínios foram definidos indicadores com 3 níveis de descritores, correspondendo ao nível de desenvolvimento das práticas, que se designam por “Prática elementar”, “Prática em desenvolvimento” e “Prática de referência”.

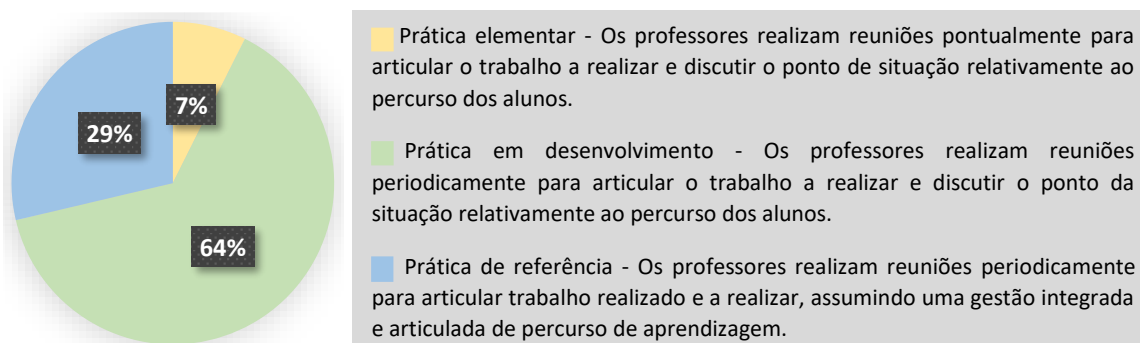
### Práticas Organizacionais

No que respeita às práticas organizacionais, os indicadores considerados são: Trabalho colaborativo, Organização de turmas e horários flexíveis, Comunicação na organização e fluxos de informação e Articulação da EMAEI com as diferentes estruturas pedagógicas.

### Ano letivo 2022/2023

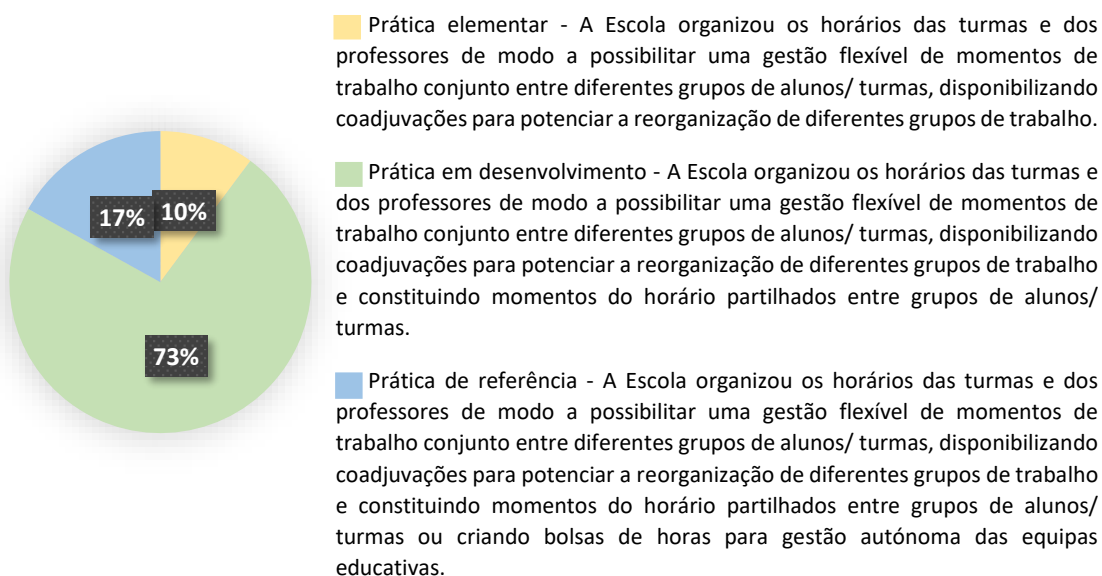
O **Trabalho colaborativo** é uma Prática em desenvolvimento, na maioria das escolas acompanhadas (64%). No entanto, em 29% das escolas, os professores realizam reuniões periodicamente para articular o trabalho realizado e a realizar, como uma prática de referência, assumindo uma gestão integrada e articulada. O trabalho colaborativo como Prática elementar verifica-se, ainda, em 7% das escolas acompanhadas (Figura 22).

Figura 22 – Trabalho colaborativo entre docentes



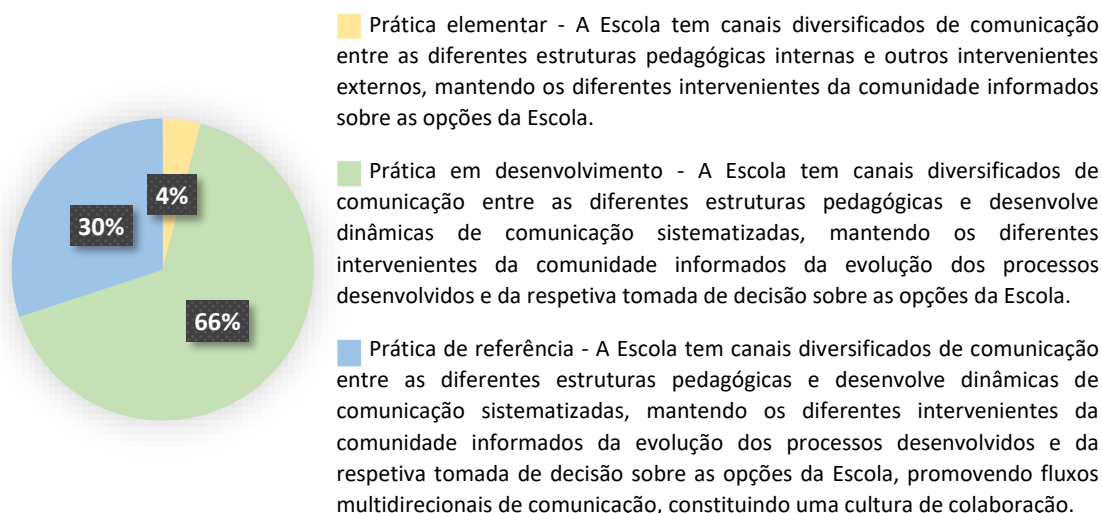
Na Figura 23, observa-se que 73% das escolas **organizam os horários das turmas e dos professores**, de modo a flexibilizar a gestão do trabalho conjunto entre diferentes grupos de alunos/ turmas, disponibilizando coadjuvações para potenciar a reorganização de diferentes grupos de trabalho e constituindo momentos do horário partilhados entre grupos de alunos/turmas, sendo mesmo uma Prática de referência em 17% das escolas. Contudo, em 10% das escolas permanece como Prática elementar.

Figura 23 – Organização de turmas e horários flexíveis



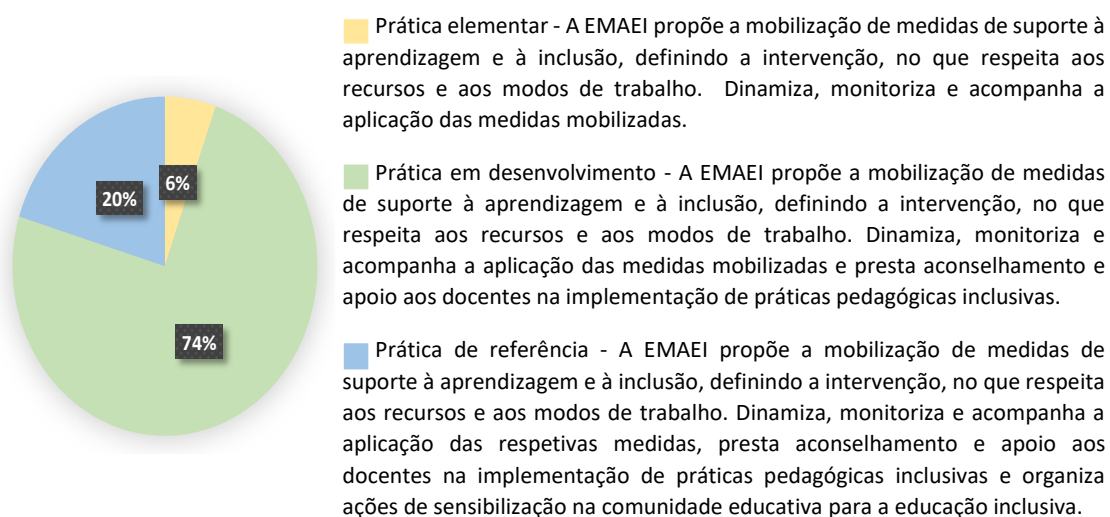
Na Figura 24 constata-se que a **Comunicação na organização e fluxos de informação** é uma Prática em desenvolvimento em 66% das escolas e de referência em 30%, sendo que estas últimas, para além de terem canais diversificados de comunicação entre as diferentes estruturas pedagógicas e desenvolverem dinâmicas de comunicação sistematizadas, mantendo os diferentes intervenientes da comunidade informados da evolução dos processos desenvolvidos e da respetiva tomada de decisão sobre as opções da Escola, promovem fluxos multidirecionais de comunicação, constituindo uma cultura de colaboração.

Figura 24 – Comunicação na organização e fluxos de informação



No que respeita a **práticas de articulação entre a EMAEI e as diferentes estruturas pedagógicas** (cf. Figura 25), verifica-se que é uma Prática em desenvolvimento em cerca de três quartos das escolas (74%). Contudo, apenas em 20% das escolas é já uma Prática de referência, em que a EMAEI, para além de propor a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, definindo a intervenção, no que respeita aos recursos e aos modos de trabalho e dinamizar, monitorizar, acompanhar a aplicação das respetivas medidas e prestar aconselhamento, presta ainda apoio aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas e organiza ações de sensibilização na comunidade educativa para a educação inclusiva.

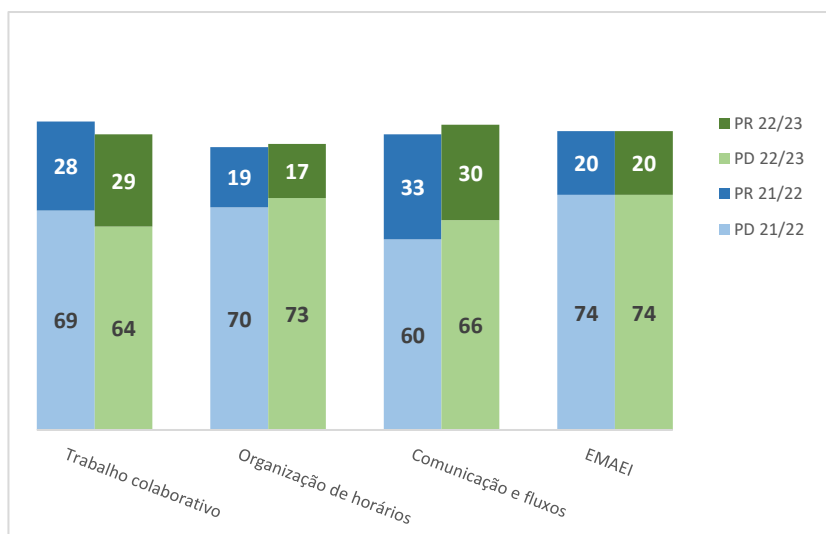
Figura 25 – Articulação EMAEI com as diferentes estruturas pedagógicas



#### Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023

A Figura 26 revela que, no âmbito do domínio Práticas Organizacionais, na maioria das escolas acompanhadas o Trabalho colaborativo, a Organização de turmas e horários flexíveis, a Comunicação na organização e fluxos de informação e a Articulação da EMAEI com as diferentes estruturas pedagógicas correspondem a práticas em desenvolvimento, não se tendo registado oscilações significativas, entre os anos letivos em apreço.

Figura 26 – Práticas organizacionais



### Práticas Curriculares

No domínio relativo às práticas curriculares são considerados os seguintes indicadores: Opções pedagógicas e curriculares; Conceção, realização e avaliação de Domínios de Autonomia Curricular (DAC); Novas disciplinas e as práticas pedagógicas e curriculares (no âmbito do PI ou da Oferta Complementar) e Cidadania e Desenvolvimento.

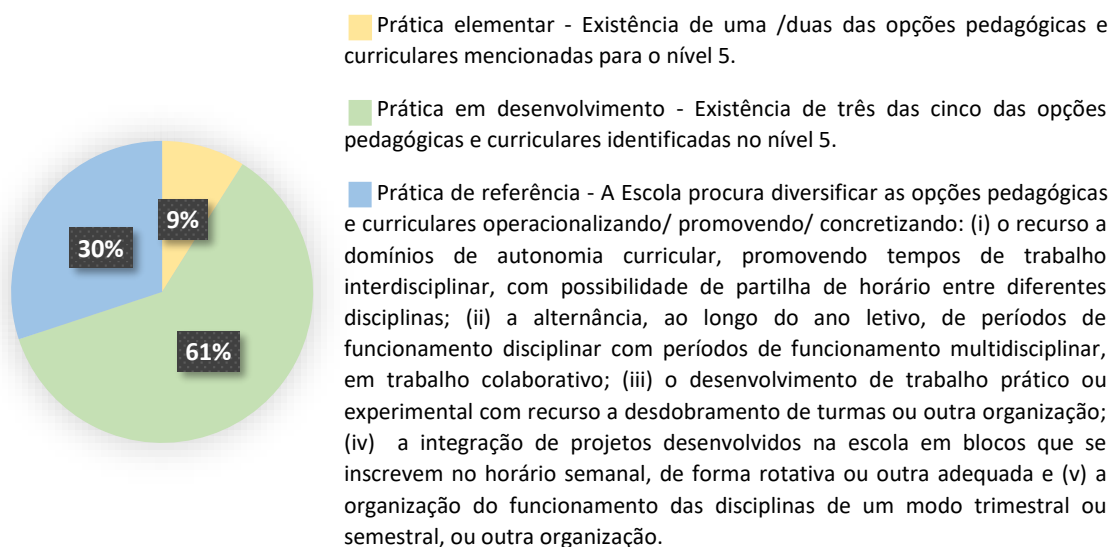
### Opções pedagógicas e curriculares

#### Ano letivo 2022/2023

No que respeita às **opções pedagógicas e curriculares**, foram estabelecidos 5 descritores para a Prática de referência: i) o recurso a domínios de autonomia curricular, promovendo tempos de trabalho interdisciplinar, com possibilidade de partilha de horário entre diferentes disciplinas; ii) a alternância, ao longo do ano letivo, de períodos de funcionamento disciplinar com períodos de funcionamento multidisciplinar, em trabalho colaborativo; iii) o desenvolvimento de trabalho prático ou experimental com recurso a desdobramento de turmas ou outra organização; iv) a integração de projetos desenvolvidos na escola em blocos que se inscrevem no horário semanal, de forma rotativa ou outra adequada; e v) a organização do funcionamento das disciplinas de um modo trimestral ou semestral, ou outra organização. Assim, considera-se como Prática elementar aquando da existência de um ou dois dos descritores estabelecidos, enquanto a Prática em desenvolvimento se verifica aquando da aferição de três dos cinco dos descritores estabelecidos.

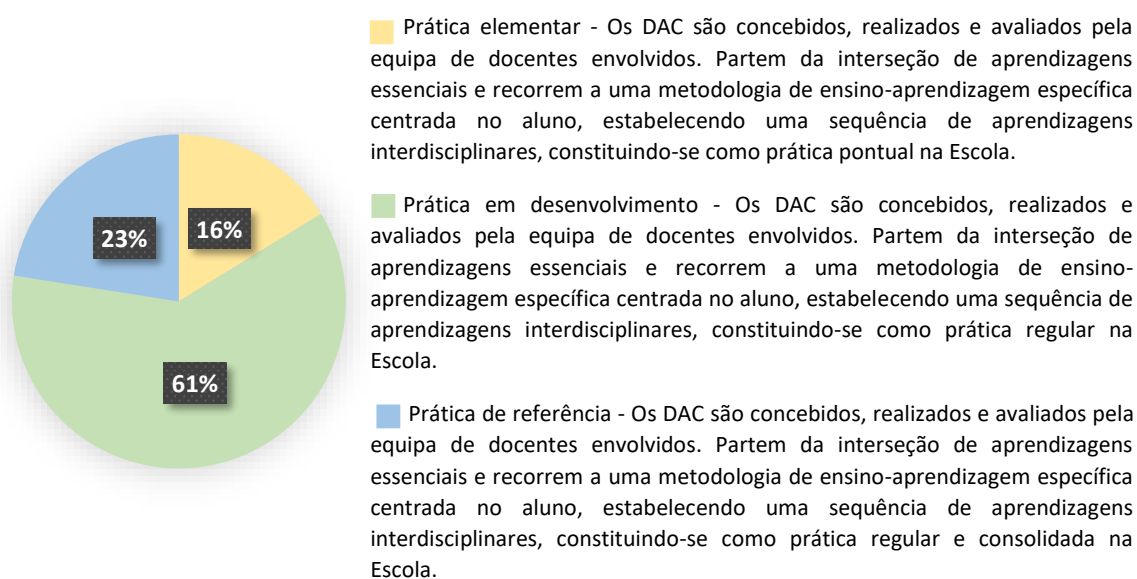
Da observação da Figura 27, constata-se que 61% das escolas tem em desenvolvimento a implementação de três a cinco opções pedagógicas curriculares acima identificadas e que em 30% das escolas, esta é uma Prática de referência.

Figura 27 - Opções pedagógicas e curriculares



No que se refere à **Conceção, realização e avaliação de Domínios de Autonomia Curricular** (cf. Figura 28), constata-se que, em 23% das escolas, esta é uma prática consolidada e que em 61% das escolas é uma Prática em desenvolvimento. Porém, é ainda uma prática pontual em 16% das escolas.

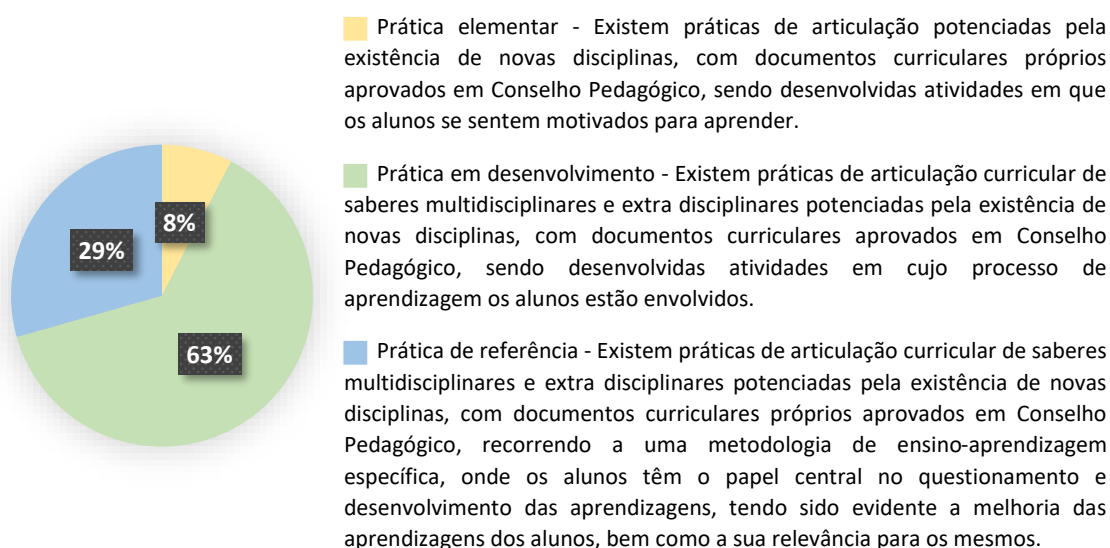
Figura 28 - Conceção, realização e avaliação de DAC



Outro indicador considerado é a **Criação de novas disciplinas**, concebidas enquanto Oferta Complementar ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, ou ao abrigo da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na atual redação, que potenciam a gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo, recorrendo a metodologias de ensino-aprendizagem específicas, nas quais os alunos estão no centro do processo de ensino-aprendizagem e participam ativamente no desenvolvimento de aprendizagens.

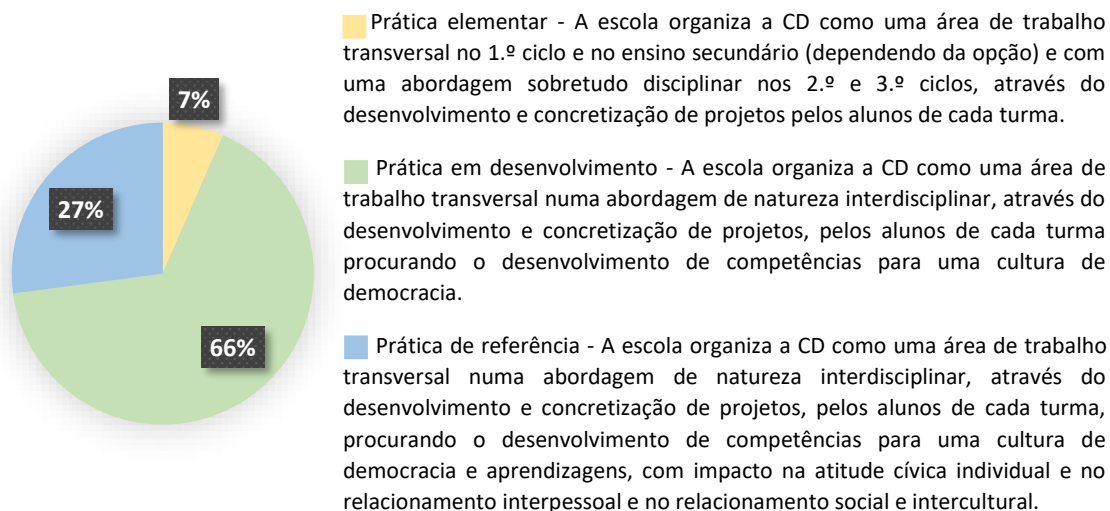
Assim, constata-se que 63% das escolas procuram implementar práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo implementadas atividades em que os alunos estão envolvidos no processo de aprendizagem (Prática em desenvolvimento). É de realçar que, em 29% das escolas, esta é já uma Prática de referência, sendo evidente a melhoria das aprendizagens dos alunos, bem como a sua relevância para os mesmos (cf. Figura 29).

Figura 29 - Novas disciplinas e as práticas pedagógicas e curriculares (no âmbito do PI ou da oferta complementar)



Em 66% das escolas a disciplina de **Cidadania e Desenvolvimento** é organizada como área de trabalho transversal, numa abordagem de natureza interdisciplinar, através do desenvolvimento e concretização de projetos, pelos alunos de cada turma, procurando o desenvolvimento de competências para uma cultura de democracia (Prática em desenvolvimento), e em 27% das escolas o seu desenvolvimento promove impacto na atitude cívica individual e no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural (Prática de referência) (cf. Figura 30).

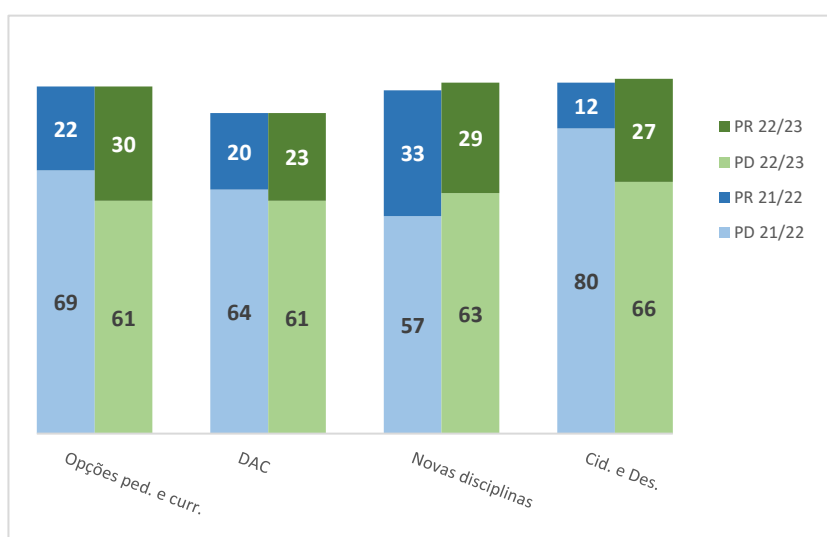
Figura 30 – Organização de Cidadania e Desenvolvimento



Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023

Da observação da Figura 31, constata-se que, em mais de metade das escolas acompanhadas, se verificaram três dos cinco descritores definidos para as práticas curriculares (Prática em desenvolvimento). No que respeita ao indicador **Opções pedagógicas e curriculares**, confirma-se que a percentagem de escolas que implementam os 5 descritores teve um crescimento na ordem dos 8 pontos percentuais. Destaca-se, no indicador Cidadania e Desenvolvimento, o aumento de escolas, em mais de 50%, em que se implementaram Práticas de referência.

Figura 31 - Práticas curriculares





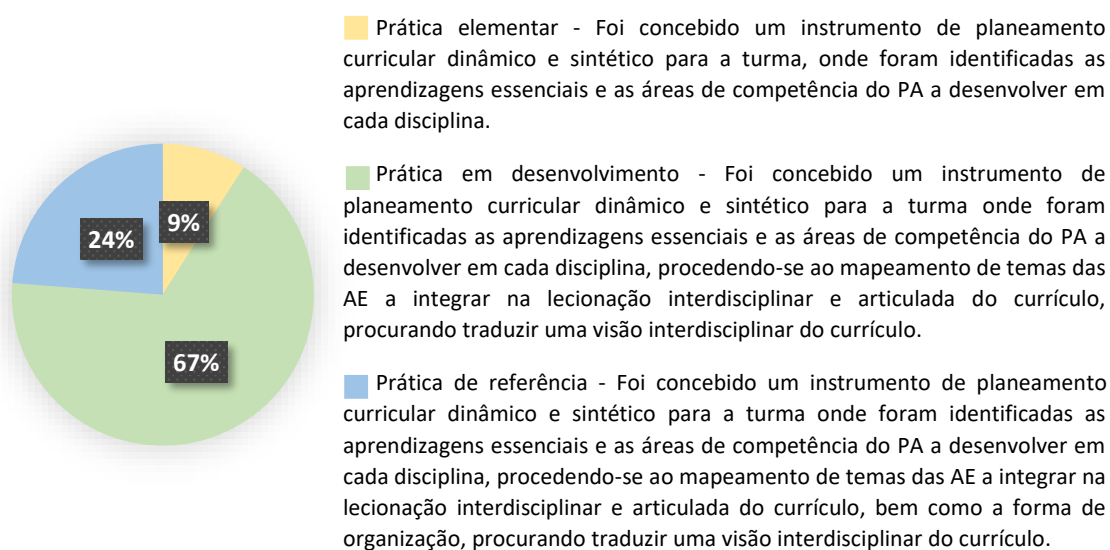
### Práticas Pedagógicas

No domínio referente às práticas pedagógicas, são considerados os seguintes indicadores: Planeamento; Metodologias centradas no aluno/aprendizagem ativa; Estratégias de diferenciação pedagógica e Avaliação para as aprendizagens.

#### Ano letivo 2022/2023

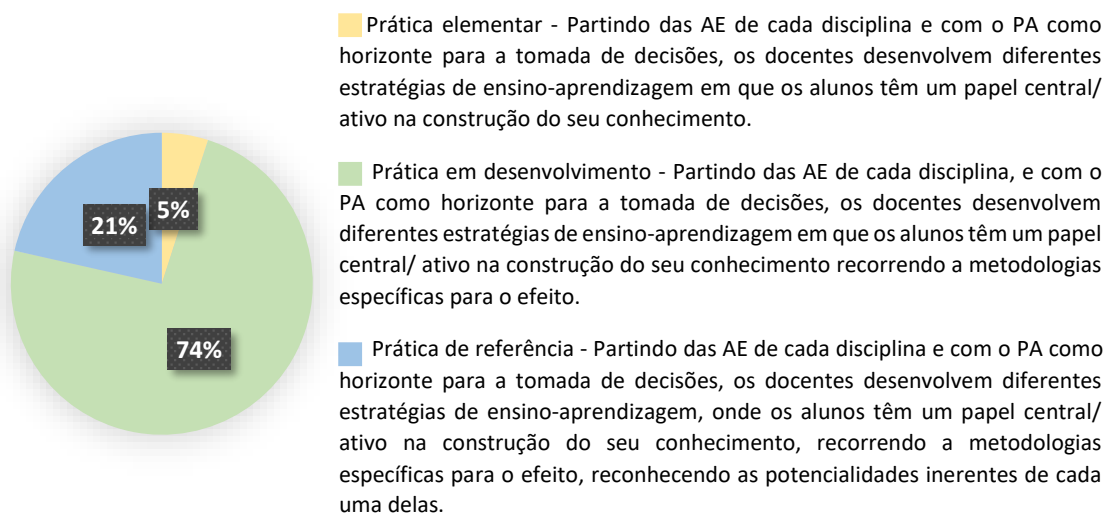
No âmbito do **Planeamento curricular**, 67% das escolas concebem instrumentos de planeamento curricular dinâmicos e sintéticos para as turmas, nos quais são identificadas as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências do PA a desenvolver em cada disciplina, procedendo ao mapeamento de temas das AE a integrar na leção interdisciplinar e articulada do currículo, procurando traduzir uma visão interdisciplinar do currículo (Prática em desenvolvimento). Porém, 24% das escolas incorpora, ainda, no planeamento, a forma de organização, procurando traduzir uma visão interdisciplinar do currículo (Prática de referência) (cf. Figura 32).

Figura 32 – Planeamento: Cumprimento das AE e PA a nível da concretização



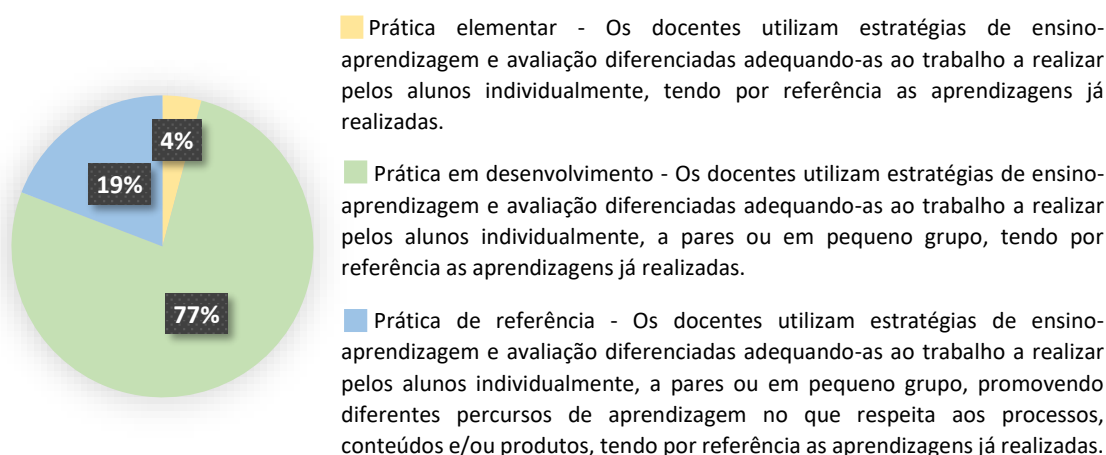
Relativamente às **Metodologias centradas no aluno/aprendizagem ativa**, na Figura 33 observa-se que em 74% das escolas, os docentes, partindo das Aprendizagens Essenciais de cada disciplina e tendo o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* como horizonte para a tomada de decisão, desenvolvem diferentes estratégias de ensino-aprendizagem, em que os alunos têm um papel central/ativo na construção do seu conhecimento, recorrendo a metodologias específicas para o efeito (Prática em desenvolvimento). Em 21% das escolas esta é uma Prática de referência.

Figura 33 - Metodologias centradas no aluno/aprendizagem ativa



No campo da utilização de **Estratégias de diferenciação pedagógica** (cf. Figura 34), em 77% das escolas os docentes utilizam estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação diferenciadas, adequando-as ao trabalho a realizar pelos alunos individualmente, a pares ou em pequeno grupo, tendo por referência as aprendizagens já realizadas (Prática em desenvolvimento). Contudo, em 19% das escolas, os docentes, para além do referido anteriormente, promovem diferentes percursos de aprendizagem no que respeita aos processos, conteúdos e/ou produtos, tendo por referência as aprendizagens já realizadas (Prática de referência).

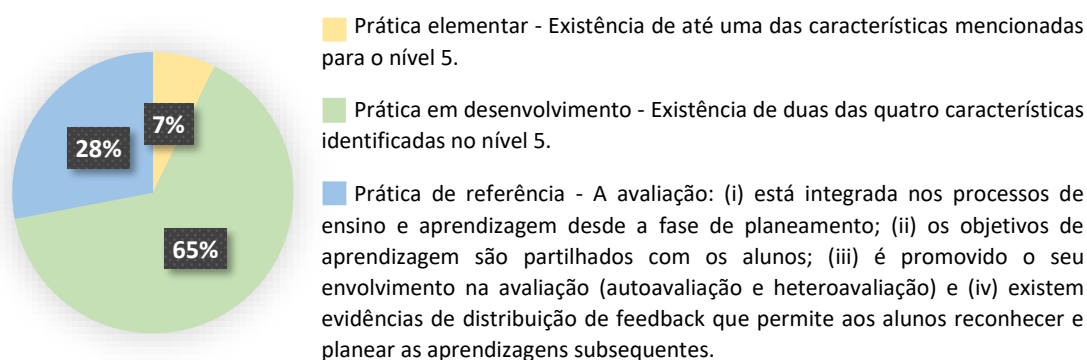
Figura 34 - Estratégias de diferenciação pedagógica



No que se refere à **avaliação das aprendizagens**, foram estabelecidos quatro descritores para a Prática de referência: i) Está integrada nos processos de ensino e aprendizagem; ii) Os objetivos de aprendizagem são partilhados com os alunos; iii) É promovido o seu envolvimento na avaliação (autoavaliação e heteroavaliação) e iv) Existem evidências de distribuição de *feedback* que permite aos alunos reconhecer e planear as aprendizagens subsequentes.

Na Figura 35 observa-se que, no final do ano letivo, em 28% das escolas, a avaliação das aprendizagens é uma Prática de referência. Em 65% das escolas foram implementadas apenas duas das quatro características identificadas na Prática de referência e 7% implementam apenas uma.

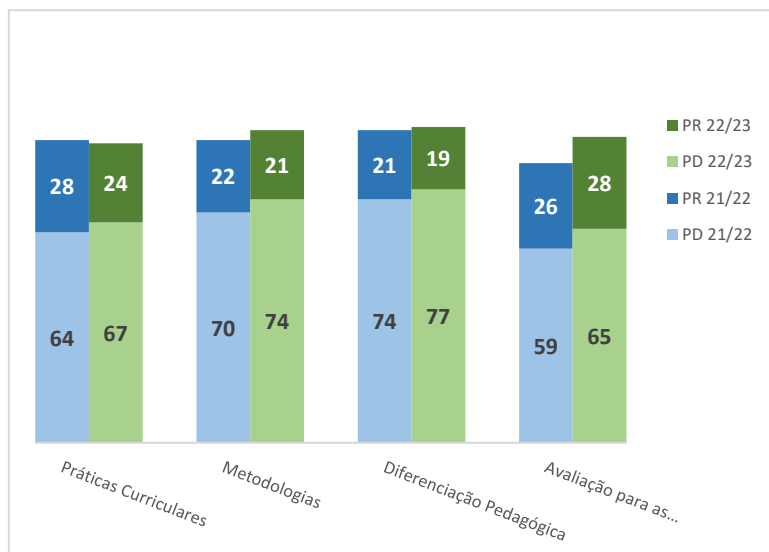
Figura 35 - Avaliação para as aprendizagens



#### *Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

A Figura 36 demonstra que mais de 50% das escolas se encontram no nível “Prática em desenvolvimento”, no que respeita a todos os indicadores considerados no domínio das práticas pedagógicas, destacando-se o indicador Avaliação para as aprendizagens, que manifesta um aumento de 6 pontos percentuais nas escolas que implementaram apenas duas das quatro características identificadas na Prática de referência.

Figura 36 – Práticas Pedagógicas



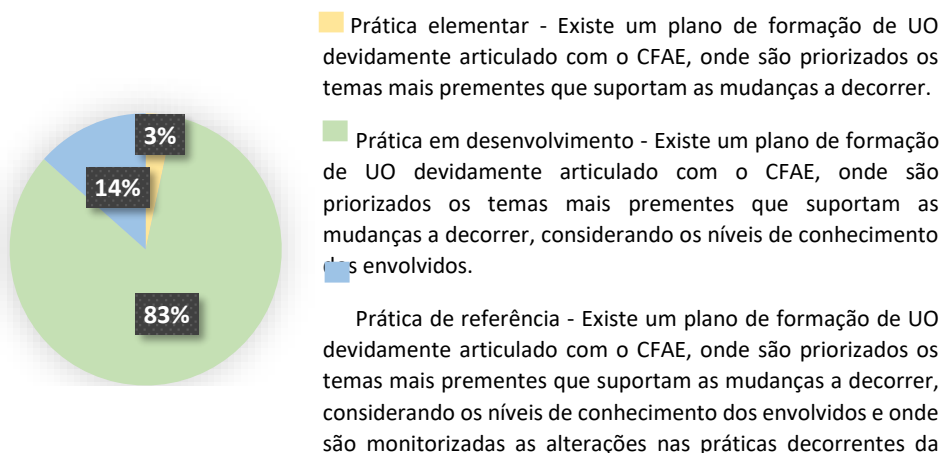
*Práticas de Autorregulação e desenvolvimento da organização*

Este domínio engloba os seguintes indicadores: Formação e desenvolvimento profissional dos docentes e dos técnicos; Monitorização dos processos; Envolvimento de alunos na vida da Escola; Envolvimento de pais ou encarregados de educação na vida escolar dos alunos; Envolvimento de parcerias externas.

*Ano letivo 2022/2023*

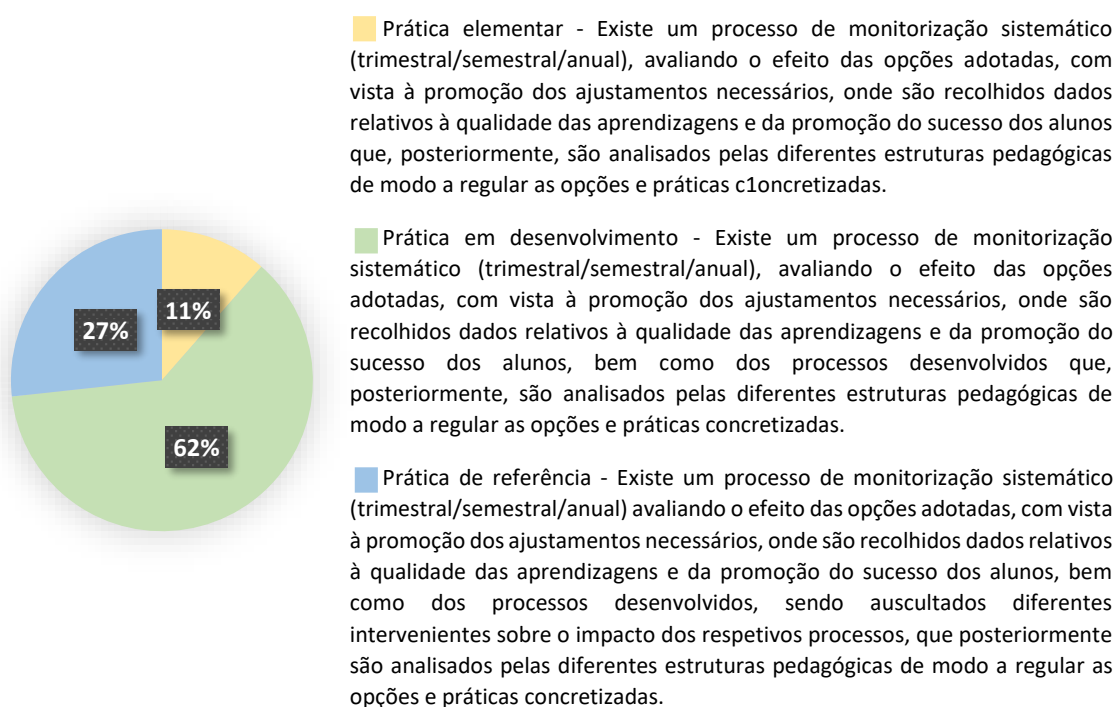
A Figura 37 mostra que a **formação e desenvolvimento profissional dos docentes e dos técnicos** é uma Prática em desenvolvimento em 83% das escolas, existindo um plano de formação devidamente articulado com o CFAE e onde são priorizados os temas mais prementes que suportam as mudanças a decorrer, considerando os níveis de conhecimento dos envolvidos. Em 14% das escolas existem processos de monitorização para evidenciar as alterações nas práticas decorrentes da formação desenvolvida (Prática de referência).

Figura 37 - Formação e desenvolvimento profissional dos docentes e dos técnicos



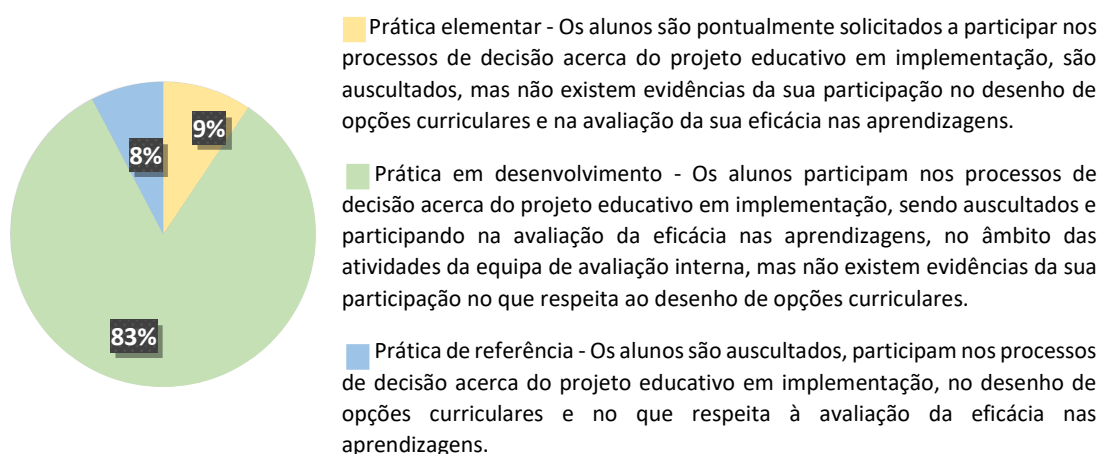
De acordo com a Figura 38, em 62% das escolas a **monitorização dos processos** é um procedimento sistemático (trimestral/semestral/anual), que avalia o efeito das opções adotadas, com vista à promoção dos ajustamentos necessários, em que são recolhidos dados relativos à qualidade das aprendizagens e da promoção do sucesso dos alunos, bem como dos processos desenvolvidos que, posteriormente, são analisados pelas diferentes estruturas pedagógicas, de modo a regular as opções e práticas concretizadas (Prática em desenvolvimento). Em 27% das escolas constituem Prática de referência, sendo ainda, auscultados diferentes intervenientes sobre o impacto dos respetivos processos, que posteriormente são analisados pelas diferentes estruturas pedagógicas, de modo a regular as opções e práticas concretizadas.

Figura 38 - Monitorização dos processos



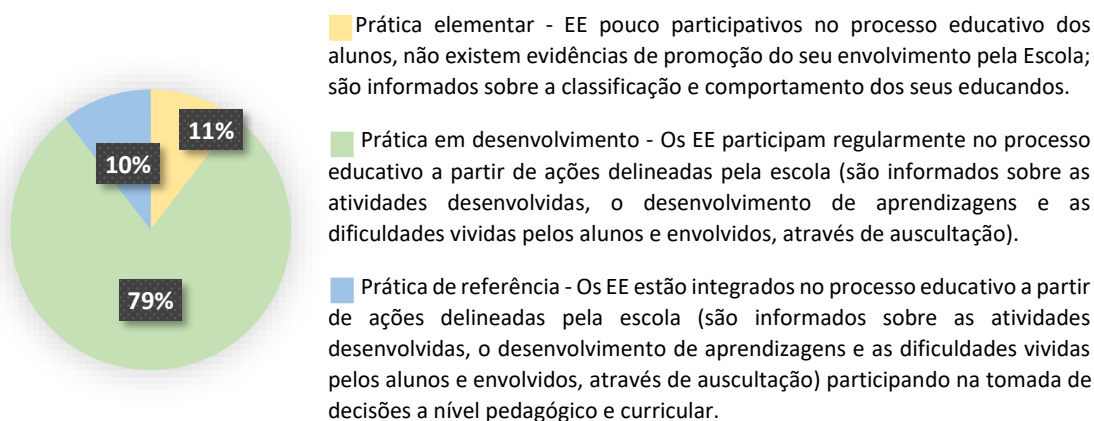
No que respeita ao **Envolvimento dos alunos na vida da Escola** (cf. Figura 39), em 83% das escolas, os alunos participam nos processos de decisão acerca do projeto educativo em implementação, sendo auscultados e participando na avaliação da eficácia nas aprendizagens, no âmbito das atividades da equipa de avaliação interna, não existindo, no entanto, evidências da sua participação no que respeita ao desenho de opções curriculares (Prática em desenvolvimento). Em 8% das escolas, os alunos são auscultados, participam nos processos de decisão acerca do projeto educativo em implementação, no desenho de opções curriculares e no que respeita à avaliação da eficácia nas aprendizagens (Prática de referência).

Figura 39 - Envolvimento de alunos na vida da Escola



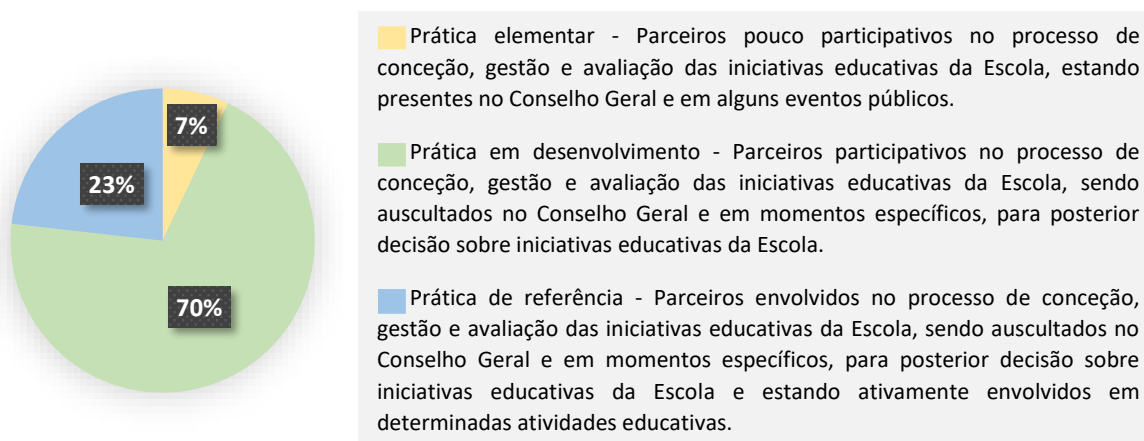
Verifica-se que em 79% das escolas o **Envolvimento dos pais e ou EE na vida escolar dos alunos** se caracteriza por uma participação regular no processo educativo, a partir de ações delineadas pela escola (são informados sobre as atividades promovidas, o desenvolvimento de aprendizagens e as dificuldades vividas pelos alunos e envolvidos, através de auscultação) tratando-se, portanto, de uma Prática em desenvolvimento (cf. Figura 40).

Figura 40 - Envolvimento de pais e encarregados de educação na vida escolar dos alunos



No indicador **Envolvimento de parceiros locais**, (cf. Figura 41), constata-se que 70% das escolas acompanhadas contam com parceiros participativos no processo de conceção, gestão e avaliação das iniciativas educativas da Escola, sendo auscultados no Conselho Geral e em momentos específicos, para posterior decisão sobre iniciativas educativas da Escola (Prática em desenvolvimento). Em 23% das escolas os parceiros estão também envolvidos em determinadas atividades educativas (Prática de referência).

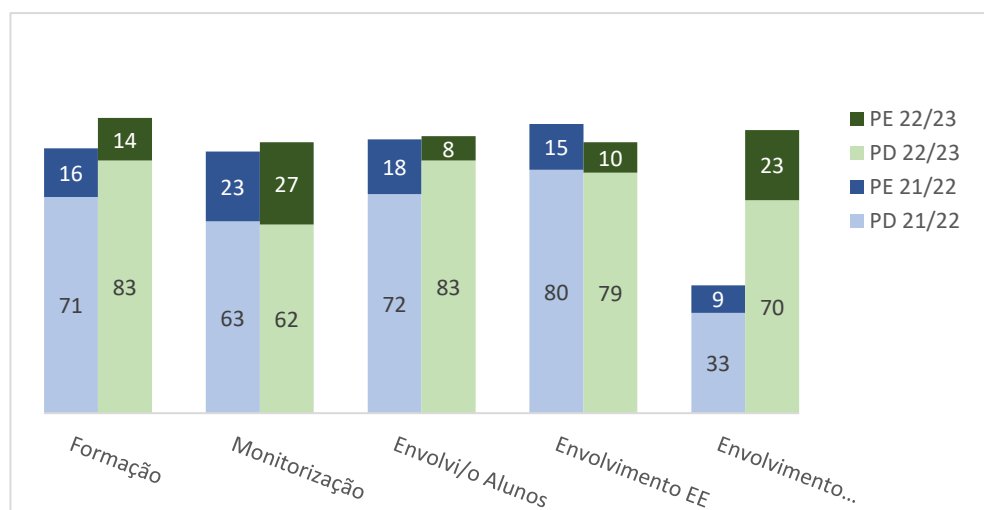
Figura 41 - Envolvimento de parceiros locais



*Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

Da observação dos dados constantes na Figura 42 sobressai o aumento significativo do envolvimento das parcerias externas, verificando-se uma redução na auscultação dos alunos e na sua participação nos processos de decisão acerca do projeto educativo em implementação, no desenho de opções curriculares e no que respeita à avaliação da eficácia nas aprendizagens.

Figura 42 – Práticas de Autorregulação

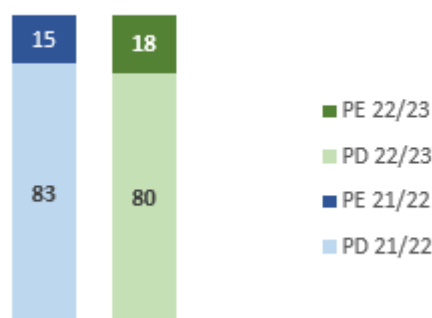


### *Análise global do desenvolvimento de todas as práticas*

*Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

Na figura 43 pode observar-se a análise global relativa ao desenvolvimento geral de todas as práticas nos últimos 2 anos letivos. Consta-se que a maioria das escolas (>80%) continua a apresentar 8 ou mais indicadores tipificados como práticas em desenvolvimento, sendo residual a percentagem de escolas que tem 8 ou mais domínios tipificados como práticas elementares (<20%). Continua a verificar-se que não foram identificadas escolas apenas com práticas elementares, nem escolas com 100% de práticas de referência.

Figura 43 - Escolas (Tipos de Práticas AFC)



### *Parte 3 - Caracterização dos Percursos Curriculares Alternativos*

O Art.º 7.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, permite que, no âmbito da sua autonomia curricular, e atentos os princípios que presidem aos PI, as escolas concebam PCA de acordo com os seguintes pressupostos: a) a identificação de um conjunto de alunos do mesmo ano de escolaridade para os quais uma gestão específica da matriz curricular-base de carácter temporário constitua a resposta adequada; b) nenhuma das ofertas educativas e formativas existentes se revele adequada. O desenho curricular dos PCA tem por referência as matrizes curriculares-base dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral, constantes dos anexos II e III do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que podem ser alteradas, em circunstâncias excecionais e especialmente fundamentadas.

As ER têm enfatizado, junto das escolas, a noção de que esta medida configura uma opção temporária, criada com o objetivo de ajudar os alunos do ensino básico a recuperar as aprendizagens, salientando, por um lado, que a planificação das atividades tem de ter por base as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências do PA e, por outro, a importância dos procedimentos de avaliação. Esta



sensibilização tem contribuído para que a medida PCA seja adotada pelas escolas de forma criteriosa, comprovando-se expressiva redução em cerca de 50% face ao último ano letivo (cf. Quadro 9).

Quadro 9 – PCA – 2021/2022 | 2022/2023

PCA	2021/2022 <sup>17</sup>	2022/2023 <sup>18</sup>
N.º UO	28	14
N.º Turmas	47	24
5.º	3	1
6.º	7	1
7.º	10	7
8.º	14	6
9.º	13	9
N.º alunos	657	329

Conforme referido anteriormente, as ER desenvolveram o seu trabalho com especial atenção junto das escolas que adotaram a medida PCA, com vista ao acompanhamento e monitorização da sua implementação e desenvolvimento, através de *focus groups*.

Mais uma vez se optou por apresentar a análise dos dados recolhidos no ano letivo 2022/2023, seguida da observação comparativa tendo como referência os dados de 2021/2022.

#### *Medidas complementares – Apoio Tutorial Específico, Suporte à aprendizagem e inclusão*

As escolas têm investido na adoção de metodologias centradas no aluno, em função das características que apresentam: as suas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, podendo, portanto, afirmar-se que os professores desenvolvem ações educativas que visam responder individualmente a cada aluno.

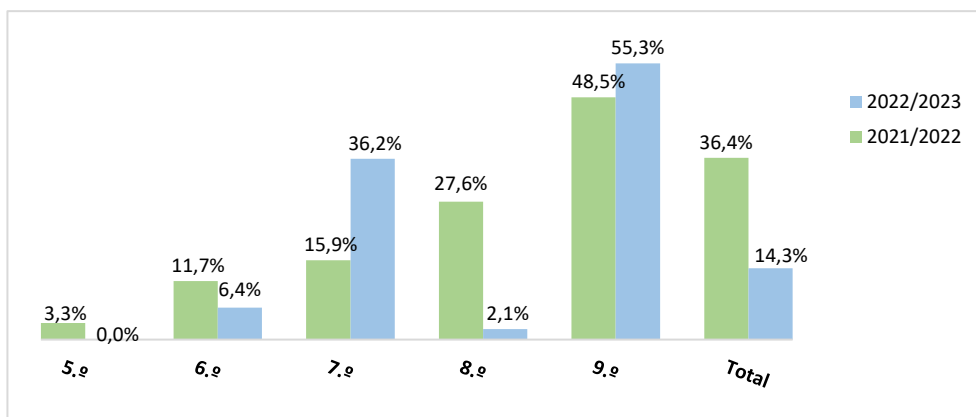
Assim, a adoção da medida de PCA tem vindo a ser complementada com outras medidas, nomeadamente o apoio tutorial específico, as medidas seletivas, o apoio pedagógico acrescido ou as mentorias.

No ano letivo 2022/2023, verifica-se uma significativa redução da percentagem de alunos que frequentam turmas de PCA e que beneficiaram de Apoio Tutorial Específico, que se reflete no 2.º ciclo e no 8.º ano (cf. Figura 44).

<sup>17</sup> [Relatório AFC de 2020/2021 – p. 63](#)

<sup>18</sup> Números apurados no final do ano letivo 2022/2023

Figura 44 – Percentagem de alunos que beneficiam da medida Apoio Tutorial Específico



No que se refere à aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em 2022/2023, verifica-se que cerca de 26% (n = 84) dos alunos inseridos nas turmas de PCA beneficiam de medidas seletivas, excetuando-se os alunos do 5.º ano de escolaridade, em que as mesmas não foram aplicadas. Comparando com o ano letivo 2021/2022, verifica-se um incremento da aplicação da medida, de forma muito acentuada no 7.º e no 8.º ano (cf. Figura 45).

Figura 45 – Percentagem de alunos abrangidos por medidas seletivas



### Caraterização de práticas

O grau de desenvolvimento das práticas nas turmas de PCA é aferido através de descritores por níveis, com vista à caracterização dos domínios considerados mais significativos no desenvolvimento desta medida, a saber:

- Equipas educativas e trabalho colaborativo entre docentes.
- Cumprimento das Aprendizagens Essenciais e *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

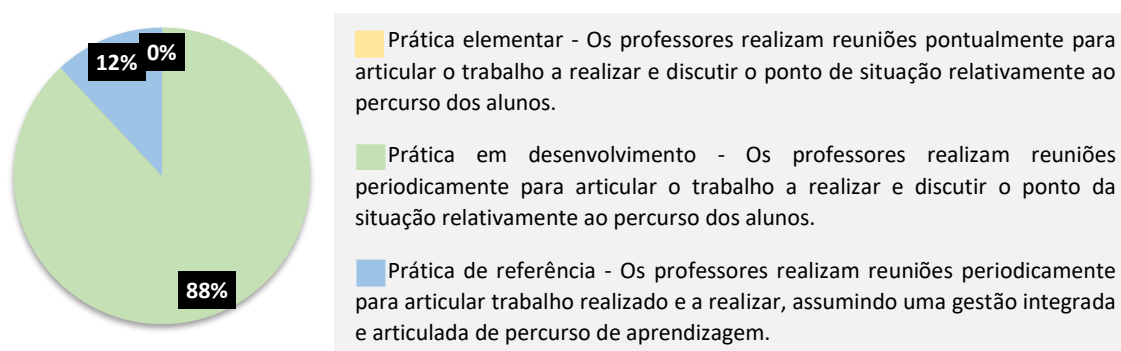
- Novas disciplinas e as práticas pedagógicas e curriculares.
- Cidadania e Desenvolvimento.
- Percursos Curriculares Alternativos como medida para recuperação e desenvolvimento de aprendizagens.
- Envolvimento de pais ou encarregados de educação na vida escolar dos alunos.

### *Equipas educativas | Trabalho colaborativo entre docentes*

*Ano letivo 2022/2023*

O **trabalho colaborativo** é uma prática em desenvolvimento em 88% das escolas, como confirmam os dados registados na figura 46, pelo que se pode afirmar que os professores realizam reuniões periodicamente para articular o trabalho a realizar e discutir o ponto de situação relativamente ao percurso dos alunos e alunas (Prática em desenvolvimento).

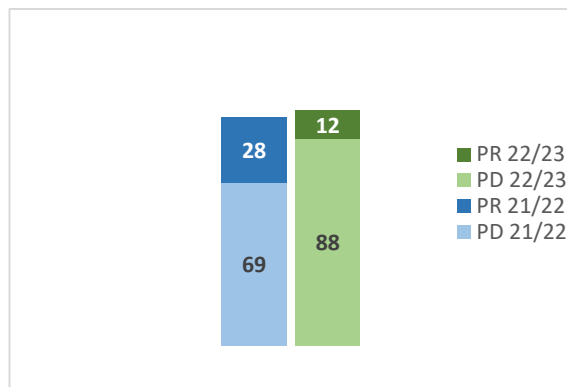
Figura 46 – Trabalho colaborativo entre docentes



### *Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

De acordo com a figura 47, o **trabalho colaborativo** tem sido uma Prática em desenvolvimento na maioria das escolas, uma vez que os professores realizam reuniões periodicamente, para articular o trabalho a realizar e discutir o ponto de situação relativamente ao percurso dos alunos. De realçar que já não se encontraram escolas em que esta prática seja elementar.

Figura 47 – Trabalho colaborativo entre docentes



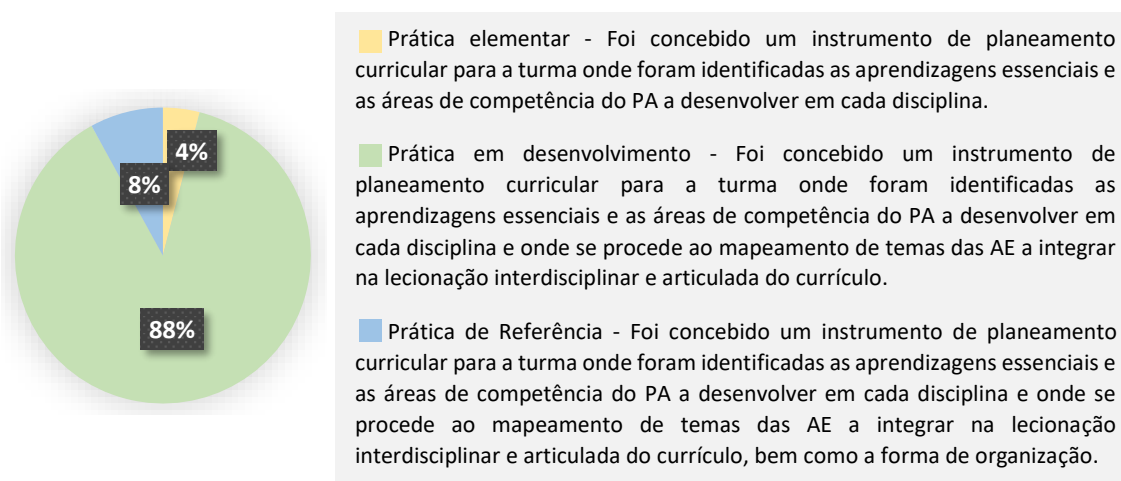
*Cumprimento das Aprendizagens Essenciais e Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*

*Planeamento curricular*

*Ano letivo 2022/2023*

A Figura 48 demonstra que, visando a **concretização do PA e o cumprimento das AE**, para a grande maioria destas turmas (88%) foi concebido um instrumento de planeamento curricular, no qual foram identificadas as AE e as áreas de competências do PA a desenvolver em cada disciplina e em que se procede ao mapeamento de temas das AE a integrar na leção interdisciplinar e articulada do currículo (Prática em desenvolvimento). Refira-se que em 8% das escolas é uma Prática de referência.

Figura 48 – Planeamento das AE e do PA - concretização

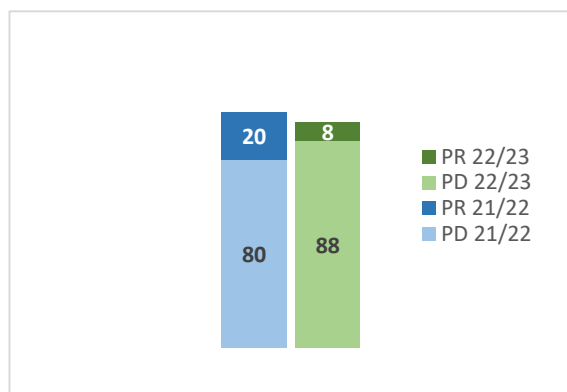


*Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

De acordo com a Figura 49, não se registou alteração assinalável, continuando a verificar-se que, para a grande maioria destas turmas, foi concebido um instrumento de planeamento curricular, no qual foram

identificadas as AE e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina e em que se procede ao mapeamento de temas das AE a integrar na lecionação interdisciplinar e articulada do currículo (Prática em desenvolvimento).

Figura 49 – Planeamento das AE e do PA - concretização

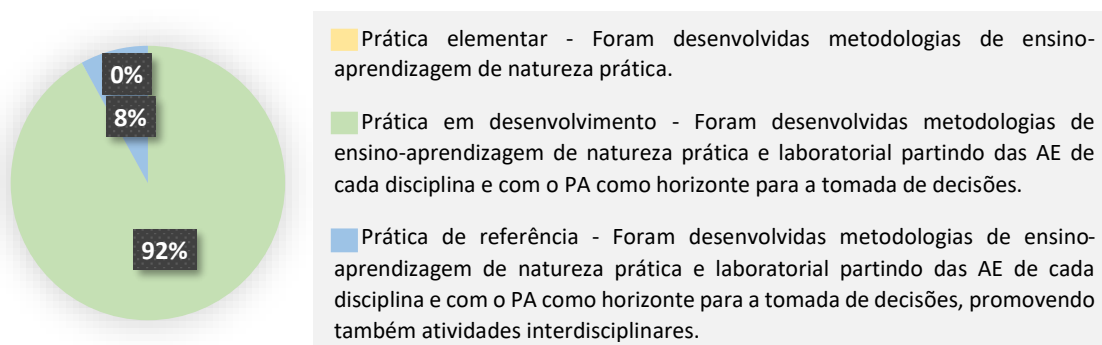


### Operacionalização do processo ensino-aprendizagem

Ano letivo 2022/2023

No que se refere à **operacionalização do processo de ensino-aprendizagem**, 92% das escolas desenvolvem metodologias de natureza prática e laboratorial partindo das AE e tendo o PA como horizonte (Prática em desenvolvimento). Destaca-se que 8% das escolas promove, ainda, atividades interdisciplinares (Prática de referência), não se registando a existência de Práticas elementares (cf. Figura 50).

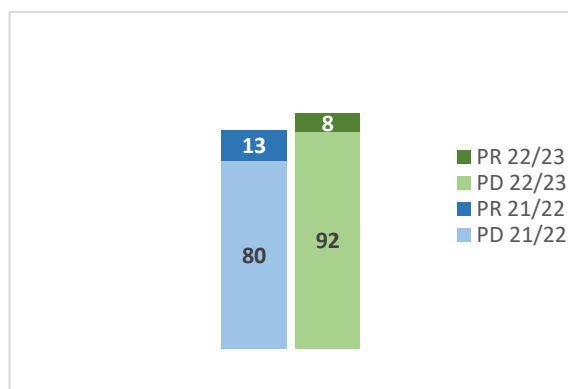
Figura 50 - Cumprimento das AE e do PA - operacionalização



*Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

Da observação da Figura 51, constata-se que as escolas continuam a desenvolver metodologias de natureza prática e laboratorial partindo das AE e tendo o PA como horizonte (Prática em desenvolvimento). Em 2022/2023, 8% das escolas promove, ainda, atividades interdisciplinares (Prática de referência), não se registando a existência de Práticas elementares.

Figura 51 - Cumprimento das AE e do PA - operacionalização



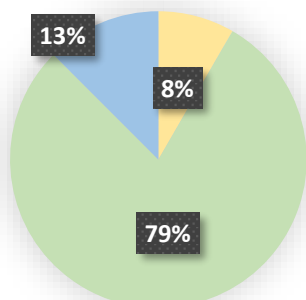
*Avaliação das aprendizagens*

*Ano letivo 2022/2023*

Relativamente à **avaliação das aprendizagens**, foram estabelecidos quatro descritores para a Prática de referência: i) está integrada nos processos de ensino e aprendizagem; ii) os objetivos de aprendizagem são partilhados com os alunos; iii) é promovido o seu envolvimento na avaliação (autoavaliação e heteroavaliação) e iv) existem evidências de distribuição de *feedback* que permite aos alunos reconhecer e planear as aprendizagens subsequentes.

No final do ano letivo, em 13% das escolas esta é uma Prática de referência. As restantes 79% implementaram apenas duas das quatro características identificadas na Prática de referência e 8% implementam apenas uma (cf. Figura 52).

Figura 52 – Avaliação das aprendizagens



■ Prática elementar - Existência de até uma das características mencionadas para o nível 5.

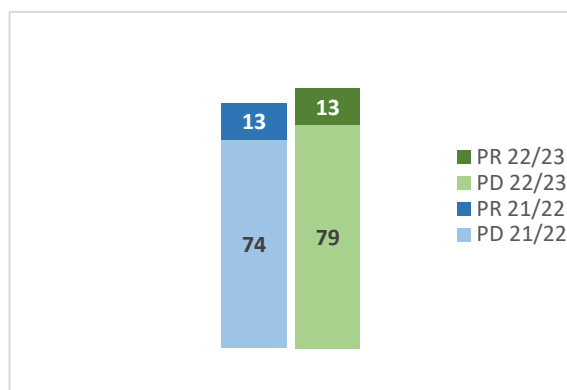
■ Prática em desenvolvimento - Existência de duas das quatro características identificadas no nível 5.

■ Prática de referência - A avaliação: (i) está integrada nos processos de ensino e aprendizagem, (ii) os objetivos de aprendizagem são partilhados com os alunos e (iii) é promovido o seu envolvimento na avaliação (autoavaliação e heteroavaliação) e (iv) existem evidências de distribuição de *feedback* que permite aos alunos reconhecer e planear as aprendizagens subsequentes.

*Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

Na Figura 53, verifica-se que 13% das escolas continuam a implementar os quatro descritores definidos para a Prática de referência. No entanto, a maioria das escolas situa-se no nível Práticas em desenvolvimento, uma vez que apenas se registaram duas das quatro características identificadas na Prática de referência.

Figura 53 – Avaliação das aprendizagens

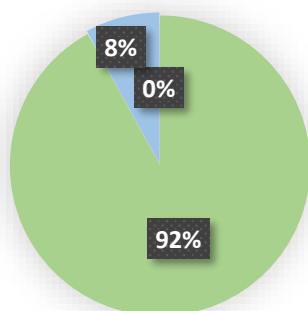


*Novas disciplinas | Práticas pedagógicas e curriculares*

*Ano letivo 2022/2023*

Foram criadas **disciplinas** em todos os PI que contemplam PCA. Relativamente ao seu desenvolvimento (cf. Figura 54), constata-se que 92% das escolas procuraram implementar práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo desenvolvidas atividades, em que os alunos estão envolvidos no processo de aprendizagem (Prática em desenvolvimento).

Figura 54 – Novas disciplinas | Práticas pedagógicas e curriculares



■ Prática elementar - Existem práticas de articulação potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo desenvolvidas atividades onde os alunos se sentem motivados para aprender.

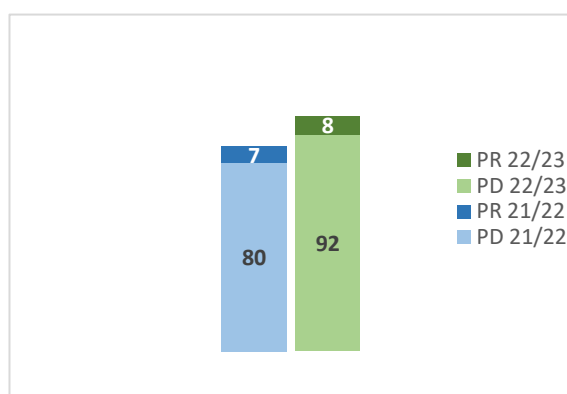
■ Prática em desenvolvimento - Existem práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo desenvolvidas atividades onde os alunos estão envolvidos no processo de aprendizagem.

■ Prática de Referência - Existem práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo desenvolvidas atividades onde se recorre a abordagens como a resolução de problemas, o trabalho de projetos e/ou outras onde os alunos têm o papel central no questionamento e desenvolvimento das aprendizagens, tendo sido evidente a melhoria das aprendizagens dos alunos e que são mais significativas.

*Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

Relativamente ao desenvolvimento das novas disciplinas (cf. Figura 55), regista-se um crescimento, na ordem dos 12 pontos percentuais, de escolas que procuraram implementar práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, sendo desenvolvidas atividades em que os alunos estão envolvidos no processo de aprendizagem (Prática em desenvolvimento).

Figura 55 – Novas disciplinas | Práticas pedagógicas e curriculares

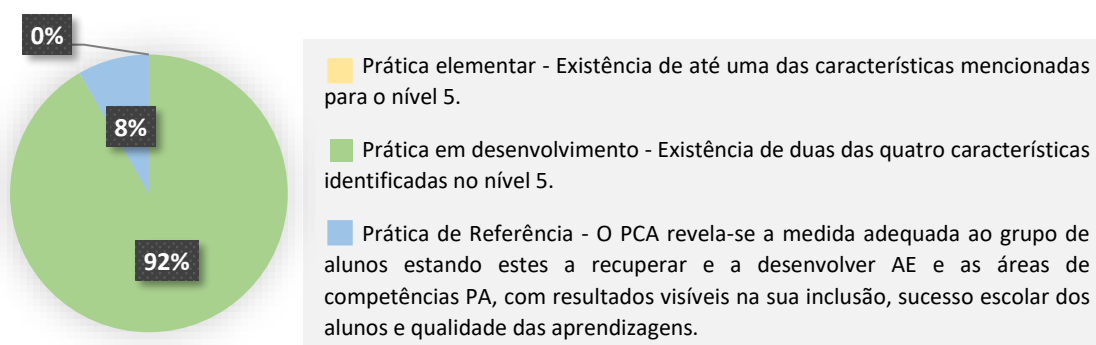


*Percursos Curriculares Alternativos como medida para recuperação e desenvolvimento de aprendizagens*

*Ano letivo 2022/2023*

A Figura 56 demonstra que o PCA se revelou uma **medida adequada ao grupo de alunos** i) estando estes a recuperar e a desenvolver as AE e as áreas de competência previstas no PA, com resultados visíveis ii) na sua inclusão, iii) no sucesso escolar dos alunos e iv) na qualidade das aprendizagens em 8% das escolas (Prática de referência). Esta medida encontrava-se ainda em desenvolvimento em 92% das escolas (existência de duas das quatro características identificadas para a prática de referência).

Figura 56 – PCA como medida adequada para a recuperação e desenvolvimento das aprendizagens

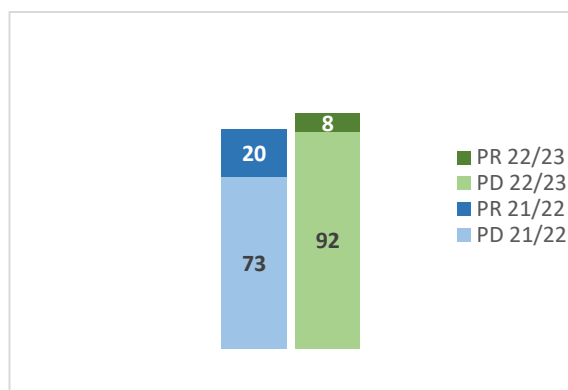




*Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

A Figura 57 demonstra o aumento, em 19 pontos percentuais, das escolas em cujos PCA se verificam duas das características definidas, estando os alunos a recuperar e a desenvolver AE e áreas de competências do PA (Prática em desenvolvimento).

Figura 57 – PCA como medida adequada para a recuperação e desenvolvimento das aprendizagens

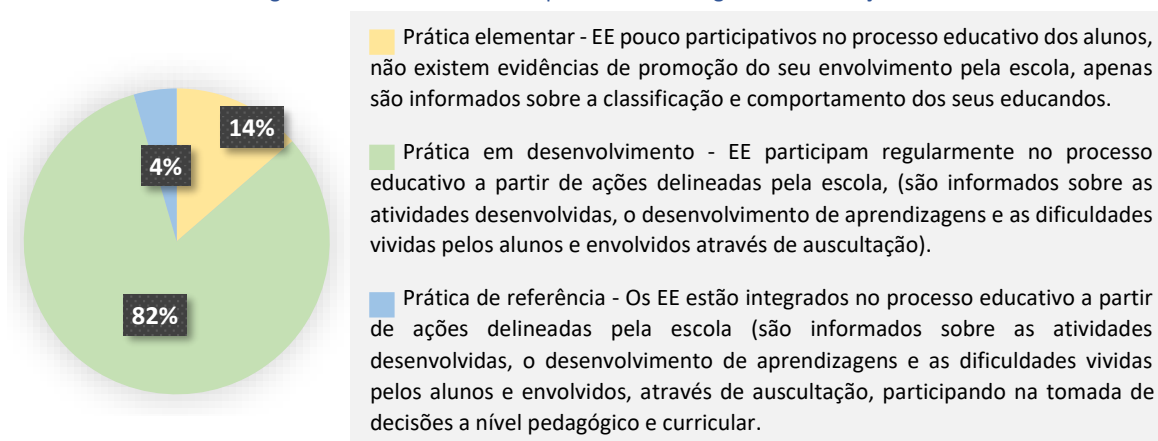


*Envolvimento de pais ou encarregados de educação na vida escolar dos alunos*

*Ano letivo 2022/2023*

O **envolvimento dos pais e ou encarregados de educação** na vida escolar dos seus educandos, à semelhança do registado para este indicador na parte 2 (cf. Figura 58), é uma Prática em desenvolvimento em 82% de escolas, verificando-se que em 14% das escolas ainda é uma Prática elementar, ou seja, os pais/encarregados de educação são pouco participativos no processo educativo dos alunos, não existindo evidências de promoção do seu envolvimento pela escola e apenas são informados sobre a classificação e comportamento dos seus educandos.

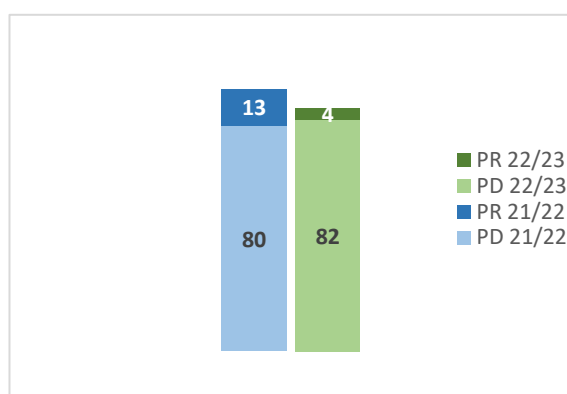
Figura 58 – Envolvimento dos pais e ou encarregados de educação



*Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

O **envolvimento dos pais e ou encarregados de educação** na vida escolar dos seus educandos, como se verifica na Figura 58 e à semelhança do registado para este indicador na parte 2 (cf. Figura 26), continua a ser uma Prática em desenvolvimento, apurando-se, no entanto, que em 14% das escolas os EE são pouco participativos no processo educativo dos alunos, não existindo evidências de promoção do seu envolvimento pela escola, apenas sendo informados sobre a classificação e comportamento dos seus educandos (Prática elementar).

Figura 59 – Envolvimento dos pais e ou encarregados de educação

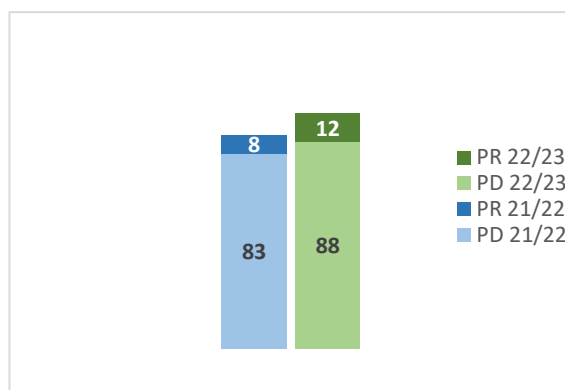


*Análise global do desenvolvimento de todas as práticas*

*Comparação: Anos letivos 2021/2022 e 2022/2023*

Globalmente, do ponto de vista do desenvolvimento geral das práticas nas turmas de PCA, verifica-se progresso na dinâmica das escolas, uma vez que 88% delas apresentam 4 ou mais domínios tipificados como Práticas em desenvolvimento e tendo sido identificadas 12% com 4 ou mais domínios tipificados como Práticas de referência (cf. Figura 60). Por outro lado, deixaram de ser identificadas escolas onde apenas se implementam Práticas elementares.

Figura 60 – N.º de Escolas com PCA – Tipo de práticas



#### Parte 4 - Balanço Final – visitas de proximidade

A 4.ª parte do Questionário de acompanhamento AFC | PI | PCA tem como objetivo sublinhar, em síntese, os domínios em que as escolas se distinguiram positivamente, bem como identificar aqueles que, no processo de mudança, carecem de maior apoio por parte das ER. Deste modo, o balanço que se apresenta acomoda os domínios que mais frequentemente foram registados, por um lado como Pontos Fortes, e por outro, como Áreas de Melhoria.

#### Pontos fortes:

- Práticas organizacionais – Comunicação na organização e fluxos de informação
- Práticas curriculares – Opções pedagógicas e curriculares
- Práticas pedagógicas – Avaliação para as aprendizagens
- Práticas de autorregulação – Envolvimento de parceiros na vida da Escola

#### Áreas de melhoria:

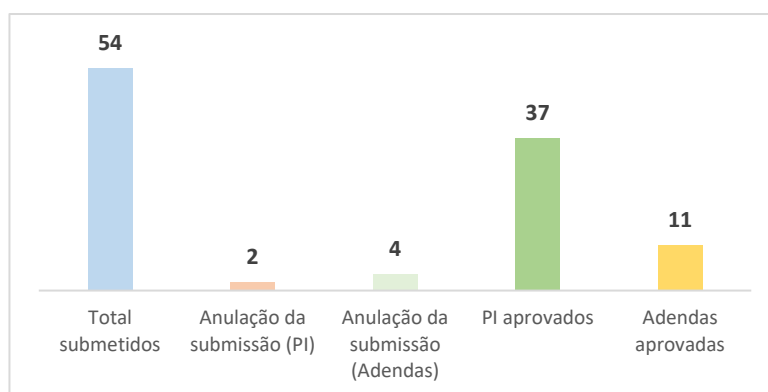
- Práticas organizacionais – Organização de turmas e horários flexíveis
- Práticas curriculares – Conceção, realização e avaliação de Domínios de Autonomia Curricular
- Práticas pedagógicas – Planeamento
- Práticas de autorregulação – Monitorização dos processos

#### 2.4.2.1. Planos de Inovação 2023/2024

De acordo com o referido anteriormente, as ER, no âmbito do acompanhamento de proximidade, prestam apoio às escolas na conceção de Planos de Inovação a submeter à CN, que emite parecer, tendo em vista a decisão de autorização pelo membro do Governo responsável pela área da educação.

Assim, para o ano letivo 2023/2024, à data do presente relatório, foram submetidos 54 novos PI, ao abrigo da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua atual redação. No decurso da tramitação destes planos, 6 UO optaram por anular a sua submissão (2 anularam o PI e 4 anularam a Adenda), uma vez que as medidas apresentadas não requeriam uma gestão superior a 25% do total da carga horária das matrizes curriculares-base. Deste modo, a equipa de CN emitiu parecer relativamente a 37 PI e a 11 Adendas, com base na apreciação realizada pelas Equipas Regionais. Verificada a sua adequação i) às necessidades reconhecidas e aos compromissos assumidos através da identificação de objetivos e metas a atingir; ii) à observação do previsto nos artigos 5.º, 6.º, 6.ºA e 7.º, quando aplicável, da Portaria n.º 181/2019, na sua redação atual; iii) e à previsão dos procedimentos de monitorização e de autoavaliação no âmbito do previsto no Art.º 8.º da supracitada Portaria, o membro do Governo responsável pela área da educação decidiu pela aprovação dos 37 PI. Foram igualmente aprovadas pela CN 11 Adendas (cf. Figura 61).

Figura 61 – PI submetidos para 2023/2024 – nível nacional



Em 2023/2024, encontram-se em vigência um total de 89 PI, número que inclui não só os 37 novos PI, mas também os 52 PI que foram aprovados nos anos letivos anteriores e que ainda se encontram em vigor (cf. Figura 62).

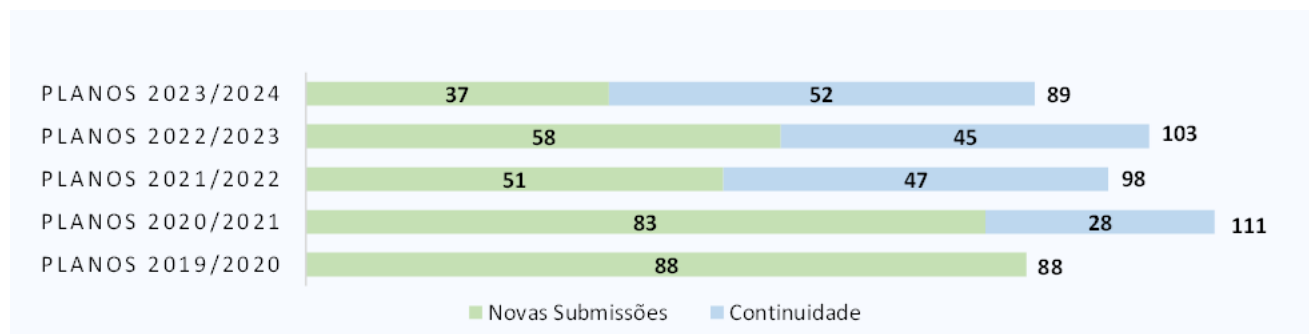
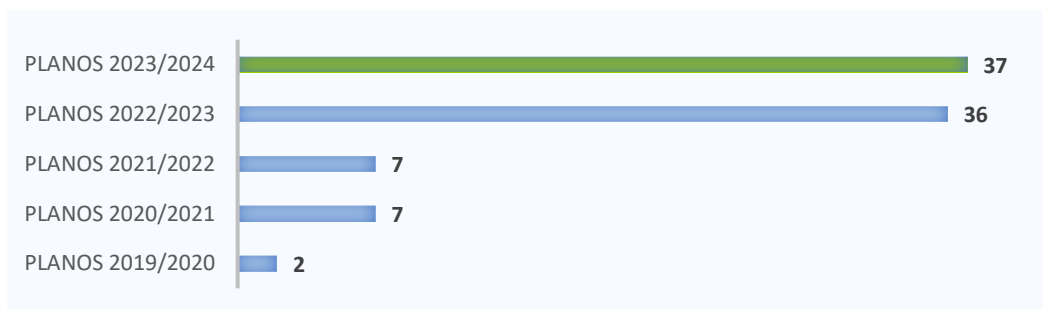


Figura 62 – Planos de Inovação em vigência

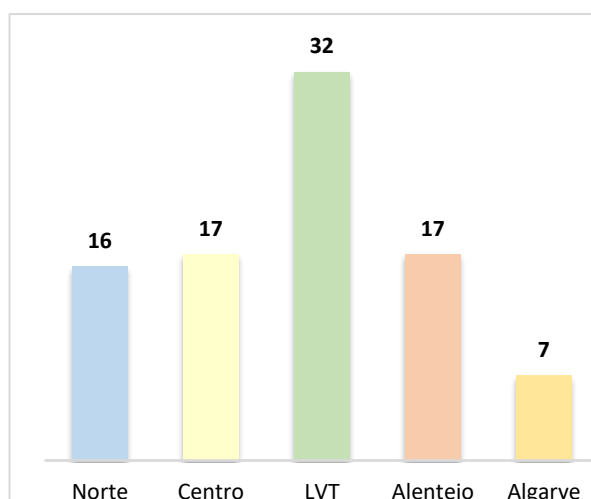
A Figura 63, que representa os 89 PI em vigência no ano letivo 2023/2024, discrimina o número de PI de continuidade, por ano de aprovação, a saber: 36 que tiveram início em 2022/2023; 7 em 2021/2022; 7 em 2020/2021; e 2 em 2019/2020.

Figura 63 – Histórico dos Planos de Inovação



A distribuição geográfica dos 89 PI em vigência, no ano letivo 2023/2024, está representada na Figura 64, a saber: 32 PI na Região LVT; 17 PI na Região Centro; 17 PI na Região do Alentejo; 16 PI na Região Norte; e 7 PI na Região do Algarve. Assim, constata-se que a Região do Alentejo apresenta maior percentagem de PI (25%) comparativamente com as restantes regiões do país e face ao número de escolas de cada região.

Figura 64 – PI em vigência por região



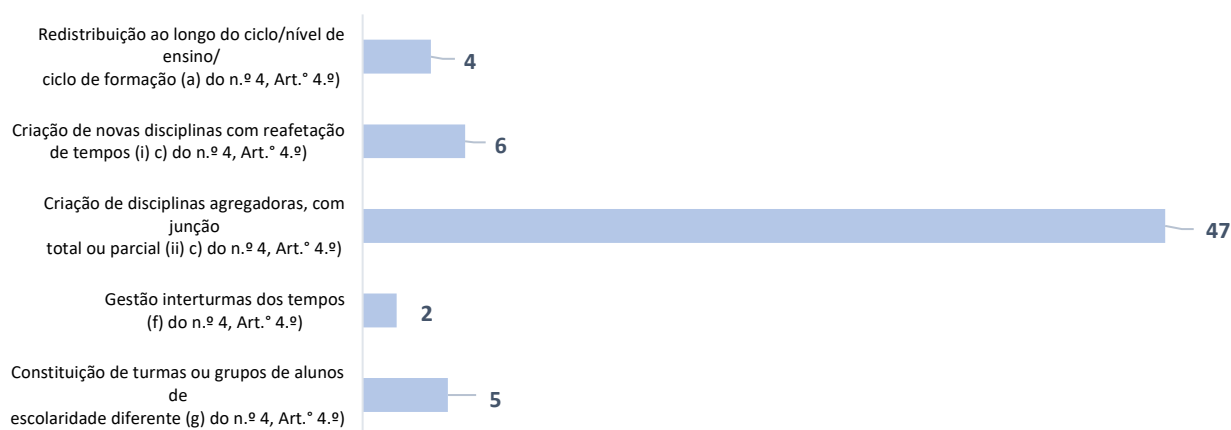
Em conformidade com o que tem ocorrido desde 2019, a maioria dos 89 PI, em vigência no ano letivo 2023/2024, abrange os alunos do ensino básico (cf. Figura 65).

Figura 65 – Distribuição dos PI por ciclo, UO e ano de escolaridade

Ciclo	Totais/UO	Ano	n.º de PI
1.º ciclo	30	1.º ano	22
		2.º ano	21
		3.º ano	15
		4.º ano	15
2.º ciclo	34	5.º ano	29
		6.º ano	27
3.º ciclo	44	7.º ano	20
		8.º ano	18
		9.º ano	12
ES	12	CCH	3
		CAE	1
		CCH CP	4
		CP	5

No âmbito do Art.º 4.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual, verifica-se que as medidas mais adotadas pelas escolas são a criação de novas disciplinas e a adoção de regras próprias relativas à organização diversa de turmas (cf. Figura 66). De salientar que se optou por apresentar a redistribuição dos tempos entre componentes, cumulativamente com a criação das novas disciplinas [alínea c) i) e ii)], já que a redistribuição dos tempos entre componentes está subjacente à criação de novas disciplinas.

Figura 66 – Medidas adotadas (Art.º 4.º Portaria n.º 181/2019), com exceção de PCA e PFP



Destacam-se, seguidamente, algumas das medidas propostas pelas UO, nomeadamente i) a criação de novas disciplinas; ii) os Percursos Formativos Próprios (PFP); e iii) os Percursos Curriculares Alternativos (PCA).

### *Criação de novas disciplinas*

A criação de disciplinas, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 4 do Art.º 4.º da Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, na sua versão atual, pode ocorrer através da reafetação de tempos/horas fixados para as disciplinas constantes da matriz curricular-base, com definição de documentos curriculares próprios, aprovados pelo conselho pedagógico [subalínea i) da alínea c)]; ou da junção das Aprendizagens Essenciais e dos tempos/horas fixados para as respetivas disciplinas na matriz curricular-base, combinando-as total ou parcialmente, constituindo-se estas como disciplinas agregadoras [subalínea ii) da alínea c)].

Nos PI que não contemplam PCA e PFP foram criadas 153 novas disciplinas, tendo as escolas optado maioritariamente pela criação de disciplinas agregadoras. Das 37 escolas que propuseram a criação de disciplinas ao abrigo da alínea c) do n.º 4, Art.º 4.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual, apenas 6 UO as criaram ao abrigo da subalínea i) da alínea c) do n.º 4, do Art.º 4.º, da já referida Portaria.

Na Figura 67 pode observar-se que no 1.º ciclo, a criação de disciplinas convoca parcialmente tempos da generalidade das diferentes disciplinas, destacando-se as de Matemática e Português. A reafetação total dos tempos previstos na matriz curricular-base sucede, tendencialmente, através das disciplinas de Apoio ao Estudo, de Educação Artística e da Oferta Complementar.

Figura 67 – Criação de disciplinas - 1.º Ciclo

Disciplina	Convocadas	
	Parcial	Total
Apoio ao Estudo (1.º Ciclo)	4	53
Cidadania e Desenvolvimento (1.º C	2	1
Educação Artística (1.º Ciclo)	15	49
Educação Física (1.º Ciclo)	6	22
Estudo do Meio (1.º Ciclo)	38	19
Matemática (1.º Ciclo)	49	7
Oferta Complementar (1.º Ciclo)	2	29
Português (1.º Ciclo)	47	5

De acordo com a Figura 68, nos 2.º e 3.º ciclos, foram criadas disciplinas maioritariamente, através da reafetação total dos tempos previstos na matriz curricular-base, com maior incidência das disciplinas de Educação Visual, Cidadania e Desenvolvimento e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A

criação de disciplinas através da reafetação parcial dos tempos previstos ocorre, sobretudo, recorrendo às disciplinas de Português, Ciências Naturais e Matemática.

Figura 68 – Criação de disciplinas - 2.º e 3.º Ciclos

Disciplina	Convocadas	
	Parcial	Total
Cidadania e Desenvolvimento (2.º e 3.º Ciclos)	2	61
Ciências Naturais (2.º e 3.º Ciclos)	21	44
Complemento à Educação Artística (3.º Ciclo)	0	26
Educação Física (2.º e 3.º Ciclos)	7	17
Educação Musical (2.º Ciclo)	7	4
Educação Tecnológica (2.º Ciclo)	6	40
Educação Visual (2.º e 3.º Ciclos)	12	63
Físico-Química (3.º Ciclo)	10	19
Geografia (3.º Ciclo)	3	28
História (3.º Ciclo)	4	29
História e Geografia de Portugal	7	26
Inglês	19	7
L. Estrangeira II	5	5
Matemática (2.º e 3.º Ciclos)	19	31
Português (2.º e 3.º Ciclos)	26	16
TIC	7	61

Quanto às áreas de saber abrangidas pela totalidade das novas disciplinas, verifica-se um menor número de disciplinas criadas nas áreas das Línguas e das Ciências Sociais e Humanas, constatando-se um número elevado na área assinalada com Outra (219), seguindo-se as áreas de Artes (74) e das *Science, Technology, Engineering and Mathematics* (STEM), com 45 (cf. Figura 69).

Figura 69 – Criação de disciplinas – Áreas de saber

Artes	74
Ciências Sociais e Humanas	31
Línguas	14
STEM	45
Outra	219

No que respeita à categoria Outra, a título de exemplo, foram criadas disciplinas como Línguas e Património (Português, Estudo do Meio e Inglês); Oficina de Leitura e Escrita (Português, Matemática e Estudo do Meio); (.COM) Competências Organizacionais (Português, Matemática, História e Geografia de Portugal e Ciências Naturais); English@Music (Inglês, Educação Musical e TIC); +Sustentabilidade (Ciências Naturais, Físico-química e Educação Física); ou SELF (Sonha, Ensina, Lê e Faz), envolvendo Espanhol, Francês e Geografia.



As disciplinas criadas no âmbito dos Planos de Inovação sem PCA encontram-se listadas nos Anexo IV.

### *Percurso Formativos Próprios*

A Portaria n.º 306/2021, de 17 de dezembro, veio permitir que as escolas adotem um Percurso Formativo Próprio (PFP), aplicável a todas as disciplinas da componente de formação específica e da componente científica, consoante a oferta educativa e formativa do ensino secundário. No ano letivo 2023/2024, são 5 os Agrupamentos de Escolas que viram os seus PFP aprovados à luz do Art.º 6.º-A da supracitada Portaria, a saber: Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, Agrupamento de Escolas de Trancoso, Agrupamento de Escolas de Almeida e o Agrupamento de Escolas de Escalada.

O Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa submeteu dois PFP, tendo por base a matriz curricular do Curso Científico-Humanístico (CCH) de Ciências e Tecnologias, um na área do Desporto e outro na área da Informática. Assegurando a componente de formação geral, estes PFP oferecem na componente de formação específica uma disciplina trienal (Matemática A) e duas disciplinas bienais de 10.º e 11.º anos (Físico-Química A e Programação e Tecnologias), no curso de Informática, e as disciplinas de Biologia e Geologia e Atividades Desportivas Ar Livre ou Saúde e Atividades Desportivas, no curso de Desporto. Acrescem duas disciplinas anuais de 12.º ano, selecionadas entre várias opções, a saber: no curso de informática, Física, Química, Aplicações Informáticas B, Materiais e Tecnologias, Inglês, Desenvolvimento de Aplicações *Web*, Programação *Mobile*, Marketing Digital, Ferramentas Multimédia, Arquitetura de Computadores e Redes de Comunicação, e, no curso de Desporto, Biologia, Geologia, Materiais e Tecnologias, Inglês, Aplicações Informáticas B, Introdução ao Desporto e Atividades de Lazer I, Introdução ao Desporto e Atividades de Lazer II e Estudo do Movimento. As novas disciplinas criadas ao abrigo da subalínea i) da alínea c) do n.º 4 do Art.º 4.º resultam da agregação de AE homologadas para os CP.

O Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro tem em vigência o CCH de *HumanArtes*, que resulta da definição de um novo conjunto de disciplinas na componente de formação específica, como se pode observar na Figura 70.

Figura 70 – Matriz curricular do CCH *HumanArtes*

MATRIZ CURRICULAR ENSINO SECUNDÁRIO				
Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária		
		10º	11º	12º
Geral	Português	200	200	250
	LE	150	150	--
	Filosofia	150	150	--
	Educação Física	150	150	150
Específica	Desenho A	250	250	300
	MACS (a)	300	300	--
	Espanhol (a)	300	300	--
	Geografia A (a)	300	300	--
	Geografia C (b)	--	--	150
	Psicologia B (b)	--	--	150
	Aplicações Informáticas B (b)	--	--	150
	Educação Moral e Religiosa	(50)	(50)	(50)
<b>TOTAL</b>		<b>1500</b>	<b>1500</b>	<b>1000</b>

(a) Escolha de apenas duas disciplinas bienais

(b) Escolha de apenas duas disciplinas anuais

O Agrupamento de Escolas de Trancoso implementou um PI com PFP que integra, na componente específica, duas novas disciplinas trienais (Imagem e Multimédia e Design e Comunicação). Na componente de formação geral, procedeu à junção das AE das disciplinas de Português e Filosofia, criando a disciplina trienal Linguagem e Pensamento (cf. Figura 71).

Figura 71 – Matriz curricular do PFP - Agrupamento de Escolas de Trancoso

Disciplinas	CARGA HORÁRIA							%
	10.º Ano		11.º Ano		12.º Ano		TOTAL CICLO (b)	
	min	tempo s	min	tempo s	min	tempo s	min	
Linguagem e Pensamento	300	6	300	6	200	4	800	19,54
Inglês	150	3	150	3	---	---	300	---
Ed. Física	150	3	150	3	150	3	450	---
Desenho A	250	5	250	5	250	5	750	---
Matemática B	250	5	250	5	---	---	500	---
História e Cultura das Artes ou Geometria Descritiva A (a)	250	5	250	5	---	---	500	---
Imagem e Multimédia	100	2	100	2	200	4	400	9,76
Design e Comunicação	100	2	100	2	200	4	400	9,76
EMRC	50	1	50	1	50	1	150	---
Total sem EMRC	1550	---	1550	---	1000	---	---	---

No que respeita aos cursos profissionais, o Agrupamento de Escolas de Almeida propôs um PFP para os alunos dos cursos de Desporto e de Auxiliar de Saúde, que engloba a frequência das disciplinas de Matemática A, Física e Química A e Biologia e Geologia, da matriz curricular do CCH de Ciências e Tecnologias.

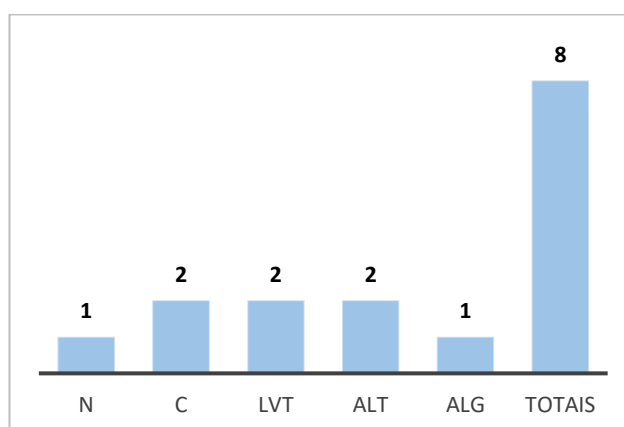
O Agrupamento de Escalada propôs para o Curso de Desporto um PFP, em que a disciplina de Psicologia, da componente de formação científica, foi substituída por Psicologia B, da componente de formação específica dos CCH<sup>19</sup>. Ademais, criou duas disciplinas agregadoras, uma na componente de formação sociocultural - Integração Digital - e outra na componente de formação científica - Movimento Físico. Em vigência, desde o ano letivo 2022/2023 neste agrupamento, está o curso profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, que contempla uma disciplina agregadora, na componente sociocultural - Integração Digital – e a substituição das duas disciplinas da componente científica (Matemática e Física), por duas disciplinas da componente específica CCT (Matemática A e Físico-Química A)<sup>20</sup>.

#### *Percursos Curriculares Alternativos*

Como já referido, o Art.º 7.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual, prevê que as escolas, no quadro da sua autonomia curricular, e atentos os princípios que presidem aos PI, possam conceber PCA, desde que se verifiquem, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) a identificação de um conjunto de alunos do mesmo ano de escolaridade, para os quais uma gestão específica da matriz curricular-base, de caráter temporário, constitua a resposta adequada e b) nenhuma das ofertas educativas e formativas existentes se revele adequada.

Na Figura 72, pode observar-se que 8 AE/ENA optaram pela criação de PCA, distribuídos do seguinte modo: 1 no Norte, 2 no Centro, 2 em LVT, 2 no Alentejo e 1 no Algarve.

Figura 72 – N.º de PI que propõem PCA



<sup>19</sup> alínea d), do n.º 4 do artigo 4.º em conjugação com a alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º-A da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual

<sup>20</sup> alínea d), do n.º 4 do artigo 4.º em conjugação com a alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º-A da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual

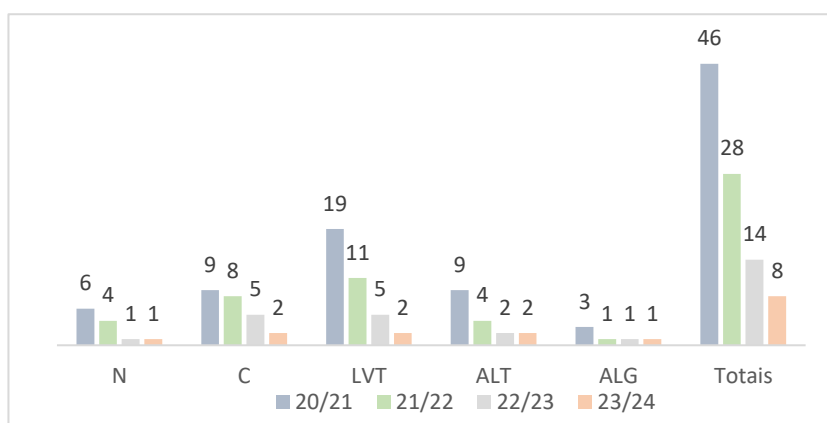
Assim, foram criadas 15 turmas (1 no 5.º ano, 3 no 6.º ano, 4 no 7.º ano, 3 no 8.º ano e 4 no 9.º ano de escolaridade) de PCA, abrangendo cerca de 201 alunos (cf. Figura 73).

Figura 73 – N.º de Turmas PCA por ano de escolaridade

Ano	N.º de turmas
5.º ano	1
6.º ano	3
7.º ano	4
8.º ano	3
9.º ano	4
Total	15

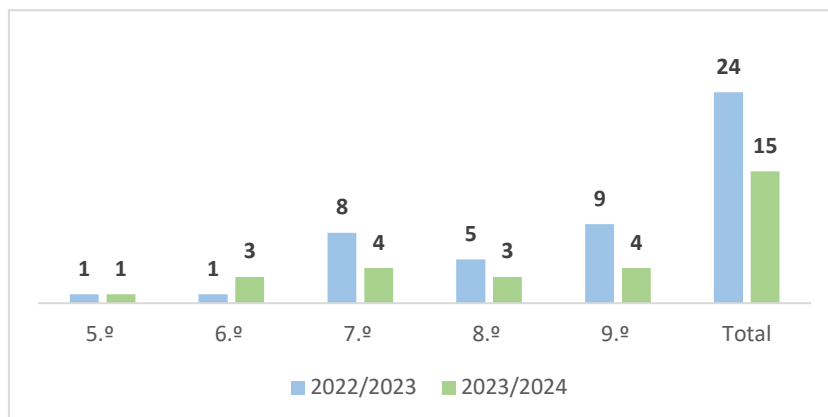
Tendo como referência o ano letivo 2022/2023, registou-se uma redução em 9 do número de turmas criadas, ao abrigo do Art.º 7.º da supracitada portaria, facto que decorre, em grande parte, da ação das ER que, no âmbito do acompanhamento e apoio prestado às escolas, promove a reflexão sobre a adequação das medidas propostas, como respostas curriculares e pedagógicas promotoras do sucesso e inclusão de todos os alunos (cf. Figura 74). De notar que a redução acentuada desta medida por parte das escolas, que se verifica desde o ano letivo 2020/2021, reflete a integração dos alunos nas turmas regulares, cumprindo-se o carácter temporário previsto na alínea a) do n.º 1 do Art.º 7.º da Portaria n.º 181/2019 de 11 de junho.

Figura 74 – Balanço de UO com PCA (2020/2021 a 2023/2024)



Embora se tenha verificado um aumento do número de turmas PCA no 6.º ano (de 1 passaram a 3), constata-se que, no 5.º ano, se manteve o número, sendo no 3.º ciclo que se regista a redução do número de turmas: no 7.º ano de 8 para 4; no 8.º ano de 5 para 3 e no 9.º ano de 9 para 4 (cf. Figura 75).

Figura 75 – Turmas PCA 22/23 | 23/24








Nos PI que contemplam PCA foram criadas 30 disciplinas (cf. Anexo V), tendo as escolas optado por recorrer parcial ou totalmente aos tempos das disciplinas que constituem a matriz curricular-base. A Figura 76 indica que, maioritariamente, as novas disciplinas são criadas com recurso à reafetação total dos tempos previstos na matriz curricular-base, com especial enfoque nas disciplinas de Educação Visual, Complemento à Educação Artística e TIC. No entanto, também é possível observar disciplinas criadas através da reafetação parcial dos tempos de algumas disciplinas já existentes, com especial foco nas de Português, Matemática, Inglês e Ciências Naturais.

Figura 76 - Criação de disciplinas (PCA) – 2.º e 3.º Ciclos

Disciplina	Parcial	Total
Cidadania e Desenvolvimento (2.º e 3.º Ciclos)	4	5
Ciências Naturais (2.º e 3.º Ciclos)	7	6
Complemento à Educação Artística (3.º Ciclo)	0	8
Educação Física (2.º e 3.º Ciclos)	1	0
Educação Musical (2.º Ciclo)	0	4
Educação Tecnológica (2.º Ciclo)	0	4
Educação Visual (2.º e 3.º Ciclos)	0	10
Físico-Química (3.º Ciclo)	3	5
Geografia (3.º Ciclo)	1	4
História (3.º Ciclo)	3	5
História e Geografia de Portugal	2	3
Inglês	10	0
L. Estrangeira II	5	0
Matemática (2.º e 3.º Ciclos)	10	0
Português (2.º e 3.º Ciclos)	10	0
TIC	3	7

Na criação de disciplinas para os PCA (cf. Figura 77), as escolas optam por privilegiar a área das STEM (8 novas disciplinas), Línguas (6 novas disciplinas) e as áreas das Artes e das Ciências Sociais e Humanas (2 novas disciplinas). É de realçar que, em segundo lugar, aparece “outra” (12) como área privilegiada motivada pela transdisciplinaridade.

Figura 77 – Criação de disciplinas por áreas em Turmas PCA

Artes		<b>2</b>
Ciências Sociais e Humanas		<b>2</b>
Línguas		<b>6</b>
STEM		<b>8</b>
Outra		<b>12</b>

Concluindo, constata-se que os Planos de Inovação submetidos para o ano letivo 2023/2024 revelam uma forte aposta na criação de disciplinas com reafetação parcial/total de tempos e Aprendizagens Essenciais conforme subalínea ii) da alínea c) do n.º 4, Art.º 4.º da Portaria 181/2019. Constata-se uma preocupação pela transdisciplinaridade nas novas disciplinas (áreas de saber - Outra), promotoras do sucesso, da inclusão e da qualidade das aprendizagens, recorrendo a adoção de soluções adaptadas aos contextos e às necessidades dos alunos, e procurando um currículo mais significativo, consentâneo com cada contexto escolar. Relativamente às medidas adotadas pelas Unidades Orgânicas, verifica-se que três UO apresentam 4 medidas (para o 1.º, 2.º e 3.º ciclos), três UO apresentam 3 medidas (para mais do que um ciclo) e as restantes entre uma ou duas medidas.

Dos 37 Planos de Inovação aprovados, 8 Agrupamentos de Escolas contemplam PCA. Constata-se que 4 Agrupamentos de Escolas optam por esta medida pelo terceiro ano consecutivo, 1 Agrupamento de Escolas pelo segundo ano consecutivo e 3 Agrupamentos de Escolas pela primeira vez.

Foram aprovados mais três PFP, um referente a: dois CCH de Artes Visuais; dois CP de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; um CP de Técnico Auxiliar de Saúde e dois CP de Técnico de Desporto.

Destaca-se claramente uma predominância de planos de inovação dirigidos ao ensino básico (35 PI), tendo sido submetidos 12 PI com medidas a aplicar ao ensino secundário.

#### 2.4.3. Reuniões de rede

As reuniões de rede, previstas pela CN no Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação delineado para cada ano letivo, são organizadas e dinamizadas pelas ER. No ano letivo 2022/2023 realizaram-se 75 reuniões de rede (cf. Quadro 9), que tiveram como principais objetivos: i) oferecer momentos de partilha de práticas de referência entre os AE/ENA; ii) promover momentos de reflexão em torno de temáticas de interesse comum a um determinado conjunto de escolas, facilitando a cooperação e a parceria com instituições de ensino superior; iii) instar à análise dos pontos críticos de diferentes projetos, procurando soluções para superação de dificuldades; e iv) viabilizar a

sustentabilidade das dinâmicas de partilha e de consolidação da interdisciplinaridade, do trabalho colaborativo e de práticas pedagógicas centradas nos alunos. Para além de propiciar a continuidade destas redes, as ER procuraram garantir que todos os AE/ENA participassem nestes momentos.

Quadro 10 – Reuniões de Rede por ER

<i>Equipas Regionais</i>	<i>N.º de reuniões</i>	<i>N.º/% UO participantes</i>		<i>N.º participantes</i>
<i>Norte</i>	21	268	(92,41%)	1183
<i>Centro</i>	27	144	(97,30%)	1769
<i>LVT</i>	22	253	(96,93%)	2032
<i>Alentejo</i>	4	65	(91,55%)	318
<i>Algarve</i>	8	39	(97,50%)	403
<b>TOTAIS</b>	<b>82</b>	<b>769</b>	<b>(94,93%)</b>	<b>5705</b>

Numa lógica de agilização e rentabilização do tempo, para além das reuniões presenciais, as ER utilizaram, sempre que consideraram pertinente, as plataformas digitais, enquanto canais para a dinamização desta ação destinada a diretores, às lideranças intermédias e outros professores, visando a disseminação da informação nas suas escolas.

Os temas das reuniões de rede (cf. Figura 78) decorreram da análise da pertinência quer da manifestação de interesse dos seus destinatários, quer das sugestões apresentadas pelos R/CFAE, tendo em vista não só elevar a dimensão da reflexão, aprofundamento e partilha de experiências da AFC, como também impulsionar a criação de redes entre as escolas. Assim, nestas partilhas as escolas explicitaram todo o processo envolvido nas práticas, entre outros indicadores, o planeamento, os intervenientes, as metodologias pedagógicas privilegiadas, o envolvimento dos alunos e dos encarregados de educação, a monitorização e avaliação e o impacto nas aprendizagens, nas avaliações e no bem-estar dos discentes.

Figura 78 – Reuniões de Rede – Temas

AFC para novos diretores
Educação de qualidade, pedagogia inclusiva e educação intercultural
A Escola como contexto de promoção da saúde mental
<i>Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória</i> e melhoria da qualidade do sucesso: Intencionalidade em sala de aula
<i>Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória</i> e melhoria da qualidade do sucesso: articulação
Práticas de referência para melhores aprendizagens
Cursos Profissionais no âmbito da AFC (Currículo, Educação Inclusiva, certificação, Gestão Curricular, Referenciais CNQ, FCT...)
Organização e Gestão Curricular: Referenciais curriculares dos ensinos básico e secundário – Matrizes curriculares e gestão da carga horária – Crédito horário
Implementação de Mentorias

Projetos integrados no currículo

Metodologias ativas promotoras do desenvolvimento das áreas de competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*

Os desafios das multiliteracias para o ensino-aprendizagem

A Literacia Crítica e as Áreas de Competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*

A Literacia Científica e as Áreas de Competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*

A Literacia da Saúde e Bem-estar e as Áreas de Competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*

Recentrar nos pressupostos da Autonomia e Flexibilidade Curricular

Os princípios da AFC e a Organização Curricular

Revisitação de normativos no âmbito da AFC e o Plano 21 | 23 Escola+

Identificação das medidas de flexibilidade adotadas no âmbito do PRA

Metodologias e Práticas “Laboratório de Campo”

Gentes sãs, Culturas sãs – Cidadania ativa

Bem-estar emocional de crianças e jovens na Escola

DAC – um projeto exploratório

Metodologias ativas em sala de aula – Rotação por estações

Referenciais curriculares: práticas diferenciadas

Os Cursos Profissionais no âmbito da AFC

Políticas educativas e práticas de referência para o desenvolvimento das AE e das Áreas de competências do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*

Contando com a perspetiva da escola, da academia e dos alunos, em alguns casos, as ER consideraram que as reuniões de rede e de microrrede realizadas durante o ano letivo 2022/2023, contribuíram para i) a promoção da reflexão sobre temas sensíveis para as escolas, favorecendo a alteração de práticas e a capacitação dos docentes; ii) a partilha de práticas e identificação de práticas de referência; iii) identificação de escolas com maiores dificuldades; iv) esclarecimento de dúvidas, nomeadamente no que respeita à Prova de Aptidão Profissional e à Formação em Contexto de Trabalho, no âmbito do ensino profissional; e v) o estabelecimento de redes colaborativas. Realizaram-se reuniões com novos diretores de agrupamentos, que proporcionaram a apropriação de conceitos e metodologias, no âmbito da AFC, bem como questões ligadas à gestão organizacional.

#### 2.4.4. Apoio a distância

A internet é, atualmente, o espaço mais importante no que toca à divulgação, quer pela capacidade de armazenamento e disponibilização de informação, quer pela facilidade de acesso que confere aos seus utilizadores. Nessa perspetiva, com recurso a diferentes canais, o apoio *online* tem-se afirmado como complemento do apoio de proximidade ao conferido às escolas pelas Equipas Regionais.



A utilização da ferramenta de comunicação correio eletrónico, enquanto canal de comunicação indispensável, tem permitido agilizar, de uma forma rápida, a comunicação com as escolas, por parte das ER, respondendo a dúvidas e questões, do domínio organizacional ou pedagógico.

As respostas produzidas pela ET, organizadas em *Frequently Asked Questions* - FAQ, integram o que se pretende ser um sistema de autoatendimento, proporcionando a autonomia do utilizador. Também as plataformas ZOOM e TEAMS têm contribuído para, ultrapassando as distâncias físicas, facilitar o acompanhamento às escolas.

## 2.5. Produção de Recursos

A produção de recursos educativos constitui um compromisso com os professores, no sentido de lhes disponibilizar materiais consentâneos com as diferentes áreas disciplinares e com o desenvolvimento de projetos de trabalho.

No ano letivo 2022/2023, foi editado e oferecido a todas as escolas o livro “4 anos de vivências AFC + Currículo + Equidade + Qualidade das Aprendizagens” e realizadas quatro Infografias PRA e dois *Webinars* MAIA.

### *Livro “4 anos de vivências AFC + Currículo + Equidade + Qualidade das Aprendizagens”*

Este recurso, que resulta de um processo de articulação entre os representantes dos CFAE e as Equipas Regionais, no âmbito das visitas de acompanhamento que fazem às escolas, elencando um conjunto de práticas de referência desenvolvidas em 86 AE/ENA, constitui-se como fonte de inspiração de ideias e caminhos passíveis de implementação nas escolas nacionais (cf. p. 35 do presente relatório) .

### *Infografias PRA*

No âmbito do Plano Escola+21|23, no DOMÍNIO + AUTONOMIA CURRICULAR, foram produzidas 4 infografias, relativas às ações específicas Aprender Integrando, Constituição de Equipas Educativas, Turmas Dinâmicas e Começar um Ciclo, contribuindo para a capacitação dos diretores e dos professores dos AE/ENA para o desenvolvimento de práticas promotoras da melhoria da qualidade pedagógica.

Pretendeu-se que este ciclo de apresentações constituísse um esteio para o trabalho de diretores e docentes na implementação de medidas, contribuindo para a recuperação e consolidação das aprendizagens e para o desenvolvimento das competências inscritas no PA, alicerçado na partilha de práticas.

Entre 19 de maio (data da sua publicação) e 19 de junho de 2023, estas apresentações registaram as seguintes visualizações:

- [Aprender Integrando](#) – 230
- [Constituição de Equipas Educativas](#) – 947
- [Turmas Dinâmicas](#) – 651
- [Começar um Ciclo](#) – 110

#### *Webinars MAIA*

##### *Avaliação Interna e Avaliação Externa – melhorar as aprendizagens em torno de um referencial comum*

A Equipa Central do Projeto MAIA dinamizou, em articulação com o Instituto de Avaliação Educativa, o [webinar](#) “Avaliação Interna e Avaliação Externa – melhorar as aprendizagens em torno de um referencial comum”. Moderado por Helena Ribeiro (Equipa Central do Projeto MAIA), contou com as intervenções de Paula Simões (Direção de Serviços de Avaliação Externa do IAVE) e de Eusébio André Machado (Coordenador Nacional do Projeto MAIA). O *webinar*, que decorreu a 1 de fevereiro de 2023, contou com 6250 visualizações, na sua transmissão.

##### *A classificação ao serviço da aprendizagem e do ensino*

Integrado nas atividades de formação previstas pelo Projeto MAIA para o ano letivo 2022/2023, decorreu, no dia 10 de julho, o sexto [webinar](#) do projeto, subordinado ao tema "Como dar às notas um uso construtivo? A classificação ao serviço da melhoria das aprendizagens", tendo obtido 3845 visualizações.

Foram oradores Raphaël Pasquini (Alta Escola Pedagógica do Cantão de Vaud - Suíça) e Fátima Braga (Equipa Central do Projeto MAIA), moderados pelo Coordenador Nacional do Projeto MAIA, Doutor Eusébio André Machado.

Este *webinar* teve como objetivo contribuir para uma visão mais pedagógica do papel das notas e das classificações na melhoria das aprendizagens dos alunos. Neste sentido, a partir dos contributos teóricos mais recentes, os intervenientes privilegiaram uma abordagem prática e exemplificativa, destacando as condições sob as quais os processos de classificação poderão ser mais rigorosos, mais coerentes e, sobretudo, mais úteis, no âmbito de uma avaliação sumativa ao serviço da melhoria das aprendizagens.

## 2.6. Capacitação externa

No âmbito do Projeto Educação Inclusiva, por solicitação da DGE, a Escola Superior de Educação de Santarém elaborou cinco módulos de capacitação, na forma de Manual/*e-book*.

A capacitação *online* (sessões síncronas e assíncronas), que decorreu entre outubro e dezembro, destinou-se a representantes dos CFAE (2 a 3 elementos por cada um) e a técnicos dos vários serviços do Ministério da Educação, abrangendo um total de 481 participantes, distribuídos por duas turmas.

A este conjunto de módulos de capacitação, seguiu-se a dinamização, pelos participantes, de cursos e oficinas de capacitação, acreditadas pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (cf. Quadro 11).

Quadro 11 – Temas dos cursos e oficinas de capacitação

<i>Tipologia da capacitação</i>	<i>Temática</i>	<i>Destinatários</i>
<i>Curso</i>	<i>As lideranças na promoção de ambientes educativos inclusivos</i>	Diretores, coordenadores de departamento, coordenadores das EMAEI, membros do CP
<i>Curso</i>	<i>Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula</i>	Educadores e professores dos ensinos básico e secundário de todos os GR/ Técnicos especializados
<i>Oficina</i>	<i>Criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e inovadores</i>	Educadores e professores dos ensinos básico e secundário de todos os GR/ Técnicos especializados

## 2.7. Divulgação

O Site Autonomia e Flexibilidade Curricular, enquanto ferramenta digital ao serviço das escolas, relativamente à gestão autónoma e flexível do currículo, é o espaço de comunicação e divulgação do processo de implementação e desenvolvimento da AFC. (cf. Figura 80).

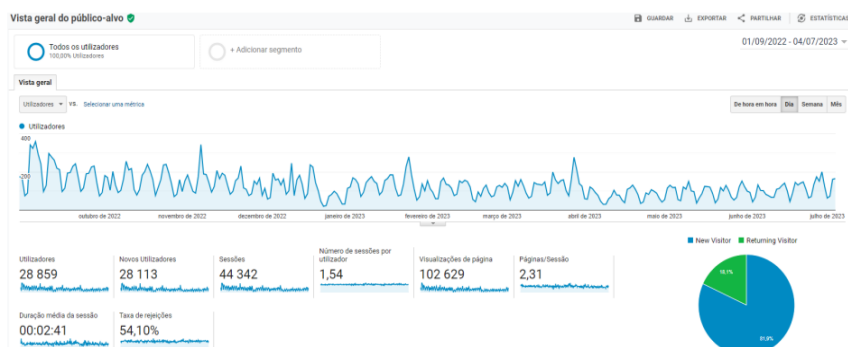
Esta é a porta de acesso a um conjunto diverso de conteúdos úteis e relevantes, onde são publicadas notícias de interesse e estão alojados documentos estruturantes, estudos, dinâmicas de trabalho e exemplos de práticas pedagógicas ou recursos desenvolvidos pelas escolas, constituindo um acervo quer para o apoio aos professores nas suas decisões curriculares e pedagógicas, quer para a reflexão e a partilha de práticas.

Figura 79 – Site AFC - início



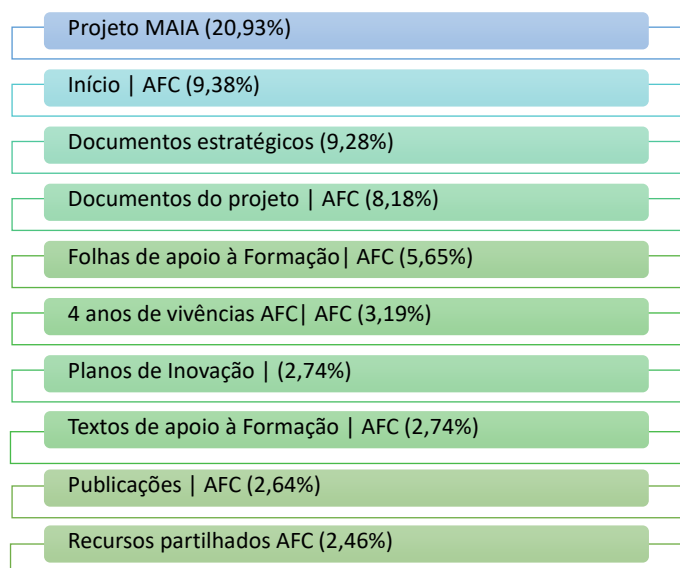
Entre 1 de setembro de 2022 e 31 de agosto de 2023, registaram-se 102 629 acessos ao *site* (cf. Figura 81).

Figura 80 – Acessos ao *site* AFC



A Figura 82 indica, por ordem decrescente, a percentagem de acessos às dez páginas mais visualizadas do *site*.

Figura 81 – Visualizações site AFC



## D. Balanço do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação

Neste que é o quinto ano letivo da implementação dos Decretos-Leis n.º 54 e n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, o presente relatório dá testemunho da relevância do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação junto das escolas, como disposto no Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro. Está patente igualmente um conjunto significativo de evidências, a partir do percurso realizado e de todo o trabalho desenvolvido que passa pela auscultação, divulgação, implementação, partilha e acompanhamento, fases essenciais na construção deste processo, bem como na apropriação e consolidação dos referidos Decretos-Leis. Construído com base num diálogo constante entre as estruturas de acompanhamento e as escolas, e através da realização de ações de proximidade, este modelo de acompanhamento e monitorização tem sido capaz de introduzir uma relação de apoio e confiança entre as diferentes instituições envolvidas. Esta relação construída entre a administração central e as escolas e entre as escolas entre si promove uma dinâmica de aprendizagem mútua, capacitadora e promotora de novos desenvolvimentos e da consolidação de práticas de referência.

As estruturas de acompanhamento desencadearam uma estratégia de apoio em cascata, através do desenvolvimento de ações e iniciativas. Este processo de construção conjunta e de aprendizagem, continua a produzir reflexos nas escolas, inspirando-as e incentivando-as a promover o sucesso, a inclusão e a qualidade das aprendizagens, através da adoção de soluções adequadas aos contextos e às necessidades dos seus alunos, tornando o currículo mais significativo, no seio de cada contexto escolar.

O acompanhamento e monitorização, principalmente através das Reuniões de Rede e das Reuniões de Acompanhamento, tem permitido que as Equipas constatem que as escolas atribuem grande relevância à partilha de práticas pedagógicas e organizacionais e aos momentos de reflexão sobre os modos de gestão articulada do currículo e sobre práticas de avaliação, nomeadamente no que respeita à avaliação formativa.

Deste modo, é necessário continuar a viabilizar condições propícias à reflexão com as escolas em torno de diferentes temáticas no âmbito da AFC, convocando as lideranças de topo e intermédias, e procurando que as abordagens e temáticas respondam às necessidades e expectativas das escolas.

A concretização de um exercício efetivo de autonomia curricular, através da identificação de opções curriculares eficazes, adequadas ao contexto e enquadradas nos projetos educativos, encontra-se, assim, numa fase mais avançada de concretização nas escolas onde já existiam práticas de trabalho colaborativo e de interdisciplinaridade, ainda que não generalizadas. Do mesmo modo, as equipas têm constatado uma correlação entre o dinamismo das lideranças, em particular da direção, e o grau de apropriação dos normativos. Afigura-se pertinente inferir a influência que o dinamismo das lideranças, em particular da direção, pode trazer à implementação de práticas curriculares e pedagógicas inovadoras centradas no aluno e à mobilização dos professores, enquanto principais agentes do desenvolvimento do currículo, com um papel fundamental na sua avaliação, na reflexão sobre as opções a tomar, na sua exequibilidade e adequação aos contextos de cada comunidade escolar. Parece poder afirmar-se que lideranças promotoras de partilha conduzem a boas práticas e facilitam o trabalho colaborativo.

Neste processo de acompanhamento, monitorização e avaliação é, ainda, de destacar a colaboração dos representantes dos Centros de Formação de Associação de Escolas com as Equipas Regionais, que se constituem como uma mais-valia, abrangendo, assim, um maior número de docentes de cada escola e viabilizando um acompanhamento de maior proximidade junto das escolas.

Em resultado do seu acompanhamento, as ER referiram que, apesar de alguma desigualdade no que respeita à disponibilidade por parte de alguns elementos, quer dos CFAE, quer dos serviços, em geral, regista-se a dedicação ao compromisso, à ação e ao trabalho da equipa, que tem contribuído para uma melhor capacidade de resposta e proximidade, na resolução de constrangimentos e desafios. No entanto, mais uma vez, foi sublinhado que seria importante que os diferentes organismos proporcionassem tempos específicos para as atividades relacionadas com o acompanhamento AFC.

No entanto, apesar dos constrangimentos apontados, as equipas, em geral, propõem-se dar continuidade e aprofundar as dinâmicas de trabalho colaborativo no seio da ER alargada, bem como, a

reflexão conjunta sobre os eixos temáticos da inclusão, planeamento e gestão curricular, avaliação pedagógica e monitorização; privilegiar o acompanhamento de proximidade aos AE/ENA, seja nas modalidades de reuniões de microrrede/proximidade e de acompanhamento/monitorização de PI, seja outras formas que se mostrem mais ajustadas às necessidades sentidas.

Como referido no ponto C. do presente relatório (cf. p. 13), com o objetivo de garantir a regulação do trabalho a realizar, bem como o cumprimento das ações planeadas, a CN definiu o Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação cujos resultados, que revelam a superação dos indicadores estabelecidos na maioria das ações, se apresentam no Quadro 12.

Quadro 12 – Resultados obtidos nas ações planeadas

<i>Ações</i>	<i>Descrição</i>	<i>Indicadores (Metas)</i>	<i>Resultados</i>
<i>Organização e Gestão (Ação Interna)</i>	Reuniões dos elementos da Coordenação Nacional	N.º de reuniões (Em média 1 por mês)	16
	Reuniões CN/ET/ER	Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	81%
	Reuniões CN/ET/ER/R/CFAE	Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	Não foi aplicado questionário de satisfação
	Reuniões entre a coordenadora da ET e as coordenadoras das ER	N.º de reuniões (Em média 1 por mês)	12
	Reuniões entre os elementos das ER	N.º de reuniões (Em média 5 por trimestre)	150
	Reuniões promovidas pelo coordenador da ER entre os elementos da ER e os R/CFAE	N.º de reuniões (Em média 3 por trimestre)	84
<i>Capacitação (Ação Interna)</i>	Dinamização de momentos de capacitação dirigidos aos elementos das ER: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto MAIA</li> <li>• Projeto de Educação Inclusiva: um caminho, um compromisso</li> <li>• Seminário Inovar em Educação</li> </ul>	N.º de Ações (Pelo menos 2 ações)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	3  Projeto MAIA 88,75% Educação Inclusiva 94% Inovar em Educação 95,25%

<i>Monitorização (Ação Interna)</i>	Elaboração dos relatórios, de acordo com o previsto na legislação.	N.º de Relatórios (1 relatório global elaborado pela ET e 1 relatório global elaborado por cada ER)	1
<i>Encontro Nacional (Ação Externa)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Encontro Inovar com Intenção</li> </ul>	Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	89,75%
<i>Encontros Regionais/ Seminários Temáticos (Ação Externa)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seminários temáticos: Da visão às práticas – TOUR (Projeto de Educação Inclusiva: um caminho, um compromisso) <ul style="list-style-type: none"> <li>Cidadania e Desenvolvimento</li> </ul> </li> </ul>	Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)	1.º tour 86,25%  2.º Tour 90,25%  CD 90,25% e 90,75%
	Reuniões de proximidade com as escolas de acordo com as necessidades diagnosticadas (iniciativa de cada equipa regional ou por indicação do (R/CFAE) ou por convite das escolas)	N.º de reuniões (Superior a 80% das solicitações)	100%
	Reuniões/visitas às escolas no quadro dos PI aprovados e em fase de conceção	N.º de reuniões igual a 100%	100%
	Esclarecimento de dúvidas e produção e atualização de FAQ	(Em média 10 dias úteis)	< 8
<i>Apoio às Escolas: Implementação de Medidas de Proximidade (Ação Externa)</i>	<p>Reuniões de Rede organizadas e dinamizadas pelas Equipas Regionais, e realizadas, cada uma, com um número reduzido de Agrupamentos/ Escolas não agrupadas. As escolas serão agrupadas de acordo com critérios diversos (a região a que pertencem, a oferta formativa (EB, CCH, CP, CEF, CAE), o nível de ensino, as temáticas a abordar ou outro).</p> <p>Temáticas a definir pelas ER de acordo com as necessidades diagnosticadas, nomeadamente com as escolas “Fora do radar”, com novos diretores, entre outros.</p> <p>As reuniões de rede devem propiciar a reflexão e a partilha de práticas que promovam a</p>	<p>N.º de reuniões (Pelo menos 25)</p> <p>Taxa de presenças das Escolas (Superior a 75%)</p> <p>Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)</p> <p>Envolvimento dos R/CFAE (Pelo menos 50% das reuniões de rede contam com o envolvimento direto dos R/CFAE; O trabalho desenvolvido nas reuniões de</p>	<p>82</p> <p>Taxa presenças 95,13%</p> <p>Nível satisfação Não é possível apurar, uma vez que em algumas RR não foram aplicados questionários</p> <p>Envolvimento &gt; 90 %</p>



	construção de um currículo cada vez mais articulado e integrador e de processos de monitorização das opções organizacionais, curriculares e pedagógicas tomadas pelas escolas	rede tem continuidade em 25% dos CFAE)	
	Participação em encontros promovidos pelos CFAE ou pelas escolas, por solicitação.	Taxa de respostas às solicitações (Superior a 80%)	
<i>Produção de Recursos de orientação e de suporte à AFC (Ação Externa)</i>	Produção de recursos de apoio ao desenvolvimento da AFC: vídeos, infografias, brochuras, <i>webinars</i> , entre outros.	N.º de recursos produzidos (Superior a 5)	1 (livro) 2 ( <i>webinars</i> MAIA) 4 infografias
<i>Divulgação</i>	Partilha online no site AFC de práticas de escolas e de recursos ou documentos produzidos no âmbito do desenvolvimento da AFC.	N.º Total de visualizações (Superior a 90.000)  N.º de recursos disponibilizados (Pelo menos 10)	Visualizações 102 629  Recursos 5 <i>ebooks</i> Ed. Inc
<i>Monitorização (Ação Externa)</i>	Estudo de Monitorização e Avaliação da Implementação do DL 55	N.º de Estudos (1)	Adiado para 23/24

## E. Conclusões e recomendações

O presente relatório pretende refletir a diversidade e a relevância das atividades desenvolvidas no ano letivo 2022/2023, através de mecanismos de apoio às escolas no âmbito do acompanhamento e monitorização do desenvolvimento da AFC.

Ao longo do presente relatório constata-se que a concretização das atividades delineadas no Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação foram ao encontro das necessidades e objetivos definidos, bem como das metas propostas, traduzidas num conjunto significativo de evidências, a partir do percurso realizado e de todo o trabalho desenvolvido, desde a auscultação, a divulgação, a implementação, a partilha e o acompanhamento, que se têm revelado essenciais na construção deste processo, bem como na apropriação e consolidação dos Decretos-Leis n.ºs 54 e 55, ambos de 6 de julho de 2018.

Destaca-se o elevado nível de participação das escolas nas iniciativas desenvolvidas ao longo do período em referência, mais de 80% das escolas participaram em pelo menos duas iniciativas, superando-se, assim, a meta de resultado definida (cf. Quadro 1 do Anexo I). Por outro lado, mais de 95 % das escolas públicas participaram nas dinâmicas levadas a cabo no processo de acompanhamento e monitorização do desenvolvimento da AFC. Do exposto, pode concluir-se que as ações que mais contribuíram para a concretização desta meta foram:

- as Reuniões de Rede, que se revelaram uma ação facilitadora da criação de dinâmicas entre as escolas, visto que, na sua maioria, nela participaram mais de 95% das escolas da respetiva região;
- o Encontro Nacional, que proporcionou momentos de reflexão sobre a Inovação em Educação, oferecendo o acesso a conhecimento relevante, indo ao encontro dos interesses de cada escola, e que constituiu um desafio a desenvolver nas comunidades educativas, tendo acolhido níveis de satisfação superiores a 90%;
- o *site* AFC que se sendo um importante veículo de comunicação com as escolas, consiste num útil portfólio, onde são, por exemplo, disponibilizados estudos, recursos ou práticas de referência.

É de sublinhar, ainda, que as diferentes ações permitiram a participação significativa de agentes educativos, nomeadamente as Reuniões de Rede, o Encontro Nacional e os Seminários Temáticos,

conforme referido aquando da descrição destas ações. Por outro lado, destacam-se as reuniões de proximidade, que se revelaram de extrema relevância na realização de um trabalho de maior acompanhamento, tendo sido visitadas escolas que correspondem a cerca de um terço do universo de escolas abrangido.

Na sequência da identificação das áreas de melhoria (cf. p. 79), considera-se fundamental que as Equipas Regionais, no âmbito do processo de acompanhamento às escolas, promovam a criação de um modelo colaborativo e cooperativo entre escolas, visando estimular a inovação por meio da interação, a partilha de experiências e a aprendizagem conjunta, em torno de áreas como as Lideranças, o Modelo e Estrutura Escolar, a Gestão do Currículo (Inclusão, Desenvolvimento Curricular, Metodologias, Domínios de Autonomia Curricular (e outras formas de articulação), a Cultura Organizacional e Profissional e a Autoavaliação e Monitorização. Pretende-se, assim, que, no próximo ano letivo, sejam criadas microrredes que proporcionem às escolas i) um ambiente propício à reflexão entre pares, no sentido de gerar pensamento crítico e produtivo sobre os domínios/subdomínios selecionados; ii) promovam a ativa partilha de práticas entre as escolas de cada microrrede, com o objetivo de incentivar experiências e conhecimentos, criando um cenário colaborativo, que visa enriquecer as práticas educacionais; iii) contribuam para o incremento de processos de melhoria nas escolas, com vista à implementação de estratégias e iniciativas que impulsionem a melhoria contínua; iv) criem um acervo de documentação e material relativo às áreas em causa; v) analisem a eficácia das abordagens colaborativas entre escolas de forma a apoiar a integração de práticas inovadoras nos processos organizativos e pedagógicos da escola; e vi) elaborem recomendações e orientações baseadas em evidências para uma melhor colaboração entre escolas.

Pensar em educação pressupõe pensar a formação e a prática pedagógica com qualidade. Nesta perspetiva, as ações de capacitação promovidas ao longo do ano letivo 2022/2023, que contaram com uma expressiva participação dos diferentes intervenientes na implementação da AFC (elementos das Equipas, Líderes Pedagógicos e outros agentes educativos), cumpriram os objetivos propostos, visando a melhoria da qualidade das aprendizagens e dos resultados escolares dos alunos.

## Referências Bibliográficas

Decreto-Lei n.º 54/2018, do Ministério da Educação (2018). Diário da República, I série, n.º 129. [https://afc.dge.mec.pt/docs/Legisla%3%a7%3%a3o/dl\\_55\\_2018\\_curriculo\\_ensino\\_basico\\_secundario.pdf](https://afc.dge.mec.pt/docs/Legisla%3%a7%3%a3o/dl_55_2018_curriculo_ensino_basico_secundario.pdf)

Decreto-Lei n.º 55/2018, do Ministério da Educação (2018). Diário da República, I série – n.º 129. <https://files.dre.pt/1s/2018/07/12900/0291802928.pdf>

Despacho n.º 9726, do Ministério da Educação (2018). Diário da República, II série — n.º 200. [https://afc.dge.mec.pt/docs/Legisla%3%a7%3%a3o/despacho\\_9726\\_2018\\_17\\_outubro.pdf](https://afc.dge.mec.pt/docs/Legisla%3%a7%3%a3o/despacho_9726_2018_17_outubro.pdf)

Despacho n.º 2044, do Ministério da Educação (2022). Diário da República, II série – Parte C – n.º 33. <https://files.diariodarepublica.pt/2s/2022/02/033000000/0005300054.pdf> DeStefano L., Vroey A., Presmanes M., Mangiaracina A., Uysal G. & Soriano V. (2023). Sistema de monitorização da implementação do regime jurídico da Educação Inclusiva em Portugal. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInclusiva/sistema\\_de\\_monitorizacao\\_para\\_a\\_educacao\\_inclusiva\\_em\\_portugal.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInclusiva/sistema_de_monitorizacao_para_a_educacao_inclusiva_em_portugal.pdf)

DGE. (2018). Autonomia e Flexibilidade Curricular. <https://afc.dge.mec.pt/pt>

Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania. (2017). Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. ENEC.

[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos\\_Curriculares/Aprendizagens\\_Essenciais/estrategia\\_cidadania\\_original.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf)

Martins, G. O., Gomes, C., Brocardo, J., Pedroso, J., Carrillo, J., Silva, U., Encarnação, M.M., Horta, M.J., Calçada, M.T., Nery, R., Rodrigues, S. (2017). ME/DGE (Ed). Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

[https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf)

ME, DGE (2022) 4 anos de Vivências AFC: + Currículo | + Equidade | + Qualidade das Aprendizagens <https://afc.dge.mec.pt/4-anos-de-vivencias-afc>

OECD (2022), Review of Inclusive Education in Portugal, Reviews of National Policies for Education, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/a9c95902-en>

Perrenoud, Ph. (1993). Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Dom Quixote (ED).

Portaria n.º 181, do Ministério da Educação (2019). Diário da República, I série – n.º 111. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/181-2019-122541299>

Portaria n.º 194, do Ministério da Educação (2021). Diário da República, I série – n.º 182. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/194-2021-171516470>

Portaria n.º 223-A/2018, do Ministério da Educação (2018). Diário da República, I série — n.º 149. <https://files.dre.pt/1s/2018/08/14901/0000200023.pdf>

Portaria n.º 226-A/2018, do Ministério da Educação (2018). Diário da República, I série - n.º 151. <https://files.dre.pt/1s/2018/08/15101/0000200018.pdf>

Portaria n.º 229-A/2018, do Ministério da Educação (2018). Diário da República, I série - n.º 156. [https://afc.dge.mec.pt/docs/Legisla%C3%A7%C3%A3o/portaria\\_229-A\\_2018\\_14\\_agosto.pdf](https://afc.dge.mec.pt/docs/Legisla%C3%A7%C3%A3o/portaria_229-A_2018_14_agosto.pdf)

Portaria n.º 306, do Ministério da Educação (2021). Diário da República, I série - n.º 243. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/306-2021-176075692>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 90, da Presidência do Conselho de Ministros (2021). Diário da República, I série – n.º 130. <https://files.dre.pt/1s/2021/07/13000/0004500068.pdf>

União Europeia (2020). O Plano de Ação para a Educação Digital (2021-2027). <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/digital-education/action-plan>

## F. Anexos

### Anexo I

## Plano de acompanhamento, monitorização e avaliação – AFC 2022/2023

Desde 2018, a equipa de coordenação nacional e as Equipas Regionais, congregando competências adstritas aos diversos serviços e organismos do Ministério da Educação, têm apoiado as escolas no desenvolvimento e implementação de novas práticas organizativas e pedagógicas que decorrem da aplicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho e do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, cumprindo o disposto no Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro. Decorrente da necessidade da recuperação e consolidação de aprendizagens, mas também da mitigação das desigualdades, desde 2021 que as Equipas Regionais têm também apoiado as escolas no desenvolvimento e implementação do Plano 21 | 23 Escola+, o qual visa o desenvolvimento de medidas promotoras de sucesso, de inclusão, de cidadania e de aprendizagens significativas alicerçadas na confiança nas escolas e nos seus agentes.

As ações que concretizam o acompanhamento, monitorização e avaliação estão consolidadas num modelo de proximidade às escolas e aos professores, procurando apoiar os processos de mudança através de dinâmicas de partilha, colaboração e da disseminação de práticas.

Neste âmbito, o processo de acompanhamento e de monitorização visa promover:

- a implementação e desenvolvimento da autonomia e flexibilidade curricular em cada escola, respeitando a sua identidade e opções, de forma a promover aprendizagens relevantes e significativas para todos;
- a operacionalização dos princípios, visão, valores e áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- a construção de uma identidade de escola inclusiva;
- a consolidação de um saber interdisciplinar, de articulação curricular e o trabalho colaborativo;
- o sucesso de todos os alunos;
- a melhoria da qualidade do sucesso e da aprendizagem;
- a promoção da educação para a cidadania, ao longo de toda a escolaridade obrigatória, capacitando os alunos para o exercício de uma cidadania plena.

Para tal, e de acordo com a alínea a) do ponto 5 do Despacho supramencionado, compete à equipa de coordenação nacional delinear o processo de acompanhamento, monitorização e avaliação, prevendo para cada um dos diplomas legais, designadamente, a identificação das etapas desse processo, bem como os indicadores de qualidade e de impacto.

Neste sentido, apresenta-se abaixo, no Quadro 1, uma síntese das ações a desenvolver ao longo do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação dos referidos Decretos-Leis, no ano letivo de 2022/2023, que poderão decorrer em modelo presencial ou online de acordo com a sua pertinência.

Quadro 13 – Plano de atividades AFC - proposta

**Proposta de Plano de atividades AFC**

**2022/2023**

<b>Ações</b>	<b>Descrição</b>	<b>Intervenientes</b>	<b>Calendarização</b>	<b>Indicadores (Metas)</b>
<b>Organização e Gestão</b> (Ação Interna)	Reuniões dos elementos da Coordenação Nacional	CN	Mensalmente ou sempre que necessário	N.º de reuniões (Em média 1 por mês)
	Reuniões CN/ET/ER	CN   ET   ER	12 setembro 2022 março/abril 2023	Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)
	Reuniões CN/ET/ER/CFAE	CN   ET   ER   CFAE	10 outubro 2022 maio/2023	Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)
	Reuniões entre a coordenadora da ET e as coordenadoras das ER	Coordenadoras ET Coordenadoras ER	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Em média 1 por mês)
	Reuniões entre os elementos das ER	ER	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Em média 5 por trimestre)
	Reuniões promovidas pelo coordenador da ER entre os elementos da ER e os CFAE	ER   CFAE	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Em média 3 por trimestre)
<b>Capacitação</b> (Ação Interna)	Dinamização de momentos de capacitação dirigidos aos elementos das ER: <ul style="list-style-type: none"><li>Projeto MAIA</li></ul>	CN   ET   ER	Ao longo do ano letivo	N.º de Ações (Pelo menos 2 ações)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)



Ações	Descrição	Intervenientes	Calendarização	Indicadores (Metas)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto de Educação Inclusiva: um caminho, um compromisso</li> </ul>			
<b>Monitorização</b> (Ação Interna)	Elaboração dos relatórios, de acordo com o previsto na legislação.	CN; ET; ER		N.º de Relatórios (1 relatório global elaborado pela ET e 1 relatório global elaborado por cada ER)
<b>Encontro Nacional</b> (Ação Externa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Encontro Inovar com Intenção</li> <li>Encontro Nacional do Projeto MAIA</li> </ul>	ME   CN   ET   ER   CFAE; Representantes dos AE/ENA	15 fevereiro 2023  6 e 7 de julho de 2023	Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)
<b>Encontros Regionais/ Seminários Temáticos</b> (Ação Externa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seminários temáticos: Da visão às práticas – TOUR (Projeto de Educação Inclusiva: um caminho, um compromisso)</li> <li>Cidadania e Desenvolvimento</li> <li>Projeto COOPERA</li> </ul>	Diretores e outros representantes das Escolas	Ao longo do ano letivo - TOUR: Out/nov/dez 2022 e maio/2023 - CD (nov/dez) - COOPERA (abril e julho de 2023)	Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)
<b>Apoio às Escolas: Implementação de Medidas de Proximidade</b> (Ação Externa)	Reuniões de proximidade com as escolas de acordo com as necessidades diagnosticadas (iniciativa de cada equipa regional ou por indicação do (CFAE) ou por convite das escolas)	ER com representante CFAE (em função de cada caso) Direção dos AE/ENA e outros elementos.	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões (Superior a 80% das solicitações)
	Reuniões/visitas às escolas no quadro dos PI aprovados e em fase de conceção	ER/CFAE; Direção; Lideranças intermédias; Alunos	Ao longo do ano letivo	N.º de reuniões igual a 100%
	Esclarecimento de dúvidas e produção e atualização de FAQ	AE/ENA   ER   ET   CN	Ao longo do ano letivo	(Em média 10 dias úteis)

Ações	Descrição	Intervenientes	Calendarização	Indicadores (Metas)
	<p>Reuniões de Rede organizadas e dinamizadas pelas Equipas Regionais, e realizadas, cada uma, com um número reduzido de Agrupamentos/ Escolas não agrupadas. As escolas serão agrupadas de acordo com critérios diversos (a região a que pertencem, a oferta formativa (EB, CCH, CP, CEF, CAE), o nível de ensino, as temáticas a abordar ou outro).</p> <p>Temáticas a definir pelas ER de acordo com as necessidades diagnosticadas, nomeadamente com as escolas “Fora do radar”, com novos diretores, entre outros.</p> <p>As reuniões de rede devem propiciar a reflexão e a partilha de práticas que promovam a construção de um currículo cada vez mais articulado e integrador e de processos de monitorização das opções organizacionais, curriculares e pedagógicas tomadas pelas escolas</p>	ER   CFAE   AE/ENA	1.º e 2.º períodos	<p>N.º de reuniões (Pelo menos 25)</p> <p>Taxa de presenças das Escolas (Superior a 75%)</p> <p>Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)</p> <p>Partilha de práticas (Igual ou superior a 75% do tempo destinado às reuniões de rede)</p> <p>Envolvimento dos R/CFAE (Pelo menos 50% das reuniões de rede contam com o envolvimento direto dos R/CFAE; O trabalho desenvolvido nas reuniões de rede tem continuidade em 25% dos CFAE)</p>
	Participação em encontros promovidos pelos CFAE ou pelas escolas, por solicitação.	ER	Ao longo do ano letivo	Taxa de respostas às solicitações (Superior a 80%)
<b>Produção de Recursos de orientação e de suporte à AFC</b>	Produção de recursos de apoio ao desenvolvimento da AFC: vídeos, infografias, brochuras, webinars, entre outros.	ET   ER   CFAE; AE/ENA	Ao longo do ano letivo:	N.º de recursos produzidos (Superior a 5)

<b>Ações</b>	<b>Descrição</b>	<b>Intervenientes</b>	<b>Calendarização</b>	<b>Indicadores (Metas)</b>
(Ação Externa)	Produção de infografias	ET	Ao longo do ano letivo	N.º de infografias (Pelo menos 4)
	Produção de uma ferramenta que permita às escolas posicionarem-se quanto à adoção de soluções inovadoras adequadas aos contextos e às necessidades específicas dos seus alunos, nomeadamente contrariando os principais preditores de insucesso.	Entidade Externa	Novembro 2023	N.º de recursos produzidos (1)
<b>Capacitação</b> (Ação Externa)	Dinamização de iniciativas que visem a promoção da capacitação dos agentes educativos em temáticas diversas: <ul style="list-style-type: none"> <li>Supervisão pedagógica</li> <li>Medidas organizacionais visando a simplificação de processos</li> </ul>	ET   ER   CFAE AE/ENA Entidades externas	Ao longo do ano letivo	N.º de iniciativas (Pelo menos 3)  Nível de satisfação dos participantes (Superior 75% nos 2 níveis mais elevados numa escala de 1 a 4)
<b>Divulgação</b>	Partilha online no site AFC de práticas de escolas e de recursos ou documentos produzidos no âmbito do desenvolvimento da AFC.	CN   ET   ER	Ao longo do ano letivo	N.º Total de visualizações (Superior a 90.000)  N.º de recursos disponibilizados (Pelo menos 10)
<b>Monitorização</b> (Ação Externa)	Estudo de Monitorização e Avaliação da Implementação do DL 55	Entidade Externa	Novembro 2023	N.º de Estudos (1)

## Anexo II

### EAMDC 2022-2023 - Acompanhamento AFC

### Questionário de acompanhamento e monitorização

#### Parte 1 - Caracterização dos intervenientes

Ano letivo

1) Data

2) Registo efetuado por

- Equipa Técnica AFC
- Equipa Regional Norte
- Equipa Regional Centro
- Equipa Regional LVT
- Equipa Regional Alentejo
- Equipa Regional Algarve

3) Email do membro da equipa que efetua o registo\*

4) Modalidade

- Presencial
- À distância

5) Iniciativa promovida por

- Coordenação Nacional
- Solicitação de reunião pela ER
- Convite pela Escola
- Convite pelo CFAE
- Outro. Qual?: \_\_\_\_\_

6) Tipo de evento

Selecione o tipo de evento em que participou (escolha única)

- Visita de proximidade
- Reunião de Rede
- Encontro Nacional
- Encontro Regional
- Jornadas Pedagógicas
- Outro - Qual?: \_\_\_\_\_

- 7) Agrupamento(s) de Escolas / Escola(s) Não Agrupada(s) participantes - DSR Alentejo
- 8) Agrupamento(s) de Escolas / Escola(s) Não Agrupada(s) participantes - DSR Algarve
- 9) Agrupamento(s) de Escolas / Escola(s) Não Agrupada(s) participantes - DSR Centro
- 10) Agrupamento(s) de Escolas / Escola(s) Não Agrupada(s) participantes - DSR LVT
- 11) Agrupamento(s) de Escolas / Escola(s) Não Agrupada(s) participantes - DSR Norte
- 12) Número total de participantes da Equipa Regional + Elementos CFAE
- 13) Número total de participantes dos vários Agrupamentos de Escolas/Escolas Não agrupadas
- 14) De que tipo foi a visita de proximidade?

- VAPI - Visita de Acompanhamento no âmbito dos PI sem PCA
- VAPI - Visita de Acompanhamento no âmbito dos PI com PCA
- VAPI - Visita de Acompanhamento no âmbito dos PI só com PCA (**apenas 24 AE/AEN**)
- VA - Visita de acompanhamento AFC

- 16) Elementos presentes na reunião por parte das equipas

ET

LVT

Alentejo

Algarve

Norte

Centro

Representante de CFAE: \_\_\_\_\_

Outros participantes

Outros - Quais?: \_\_\_\_\_

- 17) Presentes por parte da UO

- Diretor/a
- Subdiretor/a
- Adjunto/a da Direção
- Presidente do Conselho Geral
- Coordenador/a de Departamento
- Coordenador/a CD
- Professor/a/es
- Alunos
- Técnico/a/s
- Coordenador/a de Estabelecimento
- Coordenador/a de DT ou Ciclo
- Coordenador/a dos CEF

- Coordenador/a CP
- Tutor/a da FCT (Formação em Contexto de Trabalho)
- Coordenador/a da EMAEI
- Coordenador/a da ENEC
- Elemento da equipa de avaliação interna
- Coordenador/a da Biblioteca Escolar/CRE
- Encarregado/s de Educação
- Outros. Quais?: \_\_\_\_\_

## Parte 2 - Caracterização de práticas

Nas questões que se seguem e nas quais estão elencados descritores para cada indicador, numa escala de 3 níveis, assinale o descritor que melhor caracteriza a prática.

### Práticas organizacionais

#### 18) Trabalho colaborativo entre docentes

- Nível 1 (Prática elementar) – Os professores realizam reuniões pontualmente para articular o trabalho a realizar e discutir o ponto de situação da evolução dos alunos, relativamente às aprendizagens realizadas e a realizar.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Os professores realizam reuniões periodicamente para articular o trabalho a realizar e discutir o ponto de situação da evolução dos alunos, relativamente às aprendizagens realizadas e a realizar.
- Nível 5 (Prática de referência) – Os professores realizam reuniões periodicamente para articular o trabalho realizado e a realizar, assumindo uma gestão integrada e articulada do currículo, atuando preventivamente e antecipando o insucesso.

#### 19) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

#### 20) Organização de turmas e horários flexíveis

- Nível 1 (Prática Elementar) – A Escola organizou os horários das turmas e dos professores de modo a possibilitar uma gestão flexível de momentos de trabalho conjunto entre diferentes grupos de alunos/ turmas, disponibilizando coadjuvações para potenciar a reorganização de diferentes grupos de trabalho.
- Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - A Escola organizou os horários das turmas e dos professores de modo a possibilitar uma gestão flexível de momentos de trabalho conjunto entre diferentes grupos de alunos/ turmas, disponibilizando coadjuvações para potenciar a reorganização de diferentes grupos de trabalho e constituindo momentos do horário partilhados entre grupos de alunos/ turmas.
- Nível 5 (Prática de referência) – A Escola organizou os horários das turmas e dos professores de modo a possibilitar uma gestão flexível de momentos de trabalho conjunto entre diferentes grupos de alunos/ turmas, disponibilizando coadjuvações para potenciar a reorganização de diferentes grupos de trabalho e constituindo momentos do horário partilhados entre grupos de alunos/ turmas ou criando bolsas de horas para gestão autónoma das equipas educativas.

#### 21) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

#### 22) Comunicação na organização e fluxos de informação

( ) Nível 1 (Prática elementar) – A Escola tem canais diversificados de comunicação entre as diferentes estruturas pedagógicas internas e outros intervenientes externos, mantendo os diferentes intervenientes da comunidade informados sobre as opções da Escola.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - A Escola tem canais diversificados de comunicação entre as diferentes estruturas pedagógicas e desenvolve dinâmicas de comunicação sistematizadas, mantendo os diferentes intervenientes da comunidade informados da evolução dos processos desenvolvidos e da respetiva tomada de decisão sobre as opções da Escola.

( ) Nível 5 (Prática de referência) – A Escola tem canais diversificados de comunicação entre as diferentes estruturas pedagógicas e desenvolve dinâmicas de comunicação sistematizadas, mantendo os diferentes intervenientes da comunidade informados da evolução dos processos desenvolvidos e da respetiva tomada de decisão sobre as opções da Escola, promovendo fluxos multidirecionais de comunicação, constituindo uma cultura de colaboração.

23) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

24) Articulação da EMAEI com as diferentes estruturas pedagógicas

( ) Nível 1 (Prática elementar) – A EMAEI propõe a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, definindo a intervenção, no que respeita aos recursos e aos modos de trabalho. Dinamiza, monitoriza e acompanha a aplicação das medidas mobilizadas.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – A EMAEI propõe a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, definindo a intervenção, no que respeita aos recursos e aos modos de trabalho. Dinamiza, monitoriza e acompanha a aplicação das medidas mobilizadas e presta aconselhamento e apoio aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

( ) Nível 5 (Prática de referência) – A EMAEI propõe a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, definindo a intervenção, no que respeita aos recursos e aos modos de trabalho. Dinamiza, monitoriza e acompanha a aplicação das respetivas medidas, presta aconselhamento e apoio aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas e organiza ações de sensibilização na comunidade educativa para a educação inclusiva.

25) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

26) Existem alunos com apoio tutorial específico?

( ) Sim

( ) Não

27) Quantos alunos têm apoio tutorial específico?

28) Apoio Tutorial Específico

( ) Nível 1 (Prática elementar) – O apoio tutorial específico é desenvolvido pelo professor tutor em articulação com o respetivo conselho de turma, sendo delineado um plano de trabalho e acompanhamento personalizado.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - O apoio tutorial específico é desenvolvido pelo professor tutor em articulação com o respetivo conselho de turma, sendo delineado um plano de trabalho e acompanhamento personalizado que é analisado periodicamente em função das necessidades dos alunos.

( ) Nível 5 (Prática de referência) - O apoio tutorial específico é desenvolvido pelo professor tutor em articulação com o respetivo conselho de turma, sendo delineado um plano de trabalho e acompanhamento personalizado que é analisado periodicamente em função das necessidades dos

alunos, verificando-se um feedback constante do tutorando ao tutor, permitindo a este compreender a adequação das estratégias implementadas.

29) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

30) Existem alunos com mentoria?

Sim

Não

31) Quantos alunos têm mentoria?

32) Mentorias

Nível 1 (Prática Elementar) - Os alunos estão envolvidos em processos de mentoria com foco nas aprendizagens a desenvolver, existindo uma estratégia para potenciar competências do mentorado.

Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Os alunos estão envolvidos em processos de mentoria com foco nas aprendizagens e/ou no desenvolvimento da sua inclusão, existindo uma estratégia para potenciar competências do mentorado.

Nível 5 (Prática de referência) - Os alunos estão envolvidos em processos de mentoria com foco nas aprendizagens e/ou no desenvolvimento da sua inclusão, existindo uma estratégia para potenciar competências quer do mentorado, quer do mentor.

33) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

#### Práticas curriculares

34) Opções pedagógicas e curriculares

Nível 1 (Prática Elementar) – Existência de uma /duas das opções pedagógicas e curriculares mencionadas para o nível 5.

Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Existência de três das cinco das opções pedagógicas e curriculares identificadas no nível 5.

Nível 5 (Prática de referência) – A Escola procura diversificar as opções pedagógicas e curriculares operacionalizando/ promovendo/ concretizando: (i) o recurso a domínios de autonomia curricular, promovendo tempos de trabalho interdisciplinar, com possibilidade de partilha de horário entre diferentes disciplinas; (ii) a alternância, ao longo do ano letivo, de períodos de funcionamento disciplinar com períodos de funcionamento multidisciplinar, em trabalho colaborativo; (iii) o desenvolvimento de trabalho prático ou experimental com recurso a desdobramento de turmas ou outra organização; (iv) a integração de projetos desenvolvidos na escola em blocos que se inscrevem no horário semanal, de forma rotativa ou outra adequada e (v) a organização do funcionamento das disciplinas de um modo trimestral ou semestral, ou outra organização.

35) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

36) Conceção, realização e avaliação de Domínios de Autonomia Curricular

Nível 1 (Prática elementar) – Os DAC são concebidos, realizados e avaliados pela equipa de docentes envolvidos. Partem da interseção de aprendizagens essenciais e recorrem a uma metodologia de ensino-aprendizagem específica centrada no aluno, estabelecendo uma sequência de aprendizagens interdisciplinares, constituindo-se como prática pontual na Escola.

Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Os DAC são concebidos, realizados e avaliados pela equipa de docentes envolvidos. Partem da interseção de aprendizagens essenciais e recorrem a uma metodologia de ensino-aprendizagem específica centrada no aluno, estabelecendo uma sequência de aprendizagens interdisciplinares, constituindo-se como prática regular na Escola.



( ) Nível 5 (Prática de referência) - Os DAC são concebidos, realizados e avaliados pela equipa de docentes envolvidos. Partem da interseção de aprendizagens essenciais e recorrem a uma metodologia de ensino-aprendizagem específica centrada no aluno, estabelecendo uma sequência de aprendizagens interdisciplinares, constituindo-se como prática regular e consolidada na Escola.

37) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

38) Novas disciplinas e as práticas pedagógicas e curriculares (no âmbito do PI ou da Oferta Complementar)

( ) Nível 1 (Prática elementar) – Existem práticas de articulação potenciadas pela existência de novas disciplinas, com documentos curriculares próprios aprovados em Conselho Pedagógico, sendo desenvolvidas atividades em que os alunos se sentem motivados para aprender.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Existem práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extra disciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, com documentos curriculares aprovados em Conselho Pedagógico, sendo desenvolvidas atividades em cujo processo de aprendizagem os alunos estão envolvidos.

( ) Nível 5 (Prática de referência) – Existem práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extra disciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, com documentos curriculares próprios aprovados em Conselho Pedagógico, recorrendo a uma metodologia de ensino-aprendizagem específica, onde os alunos têm o papel central no questionamento e desenvolvimento das aprendizagens, tendo sido evidente a melhoria das aprendizagens dos alunos, bem como a sua relevância para os mesmos.

39) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

40) Cidadania e Desenvolvimento

( ) Nível 1 (Prática Elementar) – A escola organiza a CD como uma área de trabalho transversal no 1.º ciclo e no ensino secundário (dependendo da opção) e com uma abordagem sobretudo disciplinar nos 2.º e 3.º ciclos, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma;

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – A escola organiza a CD como uma área de trabalho transversal numa abordagem de natureza interdisciplinar, através do desenvolvimento e concretização de projetos, pelos alunos de cada turma procurando o desenvolvimento de competências para uma cultura de democracia;

( ) Nível 5 (Prática de referência) – A escola organiza a CD como uma área de trabalho transversal numa abordagem de natureza interdisciplinar, através do desenvolvimento e concretização de projetos, pelos alunos de cada turma, procurando o desenvolvimento de competências para uma cultura de democracia e aprendizagens, com impacto na atitude cívica individual e no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural.

41) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

### Práticas pedagógicas

42) Planeamento

( ) Nível 1 (Prática elementar) – Foi concebido um instrumento de planeamento curricular dinâmico e sintético para a turma, onde foram identificadas as aprendizagens essenciais e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Foi concebido um instrumento de planeamento curricular dinâmico e sintético para a turma onde foram identificadas as aprendizagens essenciais e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina, procedendo-se ao mapeamento de temas das AE

a integrar na leção interdisciplinar e articulada do currículo, procurando traduzir uma visão interdisciplinar do currículo.

( ) Nível 5 (Prática de referência) – Foi concebido um instrumento de planeamento curricular dinâmico e sintético para a turma onde foram identificadas as aprendizagens essenciais e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina, procedendo-se ao mapeamento de temas das AE a integrar na leção interdisciplinar e articulada do currículo, bem como a forma de organização, procurando traduzir uma visão interdisciplinar do currículo.

43) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

44) Metodologias centradas no aluno/aprendizagem ativa

( ) Nível 1 (Prática elementar) – Partindo das AE de cada disciplina e com o PA como horizonte para a tomada de decisões, os docentes desenvolvem diferentes estratégias de ensino-aprendizagem em que os alunos têm um papel central/ ativo na construção do seu conhecimento.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Partindo das AE de cada disciplina, e com o PA como horizonte para a tomada de decisões, os docentes desenvolvem diferentes estratégias de ensino-aprendizagem em que os alunos têm um papel central/ ativo na construção do seu conhecimento recorrendo a metodologias específicas para o efeito.

( ) Nível 5 (Prática de referência) – Partindo das AE de cada disciplina e com o PA como horizonte para a tomada de decisões, os docentes desenvolvem diferentes estratégias de ensino-aprendizagem, onde os alunos têm um papel central/ ativo na construção do seu conhecimento, recorrendo a metodologias específicas para o efeito, reconhecendo as potencialidades inerentes de cada uma delas.

45) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

46) Estratégias de diferenciação pedagógica

( ) Nível 1 (Prática Elementar) – Os docentes utilizam estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação diferenciadas adequando-as ao trabalho a realizar pelos alunos individualmente, tendo por referência as aprendizagens já realizadas.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Os docentes utilizam estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação diferenciadas adequando-as ao trabalho a realizar pelos alunos individualmente, a pares ou em pequeno grupo, tendo por referência as aprendizagens já realizadas.

( ) Nível 5 (Prática de referência) - Os docentes utilizam estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação diferenciadas adequando-as ao trabalho a realizar pelos alunos individualmente, a pares ou em pequeno grupo, promovendo diferentes percursos de aprendizagem no que respeita aos processos, conteúdos e/ou produtos, tendo por referência as aprendizagens já realizadas.

47) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

48) Avaliação para as aprendizagens

( ) Nível 1 (Prática elementar) – Existência de até uma das características mencionadas para o nível 5.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Existência de duas das quatro características identificadas no nível 5.

( ) Nível 5 (Prática de referência) – A avaliação: (i) está integrada nos processos de ensino e aprendizagem desde a fase de planeamento; (ii) os objetivos de aprendizagem são partilhados com os alunos; (iii) é promovido o seu envolvimento na avaliação (autoavaliação e heteroavaliação) e (iv) existem evidências de distribuição de feedback que permite aos alunos reconhecer e planear as aprendizagens subsequentes.

49) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

### Práticas de autorregulação e desenvolvimento da organização

#### 50) Formação e desenvolvimento profissional dos docentes e dos técnicos

Nível 1 (Prática Elementar) – Existe um plano de formação de UO devidamente articulado com o CFAE, onde são priorizados os temas mais prementes que suportam as mudanças a decorrer.

Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Existe um plano de formação de UO devidamente articulado com o CFAE, onde são priorizados os temas mais prementes que suportam as mudanças a decorrer, considerando os níveis de conhecimento dos envolvidos.

Nível 5 (Prática de referência) - Existe um plano de formação de UO devidamente articulado com o CFAE, onde são priorizados os temas mais prementes que suportam as mudanças a decorrer, considerando os níveis de conhecimento dos envolvidos e onde são monitorizadas as alterações nas práticas decorrentes da formação já desenvolvida.

#### 51) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

##### 52) Monitorização dos processos

Nível 1 (Prática elementar) – Existe um processo de monitorização sistemático (trimestral/semestral/anual), avaliando o efeito das opções adotadas, com vista à promoção dos ajustamentos necessários, onde são recolhidos dados relativos à qualidade das aprendizagens e da promoção do sucesso dos alunos que, posteriormente, são analisados pelas diferentes estruturas pedagógicas de modo a regular as opções e práticas concretizadas.

Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Existe um processo de monitorização sistemático (trimestral/semestral/anual), avaliando o efeito das opções adotadas, com vista à promoção dos ajustamentos necessários, onde são recolhidos dados relativos à qualidade das aprendizagens e da promoção do sucesso dos alunos, bem como dos processos desenvolvidos que, posteriormente, são analisados pelas diferentes estruturas pedagógicas de modo a regular as opções e práticas concretizadas.

Nível 5 (Prática de referência) - Existe um processo de monitorização sistemático (trimestral/semestral/anual) avaliando o efeito das opções adotadas, com vista à promoção dos ajustamentos necessários, onde são recolhidos dados relativos à qualidade das aprendizagens e da promoção do sucesso dos alunos, bem como dos processos desenvolvidos, sendo auscultados diferentes intervenientes sobre o impacto dos respetivos processos, que posteriormente são analisados pelas diferentes estruturas pedagógicas de modo a regular as opções e práticas concretizadas.

#### 53) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

##### 54) Envolvimento de alunos na vida da Escola

Nível 1 (Prática elementar) – Os alunos são pontualmente solicitados a participar nos processos de decisão acerca do projeto educativo em implementação, são auscultados, mas não existem evidências da sua participação no desenho de opções curriculares e na avaliação da sua eficácia nas aprendizagens.

Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Os alunos participam nos processos de decisão acerca do projeto educativo em implementação, sendo auscultados e participando na avaliação da eficácia nas aprendizagens, no âmbito das atividades da equipa de avaliação interna, mas não existem evidências da sua participação no que respeita ao desenho de opções curriculares

Nível 5 (Prática de referência) – Os alunos são auscultados, participam nos processos de decisão acerca do projeto educativo em implementação, no desenho de opções curriculares e no que respeita à avaliação da eficácia nas aprendizagens.

#### 55) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

56) Envolvimento de pais ou encarregados de educação na vida escolar dos alunos

Nível 1 (Prática elementar) – EE pouco participativos no processo educativo dos alunos, não existem evidências de promoção do seu envolvimento pela Escola; são informados sobre a classificação e comportamento dos seus educandos.

Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Os EE participam regularmente no processo educativo a partir de ações delineadas pela escola (são informados sobre as atividades desenvolvidas, o desenvolvimento de aprendizagens e as dificuldades vividas pelos alunos e envolvidos, através de auscultação).

Nível 5 (Prática de referência) – Os EE estão integrados no processo educativo a partir de ações delineadas pela escola (são informados sobre as atividades desenvolvidas, o desenvolvimento de aprendizagens e as dificuldades vividas pelos alunos e envolvidos, através de auscultação) participando na tomada de decisões a nível pedagógico e curricular.

57) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

58) Envolvimento de parceiros locais

Nível 1 (Prática Elementar) – Parceiros pouco participativos no processo de conceção, gestão e avaliação das iniciativas educativas da Escola, estando presentes no Conselho Geral e em alguns eventos públicos.

Nível 3 (Prática em desenvolvimento) – Parceiros participativos no processo de conceção, gestão e avaliação das iniciativas educativas da Escola, sendo auscultados no Conselho Geral e em momentos específicos, para posterior decisão sobre iniciativas educativas da Escola.

Nível 5 (Prática de referência) – Parceiros envolvidos no processo de conceção, gestão e avaliação das iniciativas educativas da Escola, sendo auscultados no Conselho Geral e em momentos específicos, para posterior decisão sobre iniciativas educativas da Escola e estando ativamente envolvidos em determinadas atividades educativas.

59) Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

Parte 3 - Caracterização dos Percursos Curriculares Alternativos

Turma PCA 1

Nas questões que se seguem e nas quais estão elencados descritores para cada indicador numa escala de 3 níveis, assinala o descritor que melhor caracteriza a prática.

60) Ano de escolaridade

5.º

6.º

7.º

8.º

9.º

61) Medidas seletivas e/ou adicionais

A turma tem alunos com medidas seletivas e/ou adicionais?

Sim

Não

Quantos?: \_\_\_\_\_

62) Situações de abandono escolar eminente

A turma tem alunos com situações de abandono escolar eminente?

Sim

Não

Quantos?: \_\_\_\_\_

63) Proveniência de grupos étnicos minoritários

A turma tem alunos provenientes de grupos étnicos minoritários?

Sim

Não

Quantos?: \_\_\_\_\_

Outros aspetos a referir

64) Apoio tutorial específico

Existem alunos com apoio tutorial específico?

Sim

Não

Quantos?: \_\_\_\_\_

Nível de desempenho

Nível 1 (Prática Elementar) - O apoio tutorial específico é desenvolvido pelo professor tutor em articulação com o respetivo conselho de turma, sendo delineado um plano de trabalho e acompanhamento personalizado.

Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - O apoio tutorial específico é desenvolvido pelo professor tutor em articulação com o respetivo conselho de turma, sendo delineado um plano de trabalho e de acompanhamento personalizado que é analisado periodicamente em função das necessidades dos alunos.

Nível 5 (Prática de referência) - o apoio tutorial específico é desenvolvido pelo professor tutor em articulação com o respetivo conselho de turma, sendo delineado um plano de trabalho e acompanhamento personalizado que é analisado periodicamente em função das necessidades dos alunos, verificando-se um feedback constante do tutorando ao tutor permitindo a este compreender a adequação das estratégias implementadas.

Considerando o nível assinalado que recomendações foram dadas à escola?

65) Mentorias

Existem alunos com mentoria?

Sim

Não

Quantos?: \_\_\_\_\_

Nível de desempenho

Nível 1 (Prática elementar) - Os alunos estão envolvidos em processos de mentoria com foco nas aprendizagens a desenvolver existindo uma estratégia para potenciar competências do mentorado.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Os alunos estão envolvidos em processos de mentoria com foco nas aprendizagens e/ou no desenvolvimento da sua inclusão, existindo uma estratégia para potenciar competências do mentorado

( ) Nível 5 (Prática de referência) - Os alunos estão envolvidos em processos de mentoria com foco nas aprendizagens e/ou no desenvolvimento da sua inclusão, existindo uma estratégia para potenciar competências quer do mentorado, quer do mentor.

Considerando o nível de desempenho assinalado que recomendações foram dadas à escola?

**66) Existem mais turmas PCA?**

( ) Sim

( ) Não

**Monitorização global PCA**

**94) Trabalho colaborativo entre docentes**

Nível de desempenho

( ) Nível 1 (Prática elementar) - Os professores realizam reuniões pontualmente para articular o trabalho a realizar e discutir o ponto de situação da evolução dos alunos relativamente às aprendizagens realizadas e a realizar.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Os professores realizam reuniões periodicamente para articular o trabalho a realizar e discutir o ponto de situação da evolução dos alunos relativamente às aprendizagens realizadas e a realizar.

( ) Nível 5 (Prática de referência) - Os professores realizam reuniões periodicamente para articular o trabalho realizado e a realizar, assumindo uma gestão integrada e articulada do currículo, atuando preventivamente e antecipando o insucesso.

Considerando o nível de desempenho assinalado que recomendações foram dadas à escola?

**95) Cumprimento das Aprendizagens Essenciais e Perfil dos Alunos a nível do **planeamento****

Nível de desempenho

( ) Nível 1 (Prática elementar) - Foi concebido um instrumento de planeamento curricular dinâmico e sintético para a turma onde foram identificadas as aprendizagens essenciais e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Foi concebido um instrumento de planeamento curricular dinâmico e sintético para a turma, onde foram identificadas as aprendizagens essenciais e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina, procedendo-se ao mapeamento de temas das AE a integrar na lecionação interdisciplinar e articulada do currículo, procurando traduzir uma visão interdisciplinar do currículo.

( ) Nível 5 (Prática de referência) - Foi concebido um instrumento de planeamento curricular dinâmico e sintético para a turma onde foram identificadas as aprendizagens essenciais e as áreas de competência do PA a desenvolver em cada disciplina e onde se procede ao mapeamento de temas das AE a integrar na lecionação interdisciplinar e articulada do currículo, bem como a forma de organização, procurando traduzir uma visão interdisciplinar do currículo.

Considerando o nível de desempenho assinalado que recomendações foram dadas à escola?

**96) Cumprimento das Aprendizagens Essenciais e Perfil dos Alunos a nível da **concretização****

Nível de desempenho

( ) Nível 1 (Prática elementar) - Partindo das AE de cada disciplina e com o PA como horizonte para a tomada de decisões, os docentes desenvolvem diferentes estratégias de ensino-aprendizagem em que os alunos têm um papel central/ ativo na construção do seu conhecimento.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Partindo das AE de cada disciplina e com o PA como horizonte para a tomada de decisões, os docentes desenvolvem diferentes estratégias de ensino-aprendizagem em que os alunos têm um papel central/ ativo na construção do seu conhecimento, recorrendo a metodologias específicas para o efeito.

( ) Nível 5 (Prática de referência) - Partindo das AE de cada disciplina e com o PA como horizonte para a tomada de decisões, os docentes desenvolvem diferentes estratégias de ensino-aprendizagem em que os alunos têm um papel central/ ativo na construção do seu conhecimento, recorrendo a metodologias específicas para o efeito, reconhecendo as potencialidades inerentes de cada uma delas.

Considerando o nível de desempenho assinalado que recomendações foram dadas à escola?

97) Cumprimento das Aprendizagens Essenciais e Perfil dos Alunos a nível da **avaliação das aprendizagens**

Nível de desempenho

( ) Nível 1 (Prática elementar) - Existência de até uma das características mencionadas para o nível 5.

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Existência de duas das quatro características identificadas no nível 5.

( ) Nível 5 (Prática de referência) - A avaliação: (i) está integrada nos processos de ensino e aprendizagem desde a fase de planeamento; (ii) os objetivos de aprendizagem são partilhados com os alunos; (iii) é promovido o seu envolvimento na avaliação (autoavaliação e heteroavaliação) e (iv) existem evidências de distribuição de feedback que permite aos alunos reconhecer e planear as aprendizagens subsequentes.

Considerando o nível de desempenho assinalado que recomendações foram dadas à escola?

98) Novas disciplinas e as práticas pedagógicas e curriculares

Nível de desempenho

( ) Nível 1 (Prática elementar) - Existem práticas de articulação potenciadas pela existência de novas disciplinas, com documentos curriculares próprios aprovados em Conselho Pedagógico, sendo desenvolvidas atividades em que os alunos se sentem motivados para aprender

( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Existem práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, com documentos curriculares aprovados em Conselho Pedagógico, sendo desenvolvidas atividades em cujo processo de aprendizagem os alunos estão envolvidos.

( ) Nível 5 (Prática de referência) - Existem práticas de articulação curricular de saberes multidisciplinares e extradisciplinares potenciadas pela existência de novas disciplinas, com documentos curriculares próprios aprovados em Conselho Pedagógico, recorrendo a uma metodologia de ensino-aprendizagem específica, os alunos têm o papel central no questionamento e desenvolvimento das aprendizagens, tendo sido evidente a melhoria das aprendizagens dos alunos bem como a sua relevância para os mesmos.

Considerando o nível de desempenho assinalado que recomendações foram dadas à escola?

99) Percursos curriculares alternativos como medida adequada para a recuperação e desenvolvimento de aprendizagens

Nível de desempenho

- ( ) Nível 1 (Prática elementar) - Existência de até uma das características mencionadas para o nível 5.
- ( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Existência de duas das quatro características identificadas no nível 5.
- ( ) Nível 5 (Prática de referência) - O PCA está a revelar-se como a medida adequada ao grupo de alunos, (i) estando estes a recuperar e a desenvolver as AE e as áreas de competência previstas no PA, com resultados visíveis na (ii) sua inclusão, (iii) no sucesso escolar dos alunos e (iv) na qualidade das aprendizagens.

Considerando o nível de desempenho assinalado, que recomendações foram dadas à escola?

100) Envolvimento de pais ou encarregados de educação na vida escolar dos alunos

Nível de desempenho

- ( ) Nível 1 (Prática elementar) - EE pouco participativos no processo educativo dos alunos, não existem evidências de promoção do seu envolvimento pela escola; são informados sobre a classificação e comportamento dos seus educandos.
- ( ) Nível 3 (Prática em desenvolvimento) - Os EE participam regularmente no processo educativo a partir de ações delineadas pela escola (são informados sobre as atividades desenvolvidas, o desenvolvimento de aprendizagens e as dificuldades vividas pelos alunos e envolvidos, através de auscultação).
- ( ) Nível 5 (Prática de referência) - Os EE estão integrados no processo educativo a partir de ações delineadas pela escola (são informados sobre as atividades desenvolvidas, o desenvolvimento de aprendizagens e as dificuldades vividas pelos alunos e envolvidos, através de auscultação) participando na tomada de decisões a nível pedagógico e curricular.

Considerando o nível de desempenho assinalado que recomendações foram dadas à escola?

Parte 4 - Balanço final - Visitas de proximidade

101) Ponto (mais) forte da UO (identifique, caso exista, práticas de referência)

103) Ações assumidas/delineadas pela UO

104) Outros aspetos a registar

105) Próximos passos

- ( ) Sem previsão da próxima ação
- ( ) Próxima ação a médio prazo: \_\_\_\_\_
- ( ) Próxima ação a curto prazo: \_\_\_\_\_
- ( ) Intervenção urgente: \_\_\_\_\_

106) Estratégia da Ação por parte da ER ou ET

Balanço final

108) Temas abordados

109) Dinâmicas

110) Pontos fortes identificados

111) Constrangimentos

112) Observações



## Anexo III

### Unidades Orgânicas com Plano de Inovação - 2022/2023

Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho

Quadro 14 – Agrupamentos de Escolas com PI 2022/2023

<i>Agrupamento de Escolas Agualva Mira Sintra, Sintra</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves, Torres Novas</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Boa Água, Sesimbra</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes, Amadora</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde, Vila Franca de Xira</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas D. Dinis, Loulé</i>	Algarve
<i>Agrupamento de Escolas D. José I, Vila Real de Santo António</i>	Algarve
<i>Agrupamento de Escolas da Abrigada, Alenquer</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas da Azambuja</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas da Bobadela, Loures</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas da Chamusca</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas de Alcanena</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Alhandra, Sobralinho e São João dos Montes, Vila Franca de Xira</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Aljustrel</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas de Alter do Chão</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas de Alvalade, Lisboa</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Azeitão, Setúbal</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Benavente</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Campo, Valongo</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas de Carcavelos, Cascais</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Cister de Alcobaça, Alcobaça</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Colos, Odemira</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas de Cristelo, Paredes</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas de Estremoz</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas de Freixo, Ponte de Lima</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas de Monforte</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, Oeiras</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Penacova</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas de Pombal</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas de Samora Correia, Benavente</i>	LVT

<i>Agrupamento de Escolas de Santo André, Santiago do Cacém</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas de São Bruno, Oeiras</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de São Teotónio, Odemira</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas de Silves Sul</i>	Algarve
<i>Agrupamento de Escolas de Trancoso</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas de Vale de Milhaços, Seixal</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas de Vendas Novas</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas de Vila Verde</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas de Vila Viçosa</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Vila Nova de Gaia</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz, Lisboa</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas do Barreiro</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas do Carregado, Alenquer</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas do Cerco, Porto</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas do Fundão</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas do Sardoal</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro, Loures</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, Rio Maior</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, Sintra</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas Gil Eanes, Lagos</i>	Algarve
<i>Agrupamento de Escolas Gil Paes, Torres Novas</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas João de Meira, Guimarães</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas José Estêvão, Aveiro</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas José Relvas, Alpiarça</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Júlio Dantas, Lagos</i>	Algarve
<i>Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, Évora</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas n.º 1 de Beja</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas n.º 1 de Elvas</i>	Alentejo
<i>Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto, Gondomar</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria, Tomar</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira, Lagoa</i>	Algarve
<i>Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes, Matosinhos</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel, Pedrulha, Coimbra</i>	Centro
<i>Agrupamento de Escolas Santa Bárbara, Gondomar</i>	Norte
<i>Agrupamento de Escolas Sudoeste de Odivelas</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Templários, Tomar</i>	LVT
<i>Agrupamento de Escolas Vale Aveiras, Azambuja</i>	LVT

*Agrupamento de Escolas Virgínia Moura, Guimarães*  
*Escola do Comércio de Lisboa*  
*Escola Luís Madureira – Sta. Casa da Misericórdia, Amadora*  
*Escola Portuguesa de Dili*  
*Escola Profissional de Aveiro*  
*Escola Secundária Augusto Gomes, Matosinhos*  
*Escola Secundária de Amarante*  
*Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, Lisboa*  
*Escola Secundária Quinta das Palmeiras, Covilhã*  
*Ginasiano Escola de Dança, Vila Nova de Gaia*

Norte
LVT
LVT
Alentejo
Centro
Norte
Norte
LVT
Centro
Norte

## Anexo IV

### Novas disciplinas em turmas sem PCA

Quadro 15 – Novas Disciplinas Criadas (turmas sem PCA)

(.COM) Competências Organizacionais e Metodológicas	Imagem e Multimédia
@rte das Palavras	Informação e Comunicação
@rte dos Números	Integração Digital
+Cidadão, no Tempo e no Espaço	InvestigArte
+Ciência	L@bcomunica.com
+ECA	L@bcriativo.com
+Saúde	L@bexperiência.com
+Sustentabilidade	L@bmundo.com
À Roda do Saber	LabMat
AnimArte	Laboratório da Vida I
Aprendizagem em movimento	Laboratório da Vida II
Área Projeto	Laboratório de Ciências e de resolução de Problemas
Art&TIC	Laboratório de Ciências e Números
Arte, Tecnologia e Bem-estar	Laboratório de Conhecimento Integrado
Artes e Vida Saudável	Laboratório GPS
Artes em Movimento	Linguagem e Pensamento
Artes Performativas	Línguas Estrangeiras
Artes Plásticas	Literacia Científica e Tecnológica
Artes Plásticas	Literacias Digitais
Assembleia de Turma: Cidadania Digital	M_Área Projeto
Ateliê das Artes	Mape@r
Atividades Integradoras Curriculares	Matemática e Ciências Naturais
B_Área Projeto	MATTIC
CD@Digital	Mov@rte
CDT- Cidadania, Desenvolvimento e Tecnologias	Mundo Atual
Cidadani@digital	Mundo Visual e Tecnológico
Cidadania Ambiental	Natureza e os Elementos
Cidadania Criativa	Nós e as Artes
Cidadania e Ambiente	Oficina 1 – Artes
Cidadania e Mundo Atual	Oficina 2 – Vida Ativa
Cidadania e Sociedade	Oficina 3 – Eu descubro...

Cidadania e Tecnologia	Oficina 3C's (Comunicação, Cultura e Cidadania)
Cidadania e Tecnologia	Oficina 4 – Comunicação Digital
Cidadania&Literacias Digitais	Oficina ACT (Arte, Ciência e Tecnologia)
Cidadão + Digital	Oficina AMT – Arte, Matemática e Tecnologia
Ciência, Tecnologia e Ambiente	Oficina artística
Ciências e Tecnologias	Oficina C - Comunicação
Ciências Físico-Naturais	Oficina C.
Ciências Sociais e Humanas	Oficina D@rte
CiênciasMat	Oficina das Artes e Multimédia
CompletArte	Oficina das Ciências Físico Naturais
Comunic@rte	Oficina das Língu@s
Comunicação	Oficina das Línguas
Comunicar com ARTE	Oficina de @rtes
Comunicar com o Digital	Oficina de Artes
Comunicar em Inglês	Oficina de Ciênci@s
ComunicArte	Oficina de Leitura
ComunicArte	Oficina de Leitura e Escrita
Cri@rte 1	Oficina de Letras
Cri@rte 2	Oficina de Língu@s
CriArte	Oficina de Música e Movimento
CriativaMENTE	Oficina de Números
CTEMA 1	Oficina de Projeto
CTEMA 2	Oficina de Projetos
CTEMAC	Oficina do Conhecimento
CTEMAC – Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática, Arte e Comunicação	Oficina dos S@beres
CTEMAC 1 – Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática, Arte e Comunicação	Oficina EcoLab
CTEMAC 2 – Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática, Arte e Comunicação	Oficina HCN – Homem. Ciência e Natureza
CTSciar@inovar	Oficina M@C
Cultura, Línguas e Comunicação	Oficina MM (Música e Movimento)
Curiosidade, Conhecimento e Capacitação (C3)	Oficina Multimédia I
Da janela ao postigo	Oficina Multimédia II
Cidadania e atualidade	Oficina SP– Sustentabilidade e Património
Descobrir História(s)	Oficina Tecnocultur@l
Desenvolvimento Físico e Artístico	P_Área Projeto
Design e Comunicação	PortuguêsInglês
E_Área Projeto	Program@rte
Educação Visual e Tecnológica	Projeto Tecnológico 3x2
Educação Visual e Tecnológica	Projeto Transdisciplinar e Cidadania e Desenvolvimento

English@Music	PSI_Gestão e Modelação Matemática da Informação
Escrevendo	PSI_Projeto Tecnológico 3x2
Espaço e Tempo Do Local ao Global	Referenciais de Integração Curricular (RIC)
ESPAÇO ECA - Experimenta, cria e Aprende	Rotas e Desafios
Estudos Sociais	SELF (Sonha, Ensina, Lê e Faz):
EVT	Ser Responsável
Expressão e Autonomia	Ser/Conhecer com curiosidade e competência
Expressões Artísticas	T_Área Projeto
Geografia e Cidadania	TEC@: (Tempos@Espaços Com Cidadania&Arte)
GeoHistória e Cidadania I	Técnicas de Dança
GeoHistória e Cidadania II	Tecno Cidadania
Gestão e Modelação Matemática da Informação	Tecnologia com Arte
GlobArtes&Literacias Digitais	Teia de Saberes
H_Área Projeto	TuArtes
HGPCidadania	VIV'ARTE
História de Tomar e Tradições Culturais	
História e Cidadania	
História e Vida	
História&Geografia	
Homem, Ambiente e Património	

## Anexo V

### Novas Disciplinas criadas em turmas com PCA

Quadro 16 – Novas Disciplinas Criadas (turmas PCA)

Aprendizagens Transversais	Laboratório de Comunicação e Expressão
Artes e Ofícios	Laboratório de Línguas
Artes Visuais	Laboratório de Línguas Estrangeiras
Atualiza-te	Letras e Números
Cidadania Digital	MatemaTIC
Ciência Ativa	Mundo Atual
Ciências experimentais	Mundo Natural
Ciências Físico Naturais	Oficina Artística e Dramática
Ciências Naturais/ Físico-Química	Oficina Criativa
Ciências Sociais e Humanas	Oficina D@rte
Comunicação e Rádio Escolar	Oficina das Ciências
Comunicar	Oficina das Língu@s
Criatividade e Empreendedorismo	Oficina de Aprendizagem
Cuida-te!	Oficina de Artes
Desporto e Saúde	Oficina de artes e tecnologias
Do Local ao Global	Oficina de Artes, Comunicação e Multimédia
Educação para a vida Quotidiana	Oficina de Cidadania
Eu e o Mundo	Oficina de Ciências e Ambiente
Expressa-te	Oficina de Comunicação e Imagem
Expressa-te.com	Oficina de Leitura e Interpretação de Textos
Fi(z)Mat	Oficina Tecnocultur@l
História e Geografia	Orienta-te!
História e Património	Programação e Robótica
Laboratório Científico	Projeto(s) Multidisciplinar(es)
Laboratório de Artes e Multimédia	Saber Comunicar
Laboratório de Ciência Viva	Saúde e Fenómenos Físicos
Laboratório de Ciências Sociais e Humanas	Território e Ambiente
Laboratório de CN_FQ	